

PSB40 **Autorreforma**

renascimento criativo na indústria • amazônia 4.0
cidades criativas economia verde
projeto nacional de desenvolvimento
reforma do estado
socialismo criativo amazônia 4.0
revolução criativa na educação
acabar com as desigualdades
socialismo criativo
renascimento criativo na indústria
energias renováveis economia criativa
economia verde novo federalismo
partido laico acolhedor
4 reforma do estado
revolução criativa na educação
amazônia 4.0 cidades criativas
partido laico e acolhedor

Proposta de Teses
para o Novo Programa
do PSB

Proposta de Teses para o Novo Programa do PSB

Comissão Redatora

Carlos Siqueira

Domingos Leonelli

Paulo Bracarense

Sinoel Batista

A965p Proposta de teses para o novo programa do PSB / Carlos Roberto
2021 Siqueira de Barros, Domingos Leonelli Netto, Paulo Afonso
 Bracarense Costa, Sinoel Batista. - 1 ed. - São Paulo ; Quanta,
 2021.
 144 p - 24 cm.

ISBN: 978-65-990864-3-4

1. Partido Político Brasileiro - Plataforma. 2. Partidos políticos -
Brasil. I . Siqueira de Barros, Carlos Roberto. II Leonelli Netto,
Domingos. III. Bracarense Costa, Paulo Afonso. IV Batista, Sinoel.
V. Título.

CDD - 324.381

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes
Bibliotecária CRB 9/870



Rua Doutor Clóvis de Oliveira, 166 - Vila Progredior
CEP: 05616-130 São Paulo - SP
Fone/Fax: +55 11 3385-0400

www.qcp.com.br

“

Liberdade sem socialismo,
de fato, liberdade não é.
Socialismo sem liberdade,
realmente socialismo
não pode ser”.

João Mangabeira



Ficha Técnica

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE NACIONAL

Carlos Roberto Siqueira de Barros

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE NACIONAL

Governador Paulo Henrique Saraiva Câmara

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Luiz Roberto de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE MODERNIZAÇÃO PARTIDÁRIA

João Alberto Rodrigues Capiberibe

VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Ricardo Vieira Coutinho

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Rodrigo Sobral Rollemberg

VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA MOVIMENTOS SOCIAIS

Rubens José França Bomtempo

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES PARLAMENTARES

Deputado Danilo Jorge de Barros Cabral

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INTERPARTIDÁRIAS

Deputado Júlio César Delgado

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES FEDERATIVAS

Prefeito João Henrique de Andrade Lima Campos

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE POLÍTICAS DE GÊNERO

Deputada Lídice da Mata e Souza

SECRETÁRIO-GERAL

Governador José Renato Casagrande

PRIMEIRO-SECRETÁRIO NACIONAL

Geraldo Júlio de Melo Filho

SEGUNDO-SECRETÁRIO NACIONAL

Antonio Carlos Valadares

PRIMEIRO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Márcio Luiz França Gomes

SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Severino Nunes de Araújo

SECRETÁRIOS NACIONAIS ESPECIAIS

Deputado Alessandro Lucciola Molon

Deputado Carlos Camilo Góes Capiberibe

Cláudio Valverde Santos

Domingos Leonelli Netto

Mário Sander Bruck

Deputado Milton Coelho da Silva Neto

Waldomiro Lopes da Silva Júnior

Wilson Nunes Martins

Carlos Enrique Franco Amastha

Jonas Donizette Ferreira

Luciano Ferreira de Souza

Mari Elisabeth Trindade Machado

Prefeito João Henrique Holanda Caldas (JHC)

Deputado José Luiz Stédile

Deputado Luciano Ducci

Deputado Rafael Huete da Motta

Deputado Serafim Fernandes Corrêa

SECRETÁRIO NACIONAL DO MOVIMENTO POPULAR

Acilino José Ribeiro de Almeida

SECRETÁRIO NACIONAL DA JUVENTUDE

Tony de Siqueira Sechi

SECRETÁRIA NACIONAL DE MULHERES

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (Dora Pires)

SECRETÁRIA NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO

Valneide Nascimento dos Santos

SECRETARIA NACIONAL SINDICAL

Joílson Antonio Cardoso do Nascimento

SECRETÁRIA NACIONAL LGBT

Tathiane Aquino de Araújo

AUTORREFORMA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Carlos Roberto Siqueira de Barros
Ricardo Vieira Coutinho
Alessandro Lucciola Molon
Alexandre Navarro Garcia
Luiz Roberto de Albuquerque
Domingos Leonelli Netto
Fabio Luciano de Araújo Maia
João Alberto Rodrigues Capiberibe
Martiniano Pereira Cavalcante Neto
Paulo Afonso Bracarense Costa
Sinoel Batista

COMISSÃO REDATORA

Carlos Roberto Siqueira de Barros
Domingos Leonelli Netto
Paulo Afonso Bracarense Costa
Sinoel Batista

PROJETO GRÁFICO

Sibelle Rieping

REVISÃO DO TEXTO

Eva Celia Barbosa

IMAGENS

Páginas 3, 8, 15,16, 18, 103, 122, 132 e Contra Capa - Divulgação PSB
Página 22 - Kobra – Divulgação
Página 27 - Bruno Germany - Pexels
Página 31 - CCIFUSP – Divulgação
Página 33 - Pngwing
Página 36 - Pngwing
Página 39 - Valter Campanato - Agência Brasil
Página 43 - Agência Brasil
Página 46 - Agência Brasil
Página 51 - Adobe Stock

Página 53 - Adobe Stock
Página 55 - FAB - Divulgação
Página 57 - Sondern - 123RF
Página 62 - Pixabay
Página 68 - Adobe Stock
Página 73 - Adobe Stock
Página 79 - Fazendo Lindo Dia - Divulgação
Página 81 - Thiago Japyassu - Pexels
Página 86 - Shutterstock
Página 91 - Agência Brasil
Página 94 - Gov.br
Página 106 - Adobe Stock
Página 117 - Prefeitura de Fortaleza – Divulgação
Página 126 - Adobe Stock

“

O PSB não pode esperar pelo reordenamento do sistema político. Para permanecer fiel a seus compromissos históricos com a população, para alcançar a modernização que este momento histórico exige, o partido precisa buscar sua autorreforma."

Carlos Siqueira



Sumário

Apresentação 17

Manifesto 19

Introdução - Brasil, Potência Criativa e Sustentável 23

| Planejamento Estratégico 26

| Matriz Energética diversificada
(hídrica, solar, eólica, da biomassa) 27

| Água (reserva hídrica de água doce e aquíferos) 28

| Biodiversidade (terrestres e aquáticas) 29

| Área agricultável 30

| Amazônia 4.0 31

| Amazônia Azul 33

| A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável 34

| Criatividade, Inteligência Nacional e Inovação Tecnológica 36

Eixo Temático I - Reforma do Estado 39

| O Estado Brasileiro que Queremos 40

Reforma do Estado 41

Novo Federalismo 41

Separação entre Partido e Governo 42

| Reforma Política 43

Reforma no Sistema Eleitoral 44

Gestão do Estado 45

Governo Aberto e Gestão Compartilhada 46

Crítica ao Presidencialismo brasileiro 46

Sistema de Governo: Defesa do parlamentarismo 47

Judiciário Moderno 48

Agência de Controle da Dívida Pública e de Atividades Financeiras 48

Tribunais de Contas 48

Novo Poder Legislativo 49

Planejamento, Função do Estado Moderno 49

| Reforma Fiscal e Tributária 50

Sentido Social do Ato Arrecadatório 50

Reforma Fiscal e Tributária e o Novo Federalismo 52

| Política Externa 52

Defesa Nacional e Geopolítica 55

Eixo Temático II - Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade 57

| A Economia Deve Servir à Vida das Pessoas 58

Para Recuperar a Precedência da Política 60

| Macroeconomia 61

Os Fundamentos da Gestão Macroeconômica no Brasil 61

Financeirização e Subordinação da Economia Nacional à
Economia Global 62

- Perda do Valor Relativo da Indústria 62
- Visão do PSB sobre o Modelo Macroeconômico 63
- | Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento 66
 - Renascimento Criativo da Indústria e Competitividade 67
- | Desenvolvimento da Amazônia 4.0 70
- | Plano Estratégico de Economia Criativa no Âmbito do Projeto Nacional de Desenvolvimento 73
- | O Futuro do Trabalho 76
- | Superar as Desigualdades Econômicas Regionais 79

Eixo Temático III – Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde 81

- | Economia Verde, uma Possibilidade 82
- | Empregos Verdes: O Trabalho Sustentável na Direção da Economia Inclusiva, da Proteção Social e da Conservação Ambiental 85
- | Biomas Brasileiros, Ativos do Desenvolvimento 86
- | O PSB e o Ecosocialismo 87
- | A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável 88
- | A Premência das Fontes Limpas e Renováveis de Energia 89

Eixo Temático IV – Políticas Sociais e Cidades Criativas 91

- | Políticas Sociais para Igualdade 92
- | A Seguridade Social como Instrumento de Redução da Desigualdade 93
 - Avançar com o SUS 94
- | Educação para a Emancipação 95
 - A Educação no Brasil 95
 - Instrumentos Norteadores da Educação Brasileira 96
 - Financiamento e Gestão da Educação Brasileira 97
 - Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação 98
 - Revolução Criativa na Educação 99
- | Direito Social ao Trabalho 100
- | Segurança Pública 101
- | Mais Mulheres no Poder 103
- | Emancipação e Empoderamento dos Negros 105
- | Idosos, uma Nova Realidade 107
- | Direito à juventude plena 109
- | Por uma Reforma Agrária que se conecte ao Brasil do Futuro 111
- | O Direito à Cidade e a Reforma Urbana 112
- | Cidades Criativas 117
 - Cidades Criativas x Pandemia 119

| Cultura, Desenvolvimento e Criatividade 120

Políticas Culturais 121

Eixo Temático V – Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos 123

| Socialismo Criativo 124

| Socialismo Criativo e Democracia 126

| Igualdade, Liberdade e Felicidade 126

| Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido 127

| Um Partido Laico e Acolhedor 128

| O Partido e a Comunicação em Rede 129

| A Autorreforma e o Partido que Queremos 130

Lista dos Participantes da Conferência Nacional
da Autorreforma 134

“

Estamos em um
caminho que já deu o
que tinha que dar.
É hora de dar um
salto adiante”.

Eduardo Campos



“

O que for possível
nós faremos e
o que não for
possível o povo nos
ajudará a fazer".

Miguel Arraes



Apresentação

Continuam os debates sobre a Autorreforma do PSB visando a construção de um novo programa que guiará os socialistas brasileiros nos próximos anos do século XXI.

Agora, temos o prazer de passar às suas mãos o livro 4 da Autorreforma. O caderno 1 continha o material teórico que informou as discussões realizadas em nossa histórica Conferência Nacional realizada no Rio de Janeiro em 28, 29 e 30 de novembro de 2019 com a participação de mais de 300 dirigentes partidários. O caderno 2 reproduziu essas primeiras teses agregando as contribuições dos companheiros que participaram da Conferência Nacional da Autorreforma.

Já o livro 3 continha uma síntese dos cadernos anteriores e a sistematização de uma proposta para o novo programa do PSB a ser apresentada no Congresso Nacional do Partido em 2021.

Esse livro 4, apresenta o conteúdo do livro 3 acrescido de outras ideias, todas em forma de propostas de Teses numeradas para facilitar a discussão dentro e fora do PSB. Essas propostas inovadoras e vivificadoras da política que apresentaremos aos militantes socialistas e à sociedade brasileira, estão dispostas de forma mais concisa e sem a fundamentação que permanece à disposição no livro 3.

Foi acrescentado também um novo capítulo à guisa de introdução com o título de Brasil, Potência Criativa e Sustentável, onde são elencadas as principais potencialidade brasileira no século XXI.

Esta nova Proposta de Teses para o Novo Programa do PSB depois de aprovada pela Executiva estará exposta ao debate no site www.autorreformadopsb.com.br junto com os cadernos anteriores e os textos de vários autores consultados. O novo hot site pode ser acessado através do portal <http://www.socialismocriativo.com.br> e dos sites <http://www.psb40.org.br> e <http://www.fjmangabeira.org.br>.

Amigos, simpatizantes e militantes socialistas podem tomar conhecimento de nossas propostas de teses e apresentar críticas e sugestões até o início dos

congressos municipais, regionais e nacional do PSB quando as teses deverão ser examinadas, aprovadas e transformadas no novo Programa do Partido Socialista Brasileiro.

Nos cinco eixos do documento, ideias em torno da Revolução Criativa na Educação, Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento, Reforma do Estado, Amazônia 4.0, Empregos Verdes, Reforma Urbana e Cidades Criativas ao lado da defesa de vários pontos da Constituição de 1988 como parte da proposta do novo Programa do PSB. No quinto eixo do documento, dedicamos capítulos ao Socialismo Criativo à Democracia e ao Partido que Queremos. Presente também referência à Não Violência Ativa como uma ideia de método da luta pelo Socialismo Criativo.

Temos, portanto, uma imensa tarefa a cumprir como militantes do Partido Socialista Brasileiro: a construção de uma novo programa para o nosso Partido.

Carlos Siqueira

Presidente Nacional do PSB



Manifesto

Riqueza e desigualdade, luxo e miséria, desperdício e carências elementares, beleza cultural e violência, insegurança, principalmente entre os mais pobres, caracterizam o Brasil deste início do século XXI. A pandemia do Coronavírus, que atravessou o Brasil em 2020, aprofundou esse quadro, engendrou novos modos de trabalho, e em muitos casos ampliou a exploração.

A pobreza, a ignorância e a miséria, em escalas inaceitáveis, convivem com uma economia razoavelmente complexa, com seus clássicos componentes industriais, financeiros, comerciais e agropecuários, articulando-se, ainda que insuficientemente, com setores da moderna economia do conhecimento e com os avanços tecnológicos. O Brasil está entre os dez países com maior grau de concentração de renda do mundo. Mas é também o maior país da América do Sul e da América Latina, o quinto maior do mundo em extensão, e tem mais de 210 milhões de habitantes.

O Brasil fala majoritariamente uma única língua e é o maior país lusófono do planeta, além de ser uma nação multicultural e etnicamente diversa, em decorrência de imigrações de várias partes do mundo. Possui uma biosociodiversidade como nenhum outro país, a maior reserva de água doce do planeta, terras férteis, uma matriz energética invejável e imensas reservas minerais. E, entre tantas riquezas, um povo alegre e criativo. Criatividade, aliás, que precisa se transformar em atívia cultural, econômico e tecnológico, para o pleno desenvolvimento de uma nação soberana, em condições de se colocar em pé de igualdade com as nações mais desenvolvidas.

O projeto de desenvolvimento implementado por Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1950 – único Projeto Nacional de Desenvolvimento – alcançou apenas parcialmente seus objetivos. Mas se esgotou, sem a sonhada inserção da maioria do povo brasileiro na plena cidadania econômica, social e cultural.

Tanto as fórmulas liberais adotadas pelos governos democráticos, a partir da última década do século passado, como os programas sociais levados a cabo pelos governos social-democratas, foram insuficientes para libertar o povo brasileiro da pobreza, da desigualdade e da descrença na cidadania e na política.

As elites dirigentes brasileiras nunca foram capazes de atrair a sociedade para o pleno exercício da cidadania e de promover o engajamento político das massas, num projeto que abranfesse os âmbitos econômico, social e cultural, uma vez que as elites e a burguesia nacionais somente se preocuparam com a defesa dos seus próprios interesses. No ciclo democrático iniciado em 1985, não foi possível elaborar e implantar um Projeto Nacional de Desenvolvimento que resultasse na inclusão massiva. Faltou, e ainda falta, um projeto de país.

Diferentemente de outras democracias modernas, o Brasil contemporâneo não tem um marco fundacional próprio, como as revoluções lideradas pelas burguesias europeias, que modificaram radicalmente a estrutura fundiária, as relações de produção e as relações sociais, as quais engendraram novas institucionalidades. Algo similar, por exemplo, à revolução norte-americana, que produziu significativa mudança em sua organização econômica, política e social, cuja referência eram as relações escravistas. O Brasil, ao contrário, especializou-se em avançar com conciliações, sem resolver seus verdadeiros desafios, que são estruturais. E, por isso mesmo, serviram em grande medida aos mais abastados.

Mesmo a esquerda - da qual o PSB é parte -, chegando ao Governo Federal (2003 a 2016) não implementou as reformas estruturais necessárias à transformação da sociedade, como as reformas financeira, política, tributária, agrária, urbana e trabalhista. Não reformou o Estado brasileiro e não modernizou a prática política. Pelo contrário, parte dela aderiu às formas tradicionais de realizar alianças por meio do patrimonialismo, da fisiologia e da corrupção.

A esquerda brasileira não foi capaz de apresentar e executar um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, conectado com as novas cadeias globais de valor vigentes no mundo, a partir da revolução tecnológica e da economia do conhecimento ou economia criativa.

Tem-se assistido ao fortalecimento ainda maior do setor financeiro e, a partir de 2017, à extinção, na prática, dos marcos regulatórios trabalhista,

social e ambiental dentro de uma plataforma de direita, ultraliberal na economia e extremamente conservadora nos costumes.

O projeto da ultradireita para o Brasil é ajustá-lo geopoliticamente aos interesses internacionais do capitalismo mais voraz. Uma espécie de recolonização, só que em outros patamares.

O fato é que, neste início do século XXI, o Brasil parece encontrar-se em uma encruzilhada histórica, no fim de um ciclo, de um processo civilizatório que não se realizou completamente. A herança escravista, a exploração destrutiva da natureza e o alijamento sistemático da cidadania, ameaçam juntar-se às novas formas de exploração dos trabalhos físico e intelectual, dos diferentes segmentos da sociedade brasileira, na era digital.

O desfazimento das conquistas sociais da Era Vargas e das conquistas sociais consagradas pela Constituição de 1988, muitas delas ainda inconclusas, é o principal marco dessa “modernização reacionária”. Por isso o PSB põe-se na defesa da Constituição brasileira de 1988 que em vários pontos traz verdadeiros avanços civilizatórios.

A crise política que resulta desse processo é de tal magnitude que não suporta mais pequenos passos, soluções ambíguas ou medidas graduais submetidas às tradições políticas usuais e atrasadas. Não se pode mais buscar o modelo que, ao conciliar interesses, se esquece de fazer os enfrentamentos necessários à edificação de uma grande nação. É urgente um projeto político que inverta as prioridades, de tal modo que os mais pobres se vejam à frente das preocupações políticas e do fazer do Estado. Dar esse passo, ir além da tradição infértil da conciliação pelo alto, é uma tarefa que o PSB se propõe a assumir.

Nesse esforço, o PSB propõe adotar a Não Violência Ativa como método de luta de comprovada eficácia em várias partes do mundo, especialmente nos Estados Unidos com Martin Luther King, na Índia com Mahatma Gandhi, e na África do Sul com Nelson Mandela. A Não Violência Ativa inclui a mobilização popular, o confronto de ideias e ações das organizações e dos movimentos da sociedade civil. Nada tem a ver, portanto, com passividade política ou conciliação de princípios.

O PSB busca a refundação do Brasil numa perspectiva realmente revolucionária; não no sentido insurrecional ou violento, mas de uma

transformação estrutural de longo prazo e por meio do aprofundamento da democracia política, econômica e social. Com base no conhecimento da realidade brasileira que tem na criatividade sua mais forte característica e, também nas novas experiências socialistas do mundo, especialmente dos países nórdicos, de Portugal e da Espanha, na Europa, e na China, é que o PSB apresenta o conceito brasileiro de socialismo, o Socialismo Criativo.

O novo conceito parte da constatação de que o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção têm na tecnologia um ponto de inflexão. Nesse sentido a velocidade da revolução tecnológica em curso no mundo alterou substantivamente tanto o capitalismo como o socialismo, colocando a inovação e a criatividade como fatores determinantes e centrais do desenvolvimento.

O PSB tem como objetivo central um modelo de desenvolvimento capaz de gerar prosperidade suficiente que permita a redução drástica e permanente das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e de raça.

É preciso reinventar o fazer político; mobilizar a sociedade para a luta pela redução das desigualdades; proporcionar, principalmente à juventude brasileira, uma perspectiva política pela qual valha a pena viver e lutar. Harmonizar o sonho de cada pessoa com a utopia da felicidade coletiva.

O PSB conclama a juventude, os trabalhadores de todas as categorias, os intelectuais, as mulheres, os negros, a população LGBT, os líderes comunitários, religiosos e profissionais a se unirem em torno de uma programa democrático, revolucionário e igualitário que reúna, unifique e mobilize nossas potencialidades e vocações libertárias para a construção de um Brasil livre, soberano, moderno, criativo e solidário.

Um Brasil socialista e profundamente democrático!

Introdução

Brasil, Potência Criativa e Sustentável



A afirmação do Brasil nos cenários econômico, social, ambiental e cultural internacionais passa por clara definição do que queremos ser como Nação, do que produzimos para os mercados interno e externo e do nível de igualdade social que conseguiremos alcançar em nossa democracia. A redução das desigualdades precisa se constituir em um objetivo central e permanente para que as potencialidades brasileiras possam ser viabilizadas.

Uma inserção soberana na economia globalizada com a valorização do desenvolvimento interno e a superação das desigualdades, é o objetivo estratégico a ser concretizado através de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que maximize nossas muitas potencialidades de forma criativa e sustentável.

O sonho socialista brasileiro assenta-se sobre as bases da nossa realidade, tanto no plano de recursos naturais como no potencial criativo do nosso povo, de nossas empresas, das nossas universidades e dos centros de pesquisa. Transformaremos nosso sonho em realidade, agregando a inovação, a cultura, a pesquisa científica e o avanço tecnológico, que caracterizam a era do conhecimento florescente no século XXI, às nossas imensas reservas naturais de água, solo fértil, sol, vento, minerais, Amazônia e biodiversidades terrestres e marinhas. E construiremos um Brasil como potência mundial alimentar, energética, mineral, tecnológica e cultural.

Alguns ativos econômicos tecnológicos e culturais já existentes podem e devem ser valorizados e estimulados a exemplo dos arranjos produtivos em torno da saúde, da siderurgia, da agroindústria, da agricultura familiar, da indústria do petróleo e das tecnologias de informação e comunicação.

O Brasil não pode dispensar também profunda reformulação do seu sistema de transportes de produtos, mercadorias e pessoas voltando a

privilegiar os modais representados pela ferrovia e a navegação de cabotagem. Isso em função da sua enorme extensão territorial, da sua imensa costa marítima e dos seus inúmeros rios navegáveis.

A cultura, em suas três dimensões – a simbólica, a cidadã e a econômica – é fundamental para a definição de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento. É o que permite pensar o desenvolvimento, dando nitidez ao sonho.

A diversidade parece ser o princípio organizador da identidade cultural brasileira, seu traço mais distintivo e sua característica mais proeminente. Está fortemente associada tanto às suas múltiplas vertentes e origens, como aos variados espaços regionais em que se desenvolveram suas linguagens.

As contribuições culturais africanas, europeias, indígenas e orientais inseridas nos grandes movimentos culturais do Brasil desde os sermões de Antonio Vieira no século 17 e dos poemas rebeldes de Gregório de Matos no século seguinte, do romantismo de José Alencar e pelo realismo de Machado de Assis e seus sucessores, ambos no século 19, pela Semana de Arte Moderna de 1922 e chegando até o Cinema Novo e o Tropicalismo no século 20, absorveram a diversidade de cada região do país.

A literatura, a música, notadamente o Samba e a Bossa Nova, as artes plásticas, o cinema e a dança, foram marcados com características diversas tanto das suas estruturas criativas como regiões. Suas festas são uma e várias ao mesmo tempo. O Carnaval da Bahia e do Recife são bem diferentes do Carnaval do Rio de Janeiro e São Paulo. As festas juninas são também uma na medida em que ocorrem nos dias de São João, mas são diferentes no Nordeste e no Sul. A Oktoberfest em Santa Catarina é de origem alemã, mas é permeada pelo samba, axé e outros ritmos nacionais.

Mesmo os grandes aparatos tecnológicos de comunicação de massa, as grandes redes de televisão que tentaram no seu início certa homogeneização parecem estar se rendendo às diversidades racial, cultural e regional.

Dessa diversidade cultural resultou a formação de um povo que apesar de todo o sofrimento decorrente das profundas desigualdades sociais, raciais e culturais, consegue ser alegre, resiliente e extremamente criativo.

| Planejamento Estratégico

O Brasil conta com diferenciais competitivos que podem colocá-lo em posição de destaque no cenário mundial e nas cadeias globais de valor.

Poucos países do mundo possuem potencialidades hídricas tão importantes, reservas minerais, solo e tecnologia, para a produção de alimentos, matriz energética diversificada, biomas diferenciados, riqueza cultural caracterizada pela unidade nacional manifestada em uma única língua e imensa diversidade, criatividade popular e possibilidade de inovação tecnológica tão expressivas.

Não é possível esperar que esses fatores se desenvolvam natural e espontaneamente. Todos precisam ser articulados entre si por um planejamento estratégico definido de forma soberana e integrado ao Projeto Nacional de Desenvolvimento. A inovação e a economia criativa são elementos indispensáveis desse planejamento, pois estão presentes tanto no renascimento criativo da indústria que precisa de inovação tecnológica, como nos serviços, na comunicação e no marketing.

Um planejamento estratégico moderno e inovador inserirá nossas potencialidades na economia da era do conhecimento. Nele compreende-se que Estado e Mercado não são entes opostos, mas complementares, como já assim se configuram em países predominantemente socialistas e em países capitalistas. O Estado precisa exercer razoável controle de capitais para administrar uma taxa de câmbio competitiva. O fortíssimo setor bancário brasileiro pode e deve ser induzido pelo Estado Nacional, através do Banco Central e de outros organismos, a financiar o desenvolvimento tecnológico sustentável e cultural do Brasil.

Igualmente é necessário estabelecer políticas macroeconômicas que permitam redesenhar o perfil da dívida pública como forma de ampliar a capacidade de investimentos tanto pelo Estado brasileiro como pela iniciativa privada.

| Matriz Energética diversificada (hídrica, solar, eólica, da biomassa)

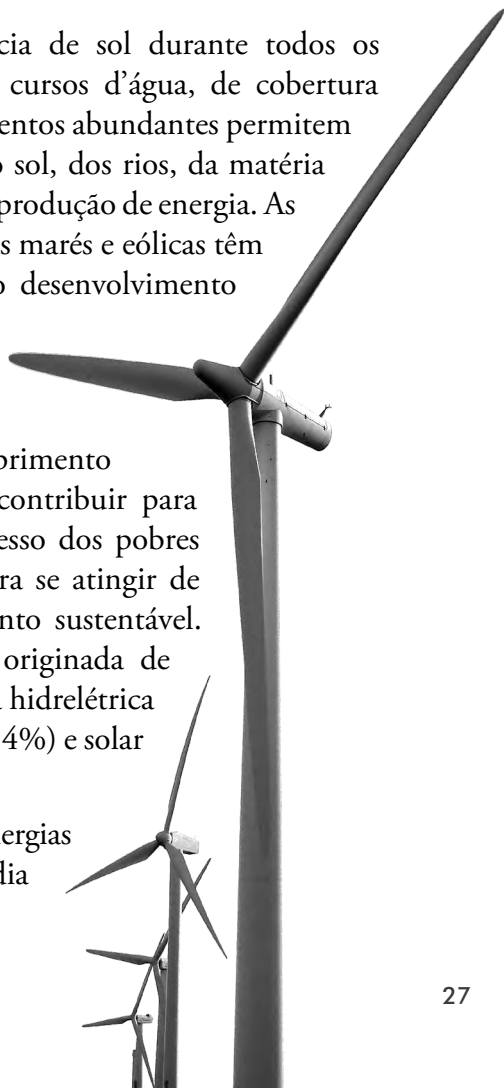
O Brasil já é importante referência mundial na produção diversificada e no uso de energias limpas e renováveis – 46,1% contra a média mundial de 14,2% na matriz energética geral.

Partindo dessa vantagem competitiva, poderá se constituir numa liderança mundial para resolver o problema da demanda crescente e do esgotamento de recursos. Esse cenário requer uma solução melhor do que o uso do petróleo e seus derivados como fontes de energia. É preciso que o Brasil, em sua enorme potencialidade e diversidade desenvolva cada vez mais e de forma mais acelerada as tecnologias que permitam o uso das fontes limpas e renováveis de energia.

Características como a imensa incidência de sol durante todos os períodos do ano, a volumosa quantidade de cursos d'água, de cobertura vegetal, e áreas de plantio, uma costa imensa e ventos abundantes permitem projetar a possibilidade de aumento do uso do sol, dos rios, da matéria viva dos ecossistemas, das marés e dos ventos na produção de energia. As fontes de energia solar, hídrica, de biomassa, das marés e eólicas têm as duas principais características desejáveis do desenvolvimento sustentável, no atual estágio de restrições econômicas, sociais e ambientais. São fontes limpas e renováveis de energia.

A parcela de energia renovável, no suprimento total de energia está se expandindo e pode contribuir para o crescimento da renda, do emprego e do acesso dos pobres à energia limpa, o que pode ser um vetor para se atingir de forma mais rápida as metas do desenvolvimento sustentável. O Brasil tem 82,9% de sua matriz elétrica originada de fontes renováveis. A participação é liderada pela hidrelétrica (64,9%), seguida de eólica (8,6%), biomassa (8,4%) e solar centralizada (1,02%).

Apesar da liderança mundial no uso de energias limpas e renováveis – 46,1% contra a média



mundial de 14,2% na matriz energética geral —, o uso de combustíveis fósseis ainda é muito marcante, notadamente para o transporte. É necessária a substituição crescente do diesel, da gasolina e do gás natural por novas fontes, como a energia elétrica, o biocombustível, o etanol, o hidrogênio e a energia eólica (carros movidos a ar comprimido). Na cena atual há que se garantir os avanços já conquistados com o uso crescente da mistura de biocombustível ao diesel.

O PSB propugna a necessidade de recuperação da capacidade do Estado na formulação menos tímida da política energética de longo prazo, visando a um desenvolvimento assentado nos preceitos da sustentabilidade por meio do aumento das fontes de energias renováveis em sua matriz energética ao mesmo tempo em que se opõe fortemente à ideia da privatização crescente do setor energético por considerá-lo um bem público e de caráter estratégico.

| Água (reserva hídrica de água doce e aquíferos)

O Brasil é dono de cerca de 12% das reservas de água doce superficial do mundo e de alguns dos maiores reservatórios subterrâneos de água líquida. Aproximadamente 97% da Terra está coberta de oceanos e de água imprópria para o consumo humano. Restam, portanto, menos de 3% de água doce, 2,5% congelada na Antártica, no Ártico e em geleiras, indisponíveis para uso imediato. Dos 0,5% restante, a maior parte está em aquíferos subterrâneos.

O PSB entende que a água é um recurso estratégico nacional que não pode estar disponível livremente apenas para os grupos econômicos que atuam tanto no agronegócio, no setor elétrico, na mineração e no saneamento. A água, portanto, somente pode ser explorada como uma concessão regulada e regulamentada por normas claras que permitam ao Estado garantir prioritariamente o acesso em quantidade e qualidade para o uso humano.

Pela sua importância social e estratégica não se pode permitir que a água torne-se propriedade privada. É necessário fortalecer a luta contra toda e qualquer forma de privatização da água, seja do setor de saneamento ou dos rios e aquíferos brasileiros. A água é um bem público, é um patrimônio brasileiro e deve ser um direito de toda a humanidade, e não um recurso a ser mercantilizado para atender aos interesses do capital.

| Biodiversidade (terrestres e aquáticas)

A biodiversidade, característica dos principais biomas brasileiros, é um elemento de importância estratégica devido, entre outros fatores, ao seu enorme potencial como fornecedora de matéria-prima para diversos setores da economia, além da possibilidade de desenvolvimento inovador, com o emprego de novas tecnologias abertas pelos mercados de produtos obtidos de forma ambientalmente responsável. A incorporação, no Brasil, de modelos sustentáveis de uso dos recursos é, portanto, vista como um diferencial capaz de gerar vantagens competitivas.

Cada um dos biomas terrestres (Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa) e do bioma marinho (Amazônia Azul) tem suas peculiaridades. Em cada um deles existem articulações políticas, assentadas em diálogos sociais e políticos, que precisam ser apoiadas para que se fortaleça o seu papel protagonista na direção da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável implica necessariamente uma economia inclusiva, com proteção social e que garanta a conservação ambiental.

A manutenção de serviços ecossistêmicos de relevância global de cada bioma, como a regulação do clima, a conservação da biodiversidade, a provisão da água, e a oferta de alimentos, revela a posição estratégica de cada um deles para a economia brasileira. Apesar da expansão do agronegócio ter contribuído para a emergência do Brasil na produção de commodities agrícolas, a conversão das áreas dos biomas em áreas de plantio ou de pecuária tem levado, em certas situações à degradação dos diferentes tipos de vegetação e do solo e à invasão biológica de pragas, ameaçando o bom funcionamento das funções ecossistêmicas dos biomas.

O PSB entende que urge defender os serviços ecossistêmicos prestados pelos biomas, empreendendo ações políticas que visem ao fortalecimento do sistema de áreas protegidas, de proteção integral e de uso sustentável, além de medidas que objetivem recuperar as políticas para garantir a homologação de terras indígenas, a reforma agrária e a regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais. A base para essa construção é a emergência do estabelecimento de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que absorva e incorpore o conceito de desenvolvimento sustentável e da Economia Criativa. Esse Projeto precisa incorporar estratégias que compreendam a importância que as novas tecnologias desenvolvidas em tempos de Economia 4.0 exercem sobre esse enorme ativo econômico brasileiro, que são os seus biomas.

| Área agricultável

O Brasil pode contribuir fortemente para alimentar o mundo, devido à sua extensão territorial, às suas áreas agricultáveis, às riquezas dos seus biomas e às tecnologias desenvolvidas e aplicadas nos setores de ponta do agronegócio. O agronegócio, aliás, representa importante fator de fortalecimento da economia brasileira e de nossas exportações.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO) aponta que a agricultura mundial terá de ampliar em 80% a produção de alimentos, até 2050, para atender às necessidades de uma população projetada de 9,7 bilhões de pessoas. Nesse cálculo, o Brasil deverá responder por metade desse montante.

O País pode tornar esse desafio uma oportunidade, porque tem produtores dinâmicos e empreendedores, clima favorável, abundância de terras, e é uma nação com potencial para fazer crescer a produção agrícola.

Nesse contexto é necessário, com urgência, aumentar a produtividade e a densidade tecnológica do conjunto da atividade agropastoril, de modo a preservar as áreas de floresta, a biodiversidade, o modo de vida de populações tradicionais e povos indígenas. Somando-se ao setor primário a indústria extrativa – especialmente a mineral – é absolutamente mandatário conceber políticas públicas que ampliem o valor agregado de nossa produção, internalizando em escala significativamente superior à atual, os benefícios da exploração de terras, jazidas minerais, entre outros ativos ambientais.

A agricultura familiar no Brasil é a principal produtora dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Diferente das monoculturas desenvolvidas pelo agronegócio, esse tipo de manejo do solo produz alimentos variados, e é realizado quase sempre com respeito ao solo e ao ecossistema, e é feito por brasileiras e brasileiros que tem a terra como a principal fonte de sustento.

A agricultura familiar diferencia-se dos demais tipos de agricultura pois a gestão da propriedade é compartilhada pela família e os alimentos produzidos constituem a principal fonte de renda para essas pessoas. No Brasil, a atividade envolve aproximadamente 4,4 milhões de famílias e é responsável por gerar renda para 70% dos brasileiros no campo.

O PSB defende o fortalecimento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) para promover a ampliação ou modernização da estrutura

produtiva nos estabelecimentos rurais. Esses pequenos produtores têm acesso a apenas 14% de todo o financiamento disponível para a agricultura e se concentram em apenas 23% das terras agriculturáveis no País. Apesar de estarem ativos, esses programas sofrem de baixo financiamento com a paralisação de empréstimos por falta de verba.

| Amazônia 4.0

Para organizar um necessário projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira é fundamental estabelecer uma estratégia para o efetivo exercício da soberania nacional sobre a região, pois o montante e os valores dos ativos existentes nesse território possuem grande valor. A biodiversidade amazônica proporciona diversas vantagens competitivas mundiais e pode ser um fator estratégico na economia, principalmente para a inovação tecnológica na região, na cadeia de valor global.

O PSB defende que uma estratégia de desenvolvimento sustentável da Amazônia deve ser parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, liderado por um governo que tenha como objetivo inserir soberanamente o Brasil nas cadeias globais de valor, com uma produção biotecnológica genuinamente brasileira.



O projeto em questão deve obrigatoriamente articular políticas públicas, agências de pesquisas e fomento, assegurando que a iniciativa se converta em política de Estado, a exemplo do que foram os projetos exitosos da Petrobras, da Embraer e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ambos concebidos, criados e gestados pelo Estado brasileiro, por sucessivos governos. Esse projeto de desenvolvimento proposto é designado de Projeto Amazônia 4.0, ou simplesmente Amazônia 4.0. Constitui-se em uma espécie de choque de industrialização brasileira, regionalmente localizado. Significa trazer indústrias modernas, com ferramentas do século XXI e da Economia Criativa, denominada de Quarta Revolução Industrial, para criar uma nova industrialização desse imenso potencial econômico da biodiversidade brasileira, localizada no Norte do País.

Essa iniciativa é possível e viável como estratégia de desenvolvimento baseada na exploração racional dos recursos, na conservação, na inovação e na Economia Criativa. Ao invés de queimar, derrubar e transformar a floresta, primeiro em madeira clandestina e depois em pastos, é preciso preservá-la, e explorar sustentavelmente esse imenso ativo biológico e de enorme valor na era do conhecimento.

O Projeto Amazônia 4.0 pode trazer indústrias para todas as escalas, inclusive para pequenas comunidades e também para as cidades. Isso possibilita transformar esse potencial em produtos, em conhecimento biotecnológico, atingindo mercados globais, portanto, transformar-se numa marca brasileira. O estímulo à agroindústria florestal, ou biofábricas, pode tornar-se um diferencial competitivo do Brasil. Tal iniciativa deverá articular também os investimentos públicos, em parceria com as iniciativas privadas nacional e internacional, que poderão encarregar-se da gestão dos inúmeros empreendimentos que emergirão das diversas linhas de pesquisa. A coordenação dos esforços de comunicação e marketing dos produtos originários dessa região, com vista à exportação, compõe outra atividade prevista.

| Amazônia Azul

A Amazônia Azul, ou território marítimo brasileiro, é a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do Brasil, uma área que corresponde a 4,5 milhões de quilômetros quadrados, ou o equivalente à superfície da Floresta Amazônica (mais da metade da área do Brasil continental).

Essa região possui muitas riquezas e potencial de uso econômico de diversos tipos, como: pesca, minerais, enorme biodiversidade de espécies marítimas nativas desta região, petróleo, como o encontrado na Bacia de Campos e no pré-sal, e aproveitamento de energia maremotriz e energia eólica em alto-mar ou offshore.

Essa região sobre a qual o Brasil exerce soberania tem um enorme potencial de recursos na sua biodiversidade como os recursos minerais energéticos, não extrativos, alguns já em exploração, fármacos e alimentos.

Apesar de ser chamada de “Amazônia Azul”, a zona econômica exclusiva engloba toda a margem da costa marítima brasileira, compreendendo tanto as áreas marinhas do Brasil situadas ao largo da porção continental quanto aquelas localizadas ao redor das ilhas oceânicas e rochedos, como do Arquipélago de Fernando de Noronha e das ilhas Trindade e Martim Vaz. Entretanto, sua importância é pouco reconhecida pelos brasileiros, tendo em vista a exploração nem sempre sustentável de seus recursos.

O PSB propõe uma articulação da sociedade civil com os Estados que compõem a região para estruturar uma agência de desenvolvimento da Costa Atlântica e Amazônia Azul capaz de formular programas de desenvolvimento econômico, social, ambiental e turístico para esse importante bioma brasileiro.



| A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável

O Brasil é muito rico em minérios. Em termos de reservas globais, o País detém, por exemplo, 98,8% das reservas de nióbio e 16,8% de ferro. O setor mineral, base para diversas cadeias produtivas, participa com 4,2% do PIB e 20% do total das exportações brasileiras. De tudo o que se produz, 85% é exportado. Apesar de sua importância, os minérios são exportados com baixíssimo valor agregado.

Os minérios metálicos responderam, em 2019, por cerca de 80% do valor total da produção mineral brasileira. Alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco, corresponderem a 99,7% do valor total da produção e somaram R\$ 129 bilhões.

A mineração brasileira, dada a sua importância econômica e social, sempre foi tratada como uma “atividade de interesse público” e, por isso, condicionada a impositivos legais que incluem todo o ordenamento jurídico sobre a matéria. Apesar de o Brasil possuir tantos recursos e riquezas minerais, o processo de transformação e produção fica nas mãos de grandes empresas multinacionais. Consequentemente, a maior parte dos lucros não permanece no País e não beneficia a população brasileira.

Não raras vezes a atividade tem se consolidado ancorada num modelo de exploração irracional e nada sustentável, deixando por onde passa uma pegada ambiental lastreada na destruição e no desequilíbrio do meio ambiente e na completa desarticulação da socioeconomia local. No entanto, a sobrevivência empresarial desses e de outros ramos econômicos depende de adequação com os procedimentos que legitimem a intervenção no meio físico.

O PSB defende a necessidade de exploração do potencial minerário conhecido com investimentos em pesquisas para identificar, quantificar e qualificar os minérios e as minas existentes e desconhecidas. Esse enorme potencial precisa ser articulado no âmbito de um Projeto Nacional de Desenvolvimento para assegurar a emancipação do Brasil em termos de exploração sustentável.

A exploração do potencial minerário não pode abdicar em hipótese alguma de ancorar todos os esforços na premissa da sustentabilidade. Os ganhos gerados pelos investidores numa atividade mineral não podem ser exclusivos

dos acionistas. A premissa do socialismo criativo determina que o crescimento da geração contemporânea, não sacrifique o bem-estar das gerações futuras. Para que isso ocorra é necessário que todos os projetos de mineração sejam submetidos a rigorosos processos públicos e transparentes de licenciamento.

Nessa perspectiva, um dos primeiros desafios a ser tratado na formulação de uma verdadeira política mineral que defenda os interesses nacionais é promover o estímulo na alteração da estrutura produtiva do setor mineral com vistas ao adensamento das cadeias produtivas com o processamento industrial dos minérios. Almeja-se com isso ampliar os níveis de emprego, de renda, de desenvolvimento local e regional, abastecer em nível de excelência o suprimento do mercado nacional e assegurar ampla inserção, mais competitiva e soberana no mercado global.

O PSB propõe o emprego de legislação que organize a produção mineral, de forma que as áreas indígenas e quilombolas sejam totalmente respeitadas. Com relação à mineração e aos impactos da atividade nos patrimônios histórico, cultural, paisagístico e turístico, é necessário equacionar o conflito de uso do espaço entre as atividades econômicas e os interesses difusos da sociedade, e cabe ao Estado arbitrar em razão de valores tangíveis e intangíveis.

Para perenizar o desenvolvimento após a mineração, há que se considerar que os recursos minerais passíveis de uso pela sociedade são bens finitos no tempo e no espaço. Mesmo aquelas gigantescas jazidas formadas pela generosidade dos processos geológicos devem ser aproveitadas com parcimônia, evitando-se a lavra ambiciosa ou predatória.

Do ponto de vista econômico, o grande desafio da atividade mineradora no Brasil é a agregação de valor, possível com uma industrialização moderna e criativa, que possibilite sua inserção nas cadeias globais de valor, mantendo a soberania do País.

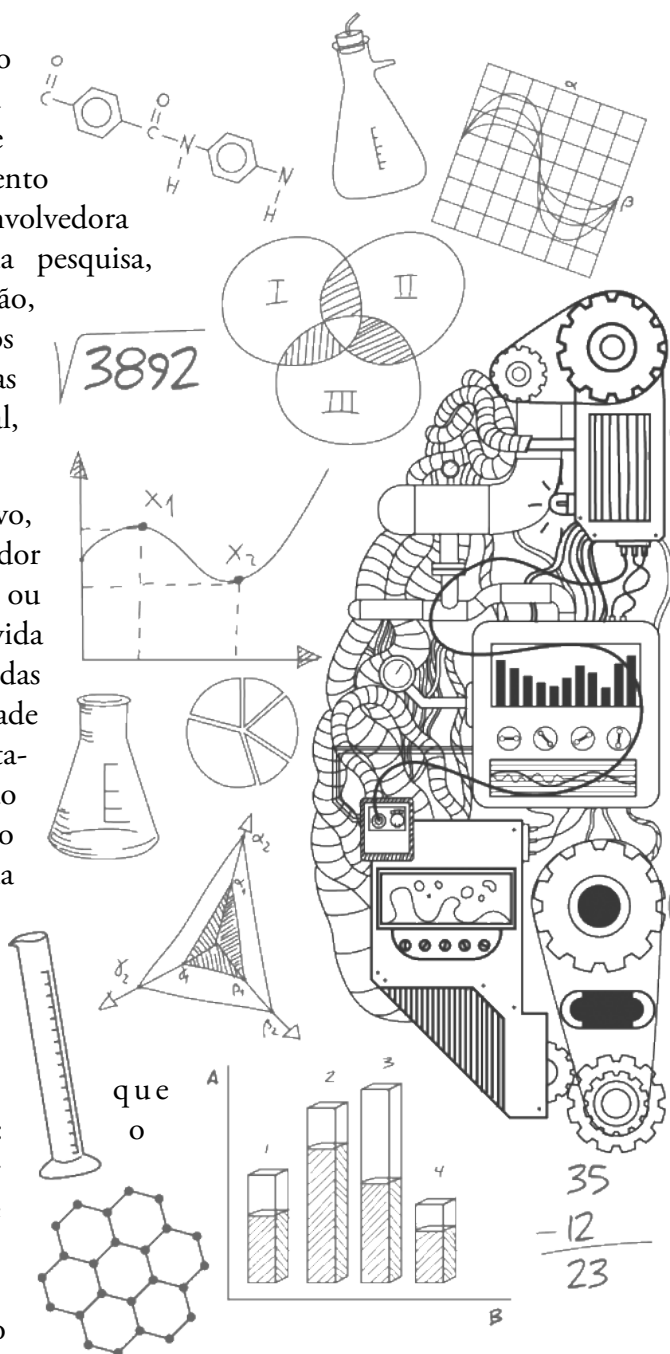


| Criatividade, Inteligência Nacional e Inovação Tecnológica

Conhecimento e inovação são frutos da mesma árvore, filhos de uma mesma família, a ciência. Essa é a mãe da educação, produtora do pensamento crítico e da inteligência, desenvolvedora de sensibilidades, estimuladora da pesquisa, da curiosidade e da investigação, cujos frutos e acúmulos somados possibilitam evoluções civilizatórias na direção do desenvolvimento social, cultural e econômico.

Inovação é um processo criativo, revolucionário e transformador que possibilita rupturas parciais ou completas, impactando o modo de vida e o desenvolvimento das pessoas, das sociedades e das nações. A diversidade dos significados de inovação manifesta-se pela abrangência de sua aplicação como vetor de desenvolvimento humano, da formação de capital e da melhoria da qualidade de vida.

Um sistema nacional de inovação é um grupo articulado de instituições dos setores público e privado. Há três agentes principais, atuam de forma integrada: Estado responsável por aplicar e fomentar políticas públicas de ciência e tecnologia; as universidades e institutos de pesquisa, responsáveis por criar e disseminar conhecimento



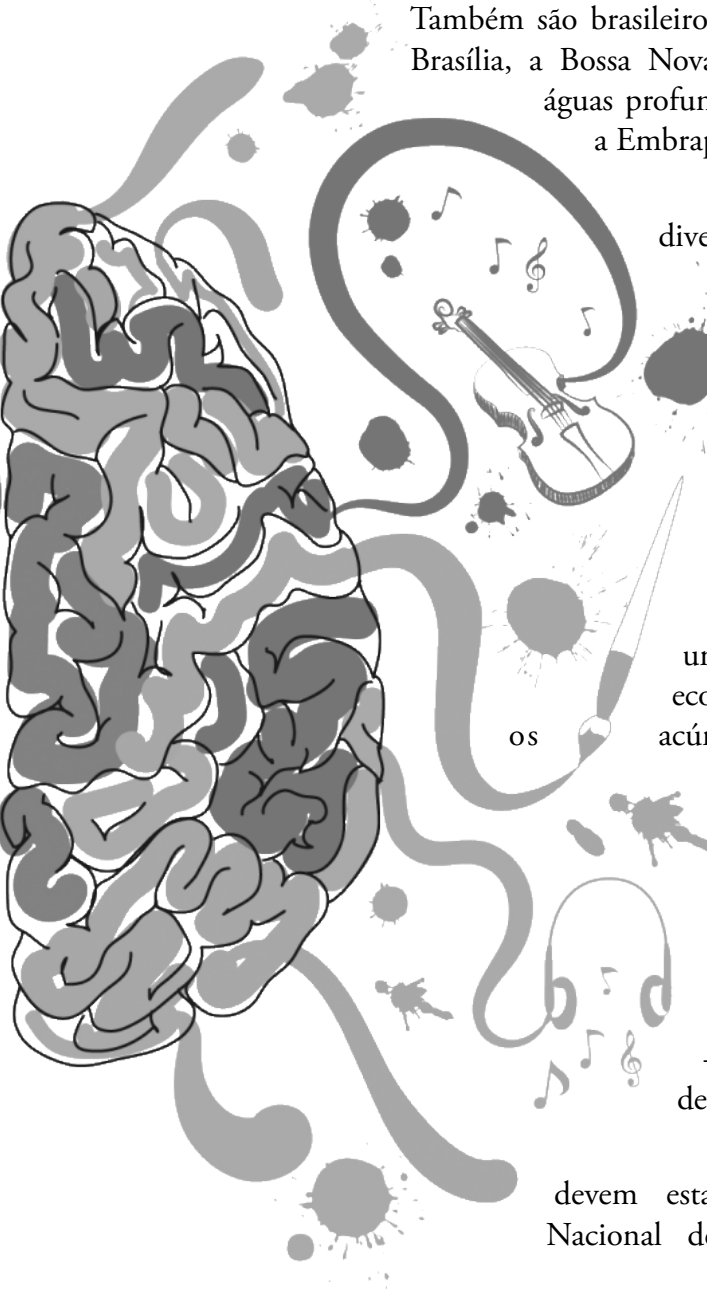
e as empresas responsáveis por investir na transformação do conhecimento em produtos.

O Brasil em poucas décadas deu mostras de inovações revolucionárias por meio da criação do SUS e do Fundeb. Dois sistemas públicos, gratuitos e universais de atendimento, garantia e valorização dos direitos humanos. Também são brasileiros a arquitetura, o paisagismo de Brasília, a Bossa Nova, a exploração de petróleo em águas profundas desenvolvida pela Petrobras, a Embrapa e a Embraer.

É um processo que inclui um diversificado conjunto de técnicas, observações de padrões de consumo, concepções filosóficas e de vida, desenvolvimento e gestão que resultam num novo – ou melhorado – produto, ou na primeira utilização de novos – ou melhorados – processos.

A inovação possui também um caráter valorativo inerente à economia criativa. Esta aproveita acúmulos e experiências anteriores existentes e presentes no cotidiano das pessoas, embarcando medidas que propiciam mudanças para melhor, assegurando aspectos novos, corrigindo, adaptando às novas condições, algo que – apesar de funcionar – está defasado ou inadequado.

Os programas de inovação devem estar articulados em um Plano Nacional de Desenvolvimento, de modo



que possam contribuir, por exemplo, para o aproveitamento do enorme potencial existente na Amazônia brasileira e para o renascimento criativo da indústria. Deve ainda organizar esforços de uma inteligência que assegurem a emancipação nacional em temas estratégico como o aeroespacial e defesa, gestão das águas, produção de alimentos, biomas e bioeconomia, ciências e tecnologias sociais, mudanças climáticas, economia 4.0 e sociedade digital, energias renováveis, minerais estratégicos, nuclear, complexo da saúde e ainda para exploração do enorme potencial existente na Amazônia Azul.

O PSB defende a priorização de investimento em educação sob a lógica do estímulo à pesquisa desde a educação básica. Defende igualmente, o fortalecimento de programas de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de inovações e tecnologias que possam – assim como os êxitos descritos anteriormente – propiciar a superação das desigualdades sociais e econômicas que assolam a nação brasileira.

Eixo Temático I

Reforma do

Estado



O Eixo Temático I - Reforma do Estado - é integrado pelos temas da Reforma Política, Reforma do Aparelho de Estado, Reforma Fiscal/Tributária, Política Externa, e Defesa Nacional. Os tópicos são estruturantes para a reforma do Estado brasileiro e para que este atue como construtor de um processo civilizatório e emancipatório direcionado às pessoas que mais necessitam, assegurando-lhes acesso universal e permanente aos bens e serviços públicos.

A proposta de Reforma do Estado deve envolver prioritariamente o combate a todas as formas de desigualdades e privilégios e estar igualmente capacitada para a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil.

| O Estado Brasileiro que Queremos

1 | O Estado brasileiro para atender às necessidades da sociedade e equacionar os desafios do século XXI - Era do Conhecimento -, deve ser pautado em novas diretrizes criativas, em especial, no enfrentamento diário das desigualdades e na promoção dos princípios do humanismo, da diversidade, da universalidade, da solidariedade e da igualdade.

2 | Essas novas diretrizes devem estar refletidas em paradigmas organizacionais, como o planejamento estratégico, o acesso e o desempenho meritocráticos em carreiras do serviço público e pela atividade ética e transparente.

3 | Embora numa sociedade de classes não se possa pretender a completa neutralidade do Estado, a Reforma defendida pelo PSB pretende ampliar a influência e o poder dos interesses do trabalho no aparelho estatal.

4 | É imperativo a eliminar a privatização e a precarização do serviço público, notadamente na saúde e na educação. Esses setores estão fragilmente servidos pela terceirização irrestrita e por agências capturadas e manipuladas pelo mercado.

5 | O Brasil precisa de um Estado forte, democrático e eficiente. Um Estado que tenha como missão o cumprimento de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Reforma do Estado

6 | O Estado brasileiro deverá ser o condutor de um processo civilizatório e emancipatório direcionado aos diferentes segmentos sociais, principalmente os menos privilegiados.

7 | A proposta do PSB de Reforma do Estado contempla os três poderes envolve o combate a todas as formas de desigualdades e capacita o Estado para a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento para um Brasil, próspero, sustentável e igualitário.

8 | A reforma terá por meta orientar os três poderes a atender às demandas da sociedade, tanto no sentido político amplo, quanto na entrega de serviços públicos de qualidade, com foco prioritário nos segmentos sociais menos privilegiados e nos mais vulneráveis.

9 | É imprescindível a repactuação de um Novo Federalismo, com a ampliação da autonomia de estados e municípios e o reordenamento de receitas e despesas correspondentes aos serviços assumidos por todos.

10 | No plano internacional deve se manter a tradição diplomática do País de respeito à autodeterminação dos povos, ao multilateralismo, à luta intransigente pela paz e amizade entre os povos, à ampliação das relações culturais, comerciais e técnicas, e à noção de recepção-acolhida de expatriados.

Novo Federalismo

11 | O Novo Federalismo brasileiro, para além das obrigações, precisará descentralizar as receitas, a partir de uma construção colaborativa

entre os entes federados, levando em conta as desigualdades regionais e a definição de padrões mínimos nacionais, para as diversas áreas temáticas de políticas públicas.

12 | É necessário promover a transição e superação de um federalismo concentrador e conflituoso, para um Estado federado cooperativo, capaz de diminuir as desigualdades regionais e ampliar a autonomia dos entes subnacionais.

13 | Constitui estratégia especial vencer o estigma centralista pelo lado tributário, de modo a alterar o quadro de concentração arrecadatória nos cofres da União (65% da carga tributária) contra 20% destinados aos estados e 15% aos municípios.

14 | Em um Novo Federalismo brasileiro, os estados e municípios serão empoderados, por meio do fortalecimento do princípio da subsidiariedade, que pressupõe uma interlocução de baixo para cima. O que não implica deixar de reconhecer o papel central que a União deve exercer na formulação de políticas visando a assegurar prosperidade econômica e social, notadamente por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento em que se articularão o planejamento estratégico de longo prazo para as ações das políticas econômicas, ciência e tecnologia, saúde, educação, previdência, segurança pública, entre outras.

15 | Serão igualmente valorizadas e fortalecidas as transferências fundo a fundo (repasses constitucionalizados dos recursos da União para os estados e municípios).

Separação entre Partido e Governo

16 | Na condução de governos, os socialistas devem levar a cabo ações e programas que avancem na direção dos objetivos de longo prazo do Partido, de acordo com as circunstâncias e a situação política. Inclusive, porque um projeto de longo prazo, como o aqui proposto, não se efetivará integralmente no período de um mandato governamental.

17 | A clara separação entre governo e partido deve ser perseguida de forma ininterrupta e incansável.

18 | Ao Partido, como formulador de políticas, compete cobrar e fiscalizar o governo.

19 | Essa separação possibilita também um lugar destacado para a militância partidária deixando claro que essa pode se dar sem necessariamente os militantes ocuparem a cargos executivos ou legislativos.

| Reforma Política

20 | É necessário haver um redesenho do sistema político, com o objetivo de fazer com que as instituições partidárias se definam de modo claro, nos aspectos político, ideológico e programático, de forma a estabelecer uma relação entre representantes e representados com base nas convicções e nos perfis ideológicos.

21 | A insuficiência da democracia representativa requer a intensificação do uso dos mecanismos de participação da população como o plebiscito, o referendo e os projetos de lei de iniciativa popular.

22 | Defesa do fortalecimento da democracia mediante adoção de ferramentas de uma democracia digital, além de possível é extremamente necessária.

23 | Os conselhos municipais, previstos na Constituição e vinculados às políticas públicas, desempenham papel importante nas estratégias de controle social. Entretanto, é fundamental alterar a lógica de composição e funcionamento dos mesmos, ampliando seus poderes deliberativos quanto ao acompanhamento da execução das políticas, em especial a gestão orçamentária.



Reforma no Sistema Eleitoral

24 | O PSB considera a Reforma Eleitoral como a mais premente e urgente de todas.

25 | Independentemente do Sistema de Governo, é fundamental incorporar mudanças no sistema eleitoral brasileiro por meio da adoção do Voto Distrital Misto, mantida a obrigatoriedade do voto.

26 | Nesse processo distrital misto, uma parte dos eleitos deve emergir dos distritos e outra, pela votação geral do estado pelo qual o candidato disputar a eleição em dois turnos. No primeiro turno, todos os candidatos de todos os partidos, devem se apresentar. No segundo, a disputa será entre os dois mais votados em cada distrito.

27 | Os esforços deverão orientar o sistema partidário pelo fortalecimento de cláusula de desempenho eleitoral dos partidos, com o objetivo claro de reduzir a multiplicação artificial do número de partidos.

28 | O Referendo Revogatório ou Voto Destituente (recall), corresponderá à possibilidade de, em caso de desconfiança, os eleitores voltarem às urnas para revogar o mandato do eleito infiel.

29 | É necessário adotar o fim das reeleições dos cargos executivos cujos mandatos deverão ter duração de cinco anos.

30 | Considerando que quase nenhum parlamentar consegue votos necessários para preencher o coeficiente eleitoral é necessário reforçar a ideia de que os mandatos parlamentares pertencem aos partidos e devem fidelidade aos seus programas e orientações.

31 | Aos partidos e às campanhas deverão ser assegurados a garantia de financiamento público, o tempo para propaganda partidária e eleitoral gratuitos nas TVs e rádios e, principalmente, nas mídias sociais.

32 | É fundamental manter a proibição de financiamento empresarial e reforçar o estabelecimento de teto para autofinanciamento de candidaturas.

33 | Deverá ser adotada a exigência de tempo mínimo de um ano de filiação partidária para candidaturas em disputas eleitorais.

34 | Adoção de cláusula de desempenho eleitoral mínimo para a Câmara Federal de 5%, como estratégia de fortalecimento do sistema partidário.

Gestão do Estado

35 | O PSB defende que a gestão do Estado brasileiro seja precisa, efetiva e simplificada.

36 | A profissionalização da burocracia administrativa deve significar que o acesso à condição de servidor público é meritocrático através de concursos e de capacitação permanente, salvo as exceções relativas às emergências temporárias ou a cargos de alta direção política. Mas que em todos os casos o patrão de todos os servidores é o povo, o verdadeiro dono do Estado.

37 | Os serviços públicos podem ser complementados por instituições contratadas submetidas a rigorosas licitações públicas, mediante planejamento e fiscalização com critérios amplamente divulgados que possibilitem o controle social.

38 | A gestão dos recursos humanos é um elemento essencial na modernização da gestão do Estado. Admitidos mediante concursos e seleções públicas, o trabalhador do serviço público deve ser protegido por segurança jurídica.

39 | Os servidores devem ser valorizados, estimulados e incentivados a realizar capacitações e atualizações e submetidos a avaliações de desempenho sistemáticas, como forma de estímulos ao aperfeiçoamento e acompanhamento acelerado de mudanças, métodos e tecnologias.

40 | Respeitado o processo legal, os desvios cometidos, notadamente os abusos de autoridade e de desrespeito aos cidadãos, aos contribuintes e aos usuários dos serviços públicos, devem ser exemplarmente punidos. O combate aos desvios constitui parte estratégica do fortalecimento das ações do Estado.

41 | Os sistemas de gestão das políticas públicas do Estado brasileiro, nos três poderes e nas três esferas, devem convergir para bases únicas, desenvolvidas em plataformas digitais livres, de fácil uso, consulta e ampliação do acesso e transparência das informações.

42 | A responsabilidade fiscal é outro elemento vital na gestão do Estado. Sem sustentabilidade financeira não há como geri-lo eficaz e eficientemente.

Governo Aberto e Gestão Compartilhada

43 | É preciso reforçar os instrumentos de transparência das contas públicas e dos serviços prestados pelos três poderes, nas três esferas de governo, por meio de um mecanismo de Governo Aberto, que alcance todos os processos - humanos, materiais e financeiros.

44 | É necessário, ainda, ampliar as experiências de Gestão Compartilhada já constatadas, exitosas e providas de usabilidade, tornando-as política institucional capaz de reunir cidadãos no acompanhamento dos gastos e na execução de obras e de serviços públicos, por meio de dispositivos móveis, combatendo o desperdício e o superfaturamento.

45 | Uma forma de ampliar os resultados da Gestão Compartilhada é a universalização da identificação individualizada do ordenador de despesa, por meio de Cartão de Pagamento, no qual conste seu nome e CPF.

Crítica ao Presidencialismo brasileiro

46 | O presidencialismo brasileiro acabou se transformando numa verdadeira fábrica de crises políticas e institucionais, poderes imperiais e salvadores da pátria.

47 | O presidencialismo brasileiro tem sido incapaz de conduzir os debates com a sociedade brasileira, visando a organizar um pensamento de mobilização e construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, contemplando uma inserção internacional soberana e o combate das desigualdades.

48 | A alegada vantagem do presidencialismo é que por ter sido eleito pelo voto direto o presidente tem grande legitimidade. Esse processo eleitoral tornaria o presidente uma figura forte. Mas o presidente necessita de apoio da maioria



no Congresso para aprovar e implementar as políticas constantes em seu programa de governo e se assegurar no cargo com relativa estabilidade.

49 | Esse equilíbrio fica mais complexo e exige grandes esforços de negociação quase sempre marcadas pelo fisiologismo, quando não pela corrupção. No atual sistema cada parlamentar considera-se senhor quase absoluto do seu mandato o que facilita a formação de verdadeiros condomínios políticos onde prevalecem os interesses individuais e/ou de grupos e nem sempre republicanos. Ao invés de fiscalizar o Poder Executivo os parlamentares federais fatiam o orçamento da União em benefício de interesse menores e individuais.

50 | No presidencialismo esses problemas reproduzem-se em escalas regional e municipal com governadores e deputados estaduais, prefeitos e vereadores

Sistema de Governo: Defesa do parlamentarismo

51 | O Partido Socialista Brasileiro defende a adoção do parlamentarismo como instrumento de fortalecimento da democracia e ampliação do controle das ações dos governos e do Estado.

52 | O parlamentarismo possui enorme capacidade de solucionar crises políticas e evitar que se desdobrem em crises institucionais.

53 | No parlamentarismo as pessoas votam não em lideranças individuais e midiáticas, mas em partidos com programas definidos e conhecidos.

54 | O sistema parlamentarista levará também os partidos a democratizarem as suas estruturas, abrindo-se mais a participações relativas a gênero, etnias e gerações.

55 | No parlamentarismo - que só é possível a partir de uma reforma política e eleitoral que fortaleça os partidos com a redução do seu número e votação em lista – maiorias podem se formar no parlamento organizadas em torno de projetos partidários de políticas públicas e de governo.

Judiciário Moderno

56 | Os tribunais públicos são estruturas importantes do Estado de direito democrático, portanto, é fundamental a modernização e a democratização das suas formações.

57 | É imperioso adotar o limite de oito anos para o exercício das funções de ministros e desembargadores de Tribunais Superiores e Estaduais.

58 | Assim como adotar novas formas, critérios técnicos, meritórios e de transparência de assunção a essas vagas.

59 | É necessário eliminar os privilégios institucionais e remuneratórios que caracterizam o judiciário brasileiro.

Agência de Controle da Dívida Pública e de Atividades Financeiras

60 | É necessária a criação de uma estrutura que una o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) a outra unidade administrativa, que analise e promova a auditoria permanente da dívida pública. Essa estrutura deve ser organizada na forma de Agência Reguladora.

61 | O estabelecimento de arquivos e registros públicos que permitam detectar os verdadeiros donos das empresas do País é um desafio que deve ser enfrentado prontamente. Isso possibilitará a identificação de empresas offshore de brasileiros, instaladas em “paraísos fiscais”, bem como organizar esforços tributários para alcançar essas anomalias que beneficiam apenas os ricos e milionários.

Tribunais de Contas

62 | Os integrantes dos Tribunais de Contas da União, de Estados e Municípios deverão estar protegidos por mandatos de oito anos.

63 | Os tribunais deverão ser redesenhados funcional e administrativamente, transformando-os em Auditorias Gerais independentes, com estrutura colegiada, e ser considerados como órgãos

de Estado, atuando exclusivamente como órgãos assessores dos respectivos poderes legislativos, o que os distinguirá do controle interno, exercido por outros órgãos da administração pública.

Novo Poder Legislativo

64 | Para que os parlamentos recuperem a respeitabilidade e a confiança do povo, o PSB defende a Reforma no Poder Legislativo.

65 | O PSB defende o legislativo nacional unicameral por meio da Câmara dos Deputados.

66 | O processo legislativo orçamentário deverá passar por uma requalificação das Comissões de Orçamento, com funcionamento permanente, entretanto, apenas como sistematizadoras das propostas do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como de projetos de crédito especial ou suplementar.

67 | A modificação das leis orçamentárias passará a ser de competência e responsabilidade das Comissões Temáticas de Trabalho, Educação, Saúde e outras vinculadas ao objeto da despesa e depois aprovadas pelo plenário das casas legislativas.

68 | A Reforma do Legislativo deverá adotar os projetos de iniciativa popular cuja tramitação deve seguir os mesmos critérios para a convocação dos plebiscitos e referendos. A apresentação dessas alternativas exigirá assinatura eletrônica de 0,5% dos eleitores nacionais, distribuídos por pelo menos cinco estados, e os projetos tramitarão no Congresso Nacional, com prazos e ritos equivalentes às medidas provisórias.

Planejamento, Função do Estado Moderno

69 | O planejamento de longo prazo é parte indissociável de um Estado nacional moderno que exige projeção de ações para períodos superiores aos mandatos do Governos. E tem como cerne a busca da prosperidade e o efetivo combate às desigualdades.

70 | O planejamento estratégico é parte sequencial de um Projeto

Nacional de Desenvolvimento, que define os objetivos nacionais de longo prazo e tem como cerne o combate às desigualdades. Essas políticas deverão ser orientadas pelos princípios da inclusão, universalização do acesso, do respeito e acolhimento à diversidade, da superação das desigualdades e da emancipação da sociedade.

71 | O Planejamento Estratégico estimulará e conceberá políticas públicas de infraestrutura e políticas sociais, que se estruturarão em insumos e matérias-primas, cuja produção respeite os princípios da economia verde e fontes de energias limpas, baratas e renováveis, como nova estratégia de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

72 | A transição ecológica do modelo atual - de exploração predatória dos recursos naturais e consumo irracional - para uma economia de baixo carbono será alcançada com investimentos em inovações tecnológicas e pela construção e adoção de pactos verdes, que tenham como meta o uso racional e sustentável dos recursos naturais, especialmente o potencial econômico existente nos ativos naturais dos biomas brasileiros, notadamente na Amazônia.

73 | Desse planejamento deverá constar Investimentos pesados em ciência, tecnologia e inovação, fatores essenciais da economia criativa, constituirão a base para assegurar um renascimento criativo da indústria ancorada em princípios e valores da sociedade do conhecimento, com aproveitamento dos grandes ativos nacionais.

| Reforma Fiscal e Tributária

Sentido Social do Ato Arrecadatório

74 | A reforma fiscal e tributária defendida pelos socialistas combaterá fortemente a regressividade da carga tributária brasileira. Tal situação decorre do fato de que, proporcionalmente à renda, os mais pobres pagam muito mais impostos do que os mais ricos.

75 | Elevar os índices de tributação para produtos exportados in natura e, progressivamente, diminuir a incidência de impostos aos produtos gerados a cada etapa de processamento e agregação de valor.

76 | A diretriz clara envolve a redução da incidência de impostos sobre consumo e aumento dos impostos sobre a renda dos mais ricos, invertendo o quadro atual e cumprindo o papel de, com as políticas públicas, contribuir para a transferência da renda dos mais ricos para os mais pobres.

77 | Constituem ainda diretrizes a diminuição ou eliminação das desonerações fiscais sobre as rendas altas - especificamente a não taxação de lucros e dividendos. Será ampliada a tributação patrimonial, o Imposto Territorial Rural (ITR) e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). Destaque especial será dado para a adoção do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

78 | O PSB atribui um sentido social ao ato arrecadatório. Significa assegurar uma boa prática fiscal, orientada por sistemas que simplifiquem os processos arrecadatórios - produzam um avanço na direção da construção de um Estado de Bem-estar Social.

79 | A incidência dos impostos serão com maior intensidade sobre a renda direta, os rendimentos e os ganhos de capital. A síntese da reforma socialista é: Quem ganha pouco, paga pouco; e quem ganha mais, paga mais.



Reforma Fiscal e Tributária e o Novo Federalismo

80 | A proposta socialista para as relações entre reforma fiscal e tributária e o desenho federativo do Brasil é reduzir a macrocefalia da União, que concentra a maior fatia dos recursos, deixando estados e municípios em dificuldades.

81 | O Novo Federalismo será orientado pela adoção de medidas de manutenção das fontes próprias de receitas dos municípios e estados; pela adoção de mecanismos de compensação dos aspectos relativos ao dinamismo econômico de cada unidade federada, diminuindo sua dependência dos repasses da União.

82 | É necessário redesenhar o perfil da dívida pública brasileira, para se obter uma forte redução no peso das despesas com juros, serviços da dívida, renovação-recompra dos títulos da dívida pública, para que essa redução permita à União, aos estados e municípios investirem mais na infraestrutura e nas políticas públicas essenciais ao bem-estar da sociedade brasileira.

83 | Os instrumentos e mecanismos de estímulos às exportações, baseados na redução dos tributos que impactam as finanças de estados e municípios, serão revistos e revogados quando possível, notadamente a Lei Kandir.

84 | O Novo Federalismo manterá e fortalecerá a estratégia de incidência de todos os tributos que compõem o orçamento da seguridade social e do Sistema Único de Saúde (SUS), notadamente a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Igualmente, assegurará a manutenção dos percentuais constitucionais de 15% destinados à Saúde e 25% à Educação.

| Política Externa

85 | No cenário internacional da geopolítica não participam apenas os Estados nacionais, mas é, também, um espaço em que atuam as empresas globais, algumas delas com faturamento superior ao Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países. E nesse sentido há que se assegurar

às empresas brasileiras, públicas e privadas, um papel de relevância no cenário geopolítico internacional, para que atuem como players globais.

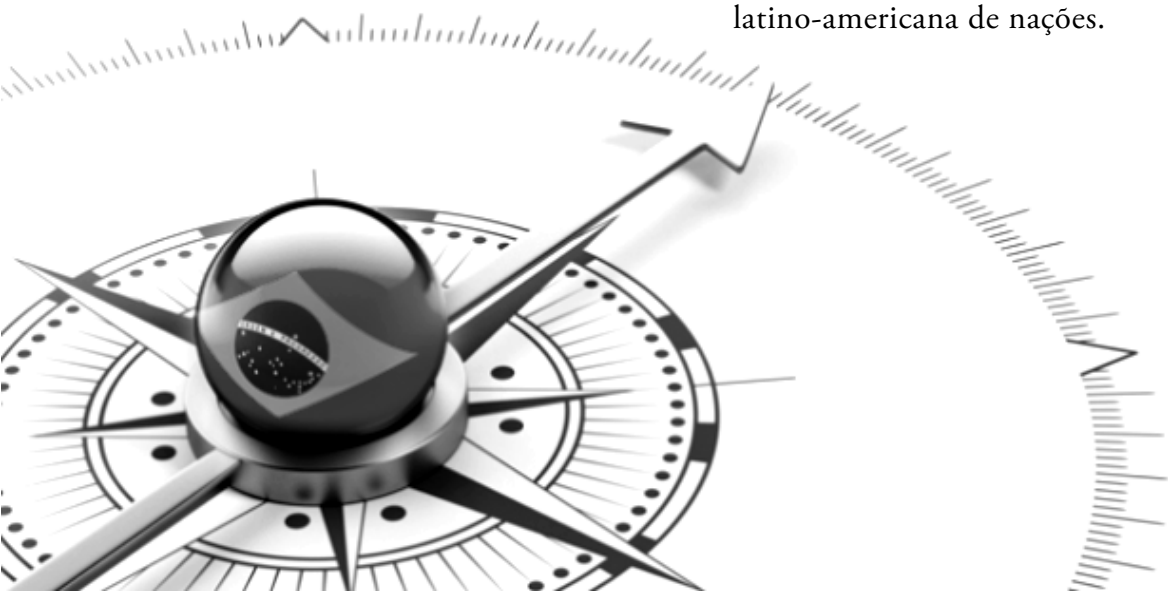
86 | Os socialistas entendem que as prescrições do artigo 4º da Constituição de 1988, que estabelece os princípios sobre os quais as relações internacionais do Brasil devem reger-se, continuam válidas.

87 | Esses princípios determinam a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo - inclusive com a vedação a relações diplomáticas com países que pratiquem o apartheid -, o asilo político e a cooperação para o progresso da humanidade.

88 | A política externa brasileira deve compreender que a soberania nacional, que garante a autonomia das ações dos Estados nacionais dentro de seus territórios, precisa levar em conta as novas premissas do mundo globalizado - em que fronteiras tornam-se mais tênues à medida que a circulação de pessoas, informações, recursos financeiros e mercadorias ampliam-se em fluxos globais, intensificados pela revolução tecnológica.

89 | A política externa brasileira sempre colocará a defesa dos interesses estratégicos do Brasil e da população brasileira em primeiro lugar.

90 | Constitui ainda pilar inegociável da política externa a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.



91 | As ações da política externa brasileira deverão ser orientadas por um Projeto Nacional de Desenvolvimento, em que esteja definido claramente qual é o papel do País na economia global.

92 | O Brasil não aceitará o papel a ele reservado, pelo mundo capitalista, de se constituir em uma nação marcada pela desigualdade, produtora apenas de commodities agrícolas e minerais e simples consumidora de produtos de alta tecnologia.

93 | A política externa brasileira deverá alinhar-se ao fortalecimento das ações estruturantes envolvendo a formação dos Brics - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

94 | O Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a possibilidade de uma formação mais ampla como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) coloca em evidência o papel relevante que o Brasil poderá vir a ter, como o maior país da América Latina, a ser exercido no âmbito das relações sul-sul, o que inclui a África como área de interesse estratégico para o Brasil.

95 | Os socialistas defendem que o Brasil se posicione a favor do multilateralismo por meio do fortalecimento do Brics e outros blocos assemelhados.

96 | A emergência da China como a segunda maior potência mundial, compõe o novo panorama geopolítico e deverá ser considerado pela política externa brasileira.

97 | É necessário que a política externa brasileira contemple o novo cenário geopolítico emergente da pandemia do Coronavírus que abalou o mundo no ano de 2020. O fortalecimento de organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a relevância dos sistemas públicos de saúde, a exemplo do SUS, as profundas diferenças no enfrentamento da pandemia entre países, podem redesenhar o panorama internacional.

98 | O PSB repudia com veemência a adoção de políticas intervencionistas e de bloqueios econômico, científico e tecnológico, a exemplo das praticadas pelos EUA.

Defesa Nacional e Geopolítica

99 | O primeiro desafio a ser superado na definição de uma política de Defesa Nacional é possibilitar que o Brasil ocupe seu papel como nação protagonista no concerto mundial considerando as potencialidades criativas do seu povo e seus principais ativos culturais, ambientais, agrícolas, tecnológicos e minerais.

100 | O PSB defende que a Defesa Nacional não é um tema exclusivamente militar. A estratégia para articular e superar esse desafio é a elaboração de um Plano de Estratégia Nacional de Defesa, como parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

101 | A Política de Defesa Nacional deve ser considerada como importante e estratégico vetor de impulsionamento do desenvolvimento tecnológico.

102 | O efetivo exercício da soberania nacional deve reconhecer a importância do papel das Forças Armadas, que, no Estado democrático, estão subordinadas ao poder civil do Presidente da República, constituindo-se em instituições de Estado e não do governo, como reza a Constituição Federal.

103 | Do ponto de vista econômico, o componente industrial de Defesa Nacional deve, a exemplo de vários países, desenvolver uma base tecnológica com características duais, desdobrando-se em produtos e serviços para o mercado.



104 | Os acordos de transferências tecnológicas e a produção de equipamentos militares de ponta, como, por exemplo, os submarinos nucleares brasileiros e o projeto espacial brasileiro, abrem caminho para que o parque industrial nacional, respeitando e protegendo os elementos estratégicos da política de segurança nacional, aproveite mercadologicamente muitos dos seus componentes.

105 | Do ponto de vista geopolítico é fundamental considerar que o Brasil melhor exercerá o seu papel na América do Sul e no mundo se dispuser minimamente de autonomia na produção de equipamentos de defesa.

106 | Nesse papel deve aprofundar as perspectivas de integração sul-americana, não só nos terrenos da economia e da logística de transportes, mas também culturalmente, nas atividades turísticas, de educação e de saúde, entre outras. E, assim, a política de Defesa Nacional deve entrelaçar-se à defesa do continente sul-americano.

107 | A relativização das hegemonias do Ocidente para o Oriente e o papel da China nesse novo contexto na América Latina e na África, devem ser aproveitados para a reafirmação dos princípios da autodeterminação dos povos, da soberania das nações, da defesa da paz e dos interesses econômicos, políticos, sociais e ambientais do Brasil.

Eixo Temático II

Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade



O Eixo Temático II - Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade - é integrado pelos temas: A Economia deve servir à Vida das Pessoas, Macroeconomia, Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento, Desenvolvimento da Amazônia 4.0 e O Futuro do Trabalho, e tem como objetivo apresentar as propostas do PSB a respeito.

O modelo de desenvolvimento econômico capitalista vigente no Brasil é incontestavelmente desigual, pois, seis bilionários possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de pessoas mais pobres. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal levará 19 anos para receber o equivalente ao que os ricos recebem em um único mês.

Para os mais pobres e para a classe média, do processo de globalização, sobrou a mudança radical do padrão dos empregos, o aumento da informalidade, a incerteza da aposentadoria e um sistema de proteção social que se torna cada vez mais limitado para ser acessado e nele permanecer.

| A Economia Deve Servir à Vida das Pessoas

108 | A política econômica deve servir à Nação como ferramenta que oriente a concepção, a estruturação e a implementação de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento econômico e social e a soberania do País.

109 | O compromisso com um Projeto Nacional de Desenvolvimento deve se constituir no principal instrumento de alocação dos recursos

orçamentários, visando à garantia dos direitos fundamentais, a mobilidade e a emancipação social do povo brasileiro.

110 | Na perspectiva do socialismo democrático e criativo, as principais metas econômicas da sociedade relacionam-se fortemente com a redução das desigualdades, que se manifestam no País, nas regiões, nas classes e nos segmentos sociais.

111 | A economia não deve ser um fim em si mesma, mas servir à vida das pessoas na busca permanente da redução das desigualdades, sem renunciar à busca da plena prosperidade econômica e à ideia do desenvolvimento sustentável.

112 | O socialismo democrático recusa o dogma liberal quando afirma que o funcionamento dos mercados produziria por si só o máximo bem-estar a que a sociedade poderia aspirar. A realidade indica justamente o contrário, pois a doutrina liberal tem falhado, recorrentemente, na conciliação da produção de riqueza com a diminuição da desigualdade.

113 | Há que considerar, entretanto, que o capitalismo é eficiente para produzir riquezas, entretanto, ineficiente para distribuí-la. Ao contrário, tende a concentrá-la.

114 | O socialismo criativo defendido pelo PSB, mesmo antes da superação do capitalismo, compreende, necessariamente, a adoção de políticas públicas que promovam o crescimento e a prosperidade e, ao mesmo tempo, o acesso equitativo aos frutos do desenvolvimento.

115 | A reconfiguração das políticas econômicas e a sua harmonização com as políticas sociais têm uma importância política vital, uma vez que os fenômenos da intolerância, da polarização política, da reemergência da extrema direita estão estreitamente vinculados à forma como têm sido administradas as crises sistêmicas do capitalismo.

116 | Com o propósito de superar o cenário de desesperança e descrença, e, sobretudo, de tensões sociais, produzido num ambiente de globalização assimétrica, cenário que abrange o Brasil e o mundo, é fundamental a efetivação de uma articulação virtuosa entre as políticas governamentais e os segmentos econômicos e produtivos, constituindo-se em estratégia base de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Para Recuperar a Precedência da Política

117 | Como forma de uma gestão correta e adequada da política econômica é necessário que a política recupere sua precedência - na qualidade de atividade e instância de pactuação ativa de direitos e deveres, dos objetivos e metas da sociedade - sobre os interesses e conveniências do mercado, que têm orientado as políticas econômicas e minado as políticas sociais.

118 | A concentração e a má distribuição de renda e riqueza no Brasil é um desafio que precisa ser enfrentado por meio da adoção de medidas econômicas e políticas públicas que cumpram esse papel.

119 | Nos quadros do que propõe o PSB, não se tratará jamais, por exemplo, de distribuí-las tomando da classe média porções de seu patrimônio, ou reduzindo seus rendimentos.

120 | A equação a ser produzida consiste em aumentar a produtividade da economia mas não permitir que esse aumento de produtividade signifique apenas ampliação e acumulação das margens de lucro, mas sim, melhoria na qualidade de vida e aumento da participação do trabalho nesses ganhos.

121 | A melhoria da qualidade de vida e a ampliação do trabalho relativo ao aumento da produtividade pressupõe criar mecanismos redistributivos apropriados a tal finalidade. Para reduzir as desigualdades é necessário tributar prioritariamente os ganhos de capital, os dividendos, as grandes fortunas, as heranças para que, quem tem muito pague mais tributos e quem tem pouco pague menos.

122 | É necessário um Estado capaz de planejar a longo prazo, induzir investimentos públicos e privados em setores estratégicos, e de atuar compatibilizando políticas econômicas e sociais, de forma a promover a justiça social.

123 | Um Projeto Nacional de Desenvolvimento adequado não envolve prescrições contrárias à livre iniciativa - no sentido do estatismo que rondou algumas práticas socialistas, como, por exemplo, se deu na experiência soviética. O PSB é contra essas práticas.

124 | Socialismo e liberdade são consignas que continuam presentes e no plano econômico isso se traduz em igualdade de oportunidades, em coibir a atuação de oligopólios, em respeito às novas fórmulas de propriedade

privada, coletivas e cooperativadas, sem prejuízo das grandes empresas produtivas.

125 | A tarefa a que o socialismo democrático se propõe consiste em preparar o País para uma etapa pós-capitalista, na qual sejam preservadas, estimuladas e valorizadas a criatividade, a inventividade, a eficiência e a economicidade.

126 | Cabe considerar, ainda, que, para se alcançar o tipo de prosperidade que o socialismo democrático almeja, é necessário regular especialmente os efeitos negativos da financeirização do capital, do rentismo e da globalização excludente.

127 | O sistema bancário brasileiro é fortemente contrado em poucos conglomerados. O PSB defende a sua descentralização e desconcentração como forma de ampliar a concorrência na oferta de produtos e serviços, visando a atender o desenvolvimento econômico e regional do País.

| Macroeconomia

Os Fundamentos da Gestão Macroeconômica no Brasil

128 | O PSB propõe-se a alterar a gestão macroeconômica para adequá-la à realidade brasileira. O modelo vigente, levado a cabo pelos governos social-democratas e de direita, no período da pós-redemocratização, constitui a base de funcionamento do sistema econômico vigente no País. Esse encontra-se estruturado nos elementos do tripé macroeconômico, composto por câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal e que se somam a esses princípios a Regra de Ouro, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Emenda do Teto de Gastos.

129 | O PSB opõe-se à manutenção da lógica contida no tripé macroeconômico, cuja missão principal é a garantia do pagamento de juros e serviços, amortizações e refinanciamento da dívida. Para não deixar margem a dúvidas do seu peso, somente em 2019, mais da metade do orçamento executado foi destinada para cobertura dessas despesas. Embora parte destas despesas tenham origem na rolagem de títulos da dívida pública.

Financeirização e Subordinação da Economia Nacional à Economia Global

130 | Com a ausência de uma Projeto Nacional de Desenvolvimento, o Brasil aprofundou sua condição de País periférico, que apenas responde e se adapta aos ciclos do sistema internacional.

131 | O País perdeu a capacidade de controlar o processo de desenvolvimento, pois a margem de manobra dos capitais voláteis ultrapassa amplamente o espaço da economia real. Criou-se um capitalismo administrador da especulação de dinheiro. À frente do sistema, não mais estão os capitães de indústria, do comércio e da agricultura, mas gestores de ativos líquidos, que vivem imersos em um ambiente de competição predatória.

Perda do Valor Relativo da Indústria

132 | O tripé macroeconômico, mesmo que levado a cabo e a ferro e fogo pelos governos social-democratas e de direita, no período pós-redemocratização, foi incapaz de evitar a tendência à sobrevalorização crônica da taxa de câmbio observada nos últimos 20 anos, e esta é uma das razões do processo de perda de competitividade da indústria nacional.

133 | A série histórica, que compara a participação da indústria de transformação no PIB, entre 1947 e 2019, revela que a participação em 2019, (11%) do setor, é a mais baixa, desde o início da série histórica. Cabe ressaltar que, no ano de 1985, a proporção alcançou 21,6% de participação e, desde então, observa-se um viés de queda contínuo.



Visão do PSB sobre o Modelo Macroeconômico

134 | O projeto de desenvolvimento proposto pelo PSB busca assegurar a plena inserção da maioria do povo brasileiro na cidadania econômica, social e cultural, situação que não foi plenamente cumprida pelo modelo varguista e pelos governos democráticos pós-ditadura militar.

135 | O PSB defende a adoção de uma política macroeconômica que enfrente de modo responsável e contínuo a mudança do paradigma atual, que tornou aceitável a vigência de uma política pública que consome mais da metade do orçamento anual da República em pagamentos de juros, amortizações e refinanciamento da dívida. Mesmo em se mantendo alguns dos princípios constantes no tripé macroeconômico, o Brasil precisa romper com a atual lógica de gestão.

136 | O PSB preconiza a adoção de uma política que recupere fortemente a capacidade de investimento do Estado em políticas e atividades que alterem positivamente o perfil da economia brasileira. Essa mudança será orientada pela adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que determinará que todas as ferramentas de gestão econômica sejam colocadas a serviço prioritário da produção, do trabalho e da redução das desigualdades sociais.

137 | O Conselho Monetário Nacional (CMN) deve cumprir a missão que lhe foi atribuída na legislação que o criou, que é a de alcançar o progresso econômico e social do País, por meio da adoção das políticas da moeda e do crédito, da coordenação das políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e do controle e gestão das dívidas públicas - interna e externa.

138 | O PSB defende enfaticamente que o Banco Central do Brasil (Bacen), órgão operacionalizador das políticas estabelecidas pelo CMN, não pode atuar de forma autônoma das definições governamentais. As políticas concebidas pelo CMN devem estar casadas com as estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social.

139 | O PSB é contra a autonomia do Banco Central. Tal medida constitui um desatino e desestímulo a quem deseja produzir e é nociva à adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

140 | Para mudar o quadro da extrema subordinação da economia ao capital financeiro, o PSB defende a adoção de políticas macroeconômicas desenvolvimentistas em benefício da produção, do trabalho e dos interesses nacionais.

141 | Subordinar as regras da gestão fiscal à proteção do emprego e da renda, da soberania nacional, dos investimentos públicos, como estratégia de desenvolvimento nacional e da redução das desigualdades sociais.

142 | Ampliar a composição do Conselho Monetário Nacional, mantendo a presença majoritária do Estado, incorporando representantes dos segmentos produtivos e de trabalhadores. É necessário, ainda, assegurar a participação das instituições de ensino e pesquisa como forma de assegurar a representação da economia real.

143 | Adoção de quarentena de longo prazo visando impedir que os conselheiros representantes do Estado sejam contratados por instituições privadas, imediatamente ao saírem do CMN, por término dos mandatos ou outro motivo.

144 | O PSB defende a adoção de políticas de valorização do salário mínimo e do aumento do poder de compra dos trabalhadores como elementos essenciais para o desenvolvimento do Brasil. Tais objetivos deverão ser fortemente perseguidos pelas autoridades monetárias brasileiras.

145 | Igualmente, a adoção de políticas de formação e qualificação contínua da mão de obra, aliadas ao estabelecimento de política industrial e de estímulo real à inovação, como estratégia para a geração de empregos qualificados.

146 | A gestão das políticas econômicas não pode estar descolada das demais políticas públicas. Nesse sentido, uma política industrial, acompanhada por estratégias de incentivo à educação e de estímulos à pesquisa e ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, constitui um primado e um dever econômico.

147 | Considerando que a gestão da dívida pública exige um manejo cuidadoso e responsável, são necessárias auditorias e a adoção de instrumentos de gestão transparente, que possibilitem o acompanhamento dessa gestão pela sociedade.

148 | O PSB defende a revisão dos critérios que o Governo

Federal vem adotando para a concessão de incentivos (renúncias) fiscais. Tais incentivos e renúncias deverão ocorrer apenas e tão somente quando envolverem atividades estratégicas que contribuam para o desenvolvimento da Nação. Para que se dimensione a escala do problema, para o ano de 2019 foram destinados mais de R\$ 300 bilhões nesses incentivos, o que corresponde a mais de 4% do PIB brasileiro.

149 | O CMN e o Bacen precisam incorporar, nas suas estratégias de gestão, instrumentos para a adoção rápida de medidas fiscais contra cíclicas, visando ao enfrentamento de crises econômicas, de origem interna ou externa, bem como seus efeitos, em particular a recessão econômica.

150 | O PSB defende a adoção de um vigoroso programa de apoio à inovação e à economia criativa. Tal programa constitui-se em uma tarefa estratégica.

151 | A adoção de um programa de renda básica universal constitui-se numa exigência estratégica e emergencial. São vários os motivos que o tornam essencial e emergencial. Destacam-se dois: o primeiro foi revelado pela crise do Coronavírus. O segundo, de natureza estruturante, emerge dos avanços tecnológicos, cuja consequência é que cada vez mais trabalhadores estão sendo excluídos do ambiente formal das relações tradicionais de trabalho e emprego.

152 | É necessária a revogação da Emenda Constitucional 95 - Emenda do Teto de Gastos – como ação imperiosa para proteger vidas. Em menos de três anos de funcionamento retirou das políticas da Saúde, da Educação e da Assistência Social, aproximadamente R\$ 50 bilhões.

153 | O PSB defende a adoção de uma Reforma Tributária, onde a progressividade - menos impostos para os mais pobres e para as atividades produtivas - e o aumento da tributação para os mais ricos, em particular sobre a renda, lucros e dividendos, o patrimônio e as grandes fortunas e heranças, seja a diretriz central da nova política tributária a ser adotada.

154 | É necessário a adoção de estratégias de políticas econômicas que evitem a perda de empresas viáveis, geradoras de empregos, renda, tributos e mercado. Toda empresa que perca, no caso de morte, seu fundador-empREENDEDOR, tenha seu capital dividido entre herdeiros e funcionários mais antigos.

155 | É necessário adotar políticas tributárias inteligentes que estimulem a produtividade e de mecanismos de incidência de impostos, visando a fomentar a industrialização interna.

156 | É necessário adotar modelo de gastos sociais sob a lógica do estabelecimento do per capita, ou seja, verificando o gasto por pessoa, a exemplo do que ocorre na educação, com o Fundeb. Os gastos per capita assegurariam maior previsibilidade orçamentária, auxiliando os gestores das políticas públicas no planejamento das ações. A adoção de tais mecanismos deverá respeitar os mínimos constitucionais previstos para cada política pública.

| Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento

157 | No cenário global, o Brasil vive o momento histórico de esgotamento do seu modelo socioeconômico e político, que caracterizou a Segunda Revolução Industrial, e deixou gargalos que não serão resolvidos com a simples reindustrialização.

158 | Os socialistas têm como primado que o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção tem na tecnologia, na inovação e na criatividade, um ponto de inflexão e que esses fatores precisam ser valorizados na concepção do que se chama de neo-desenvolvimentismo.

159 | Reconhece-se que no Século XXI, a geração de valor não é mais, predominantemente, determinada pelos bens de investimento de capital fixo. O que gera valor, na atualidade, não é somente a produção física de um computador, por exemplo, mas tudo o que tem embutido nele de tecnologia, design, logística, software, capital humano e marca.

160 | Reduzem-se, também, ou simplesmente desaparecem, as fronteiras entre indústrias e serviços e, até mesmo, entre os setores primário, secundário e terciário da economia. E é nos serviços que estão as maiores possibilidades de geração de empregos.

161 | O PSB defende a mudança do status atual em que a sociedade brasileira figura mais como consumidora de produtos tecnológicos. É

necessário assegurar que a economia seja capaz também de liderar processos produtivos sofisticados de alto valor e agregados tecnológicos para que o Brasil adentre na nova Era do Conhecimento, não apenas pelo lado do consumo, mas pelo lado da produção.

162 | Tomar como eixo estratégico de desenvolvimento, a dualidade inovação e a economia criativa podem pavimentar mais rapidamente o caminho do Brasil para a modernidade com uma economia de maior complexidade.

163 | É necessário incorporar elementos novos, estruturantes e de longo prazo, às propostas econômicas, ambientais e sociais, para a superação das constantes crises do capitalismo tardio, às quais o Brasil está submetido. Em palavras simples e direta, dar um salto criativo e revolucionário em direção ao novo paradigma da era do conhecimento.

164 | A inovação e a economia criativa podem e devem constituir-se em alternativas de desenvolvimento para o Brasil.

165 | O Socialismo Criativo corresponde, também, a uma nova Economia do Projeto que implica um forte planejamento e comporta as várias formas de propriedades públicas e privadas.

Renascimento Criativo da Indústria e Competitividade

166 | A economia criativa não é apenas mais um ramo da economia que reúne uma série de atividades altamente produtivas, mas, sim, uma estratégia de desenvolvimento, que pode possibilitar ao Brasil uma inserção soberana na economia globalizada e nas novas cadeias de valor do mundo moderno, se conseguir uma razoável sofisticação produtiva.

167 | Uma parte do que se denomina desindustrialização corresponde, na verdade, à perda de peso relativo da indústria manufatureira no conjunto da economia, na qual os serviços comuns e especializados cresceram, o comércio se transformou, o agronegócio alcançou elevados índices de produtividade, e o extrativismo mineral cresceu em escala desproporcional ao desenvolvimento da indústria.

168 | É necessário recuperar a capacidade e competitividade da indústria nacional. A perda de competitividade industrial do Brasil coincide

com o advento da Quarta Revolução Industrial. Em 1990, o Brasil ocupava a 26ª posição no ranking de competitividade, entre 150 países e, em 2017, passou para a 35ª posição. Ainda em 2017, o País passou a ocupar a 87ª posição nas exportações de produtos manufaturados, demonstrando, assim, o processo de reprimarização da pauta exportadora nacional, na qual se destacam commodities como minérios e grãos.

169 | A inovação e a economia criativa, adotadas como eixos estratégicos do desenvolvimento, não implica, obviamente, a eliminação de outros setores essenciais, como a indústria de transformação, geração de energia, infraestrutura de transporte, agricultura e os serviços financeiros. Até porque a inovação e a economia criativa, numa economia de maior complexidade, estão inseridas, ou deveriam estar em todos esses setores, através do design, dos *softwares* e da inovação tecnológica.

170 | O renascimento criativo da indústria é tarefa necessária e inadiável. A inovação e a criatividade constituem-se no DNA da nova economia do mundo e representam a possibilidade real de uma transformação revolucionária e criativa da indústria, da agricultura, do comércio e dos serviços, em novas estruturas tecnologicamente atualizadas no Brasil.

171 | Em lugar de uma simples reindustrialização, o PSB propõe um renascimento criativo da indústria brasileira, mediante a modernização tecnológica do parque industrial nacional, a agregação, a esse parque fabril, dos inseparáveis serviços da indústria 4.0, nos processos produtivos e a



articulação das indústrias com os novos modelos de comercialização.

172 | O renascimento criativo da indústria não acontecerá sem pesados investimentos em ciência, tecnologia e inovação, com elevação do nível educacional e qualificação profissional dos trabalhadores.

173 | É necessário considerar a importância estratégica de complexos industriais e de serviços, já existentes, que podem ser fortemente potencializados, como os das áreas da saúde (medicamentos e equipamentos), da defesa, do agronegócio e alimentos (incluindo a pesca), da cadeia de petróleo e gás, bem como nas áreas de informação e comunicação. É relevante, também, assegurar prioridade para as indústrias agroflorestais, tendo em vista as imensas vantagens competitivas existentes no Brasil.

174 | Para fazer frente à alta competitividade a que está submetida a indústria nacional, é imprescindível considerar os fatores macroeconômicos relativos ao chamado Custo Brasil, que onera a produção da indústria de transformação brasileira quando comparado ao custo dos principais países concorrentes.

175 | O Brasil precisa de um projeto que democratize a economia do lado da produção e não só do consumo e que sofisticue o aparato produtivo para responder às necessidades impostas pela economia do conhecimento.

176 | Para o sucesso do renascimento criativo da indústria, e da competitividade, o PSB propõe a organização de esforços em torno de três grandes eixos estratégicos: alinhamento de inteligência, organização de esforços estatais em parcerias com a iniciativa privada e organização de esforços de inserção dos produtos na cadeia internacional de valor.

177 | Fazer o alinhamento de inteligências já disponíveis no âmbito do Estado Nacional, que na atualidade trabalham desarticuladamente dada a ausência de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. Dentre elas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o Serviço Nacional da Indústria (Senai), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC) e os bancos de desenvolvimento. Inclui-se, aqui, a urgente necessidade de criar uma empresa ou agência para o desenvolvimento

sustentável da Amazônia, que será fomentada no âmbito do Projeto Amazônia 4.0.

178 | Envolver esforços estatais no sentido de fazer parceria com a iniciativa privada com potencial de inovação, como o agronegócio, o setor energético, as cadeias produtivas da saúde, da defesa, da Indústria 4.0, da cadeia de petróleo e gás, e, ainda, toda a cadeia de produtos amazônidas. Nesse ambiente será necessário desenvolver e fortalecer arranjos empresariais, que sejam inovadores e inteligentes e que permitam a reunião criativa das capacidades públicas e privadas, da inovação e da pesquisa, com a participação e o forte apoio estratégico da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), visando ao desenvolvimento, à geração de empregos e renda, sem, no entanto, renunciar aos compromissos com a sustentabilidade.

179 | Organizar aliança entre esse novo, criativo, revolucionário e inovador complexo produtivo e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) para viabilizar a inserção e ampliação das exportações de produtos de maior valor agregado, nas cadeias globais.

| Desenvolvimento da Amazônia 4.0

180 | O PSB defende que uma estratégia de desenvolvimento sustentável da Amazônia deve ser parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

181 | O maior potencial futuro da Amazônia não está nos produtos que já existem, mas na biologia, no aproveitamento do imenso potencial da riqueza da biodiversidade.

182 | Para que se organize um necessário projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira é fundamental estabelecer uma estratégia para o efetivo exercício da soberania nacional sobre a região, pois o montante e os valores dos ativos existentes nesse território possuem valor inestimável.

183 | O Projeto Amazônia 4.0 pode trazer indústrias para todas as escalas, inclusive para pequenas comunidades e também para as cidades. Isso possibilita transformar esse potencial em produtos, em conhecimento

biotecnológico, atingindo mercados globais, portanto, transformar-se numa marca brasileira. O estímulo à agroindústria florestal, ou biofábricas, pode tornar-se um diferencial competitivo do Brasil.

184 | É preciso que o Brasil desenvolva o complexo agroindustrial para transformar os mais de 450 insumos (já identificados pela ciência) de biodiversidade, em produtos de alto valor agregado. Considerando que um hectare de um sistema agroflorestal amazônico, mesmo sem industrialização, produz por ano uma lucratividade que é muitas vezes maior do que a lucratividade do gado, e é pelo menos o dobro da lucratividade da soja.

185 | É imperioso que o Estado Nacional desenvolva estratégias eficientes para coibir a prática da biopirataria e das tentativas de registros de patentes no exterior, de produtos ou princípios ativos cujas origens são genuinamente amazônicos.

186 | É preciso desenvolver o potencial econômico do que se denomina “bioeconomia de floresta em pé e rios fluindo”. Rios fluindo porque toda a energia para esse modelo de industrialização pode ser obtida por meio de fontes renováveis de energia.

187 | O grande potencial econômico e competitivo brasileiro é a sua biodiversidade, e o maior desafio é levar novas indústrias para a Amazônia, posto que a industrialização da região ainda é pouco expressiva.

188 | O projeto de desenvolvimento Amazônia 4.0 constitui-se em uma espécie de choque de industrialização brasileira, regionalmente localizado. Significa trazer indústrias modernas, com ferramentas do século XXI e da economia criativa, denominada de Quarta Revolução Industrial, para ampliar e estimular a industrialização desse imenso potencial econômico da biodiversidade brasileira, localizada n Norte do País.

189 | A principal tarefa consiste em compartilhar as modernas tecnologias digitais da 4ª Revolução Industrial com as ciências dos materiais, a bioengenharia e a biotecnologia.

190 | Para consolidar um projeto ancorado na inovação e na economia criativa, na Amazônia 4.0, é necessário alterar a lógica de prioridades dos investimentos em ciência e tecnologia, em curso no Brasil, redirecionando-os especificamente para essa região.

191 | Visando fazer frente ao desafio de construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, sob a égide da Amazônia 4.0, é necessário que o Estado brasileiro empreenda e lidere uma iniciativa de grande envergadura, a exemplo do que foi a Petrobras, na década de 1950, e a Embrapa, na década de 1970.

192 | É fundamental a criação de uma empresa, ou agência, para o desenvolvimento da Amazônia, cuja missão será a gestão executiva do projeto de desenvolvimento da região. Seu objetivo central será a coordenação e consolidação do movimento e do processo que levarão ao surgimento de uma nova fronteira econômica, rica, acolhedora, verde, molhada e inovadora, que sediará complexos industriais de fármacos, de madeiras oriundas do manejo sustentável e dos reflorestamentos realizados em áreas degradadas, dos minérios, dos pescados, das frutas e castanhas, do turismo, dentre tantos outros produtos.

193 | O projeto de desenvolvimento Amazônia 4.0 deverá partir do pressuposto e reconhecimento da atuação de inúmeras instituições de ensino e pesquisa da Região que deverão ter sua articulação reforçada em função de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

194 | Para atrair, fixar e reter talentos e mão de obra qualificada para a Região, é necessário reforçar a tese da criação de Centros de Excelência, Inovação e Pesquisas em Bioeconomia e Biotecnologia.

195 | O PSB defende que a articulação da inteligência na Amazônia reforce a vasta produção e sistematização de conhecimento e saberes dos povos, suas culturas, crenças, seus conhecimentos e tradições mantidas no território.

196 | Retomar os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil, subordinando-os a um modelo econômico que utilize muito mais o gigantesco valor da floresta e que proporcione um desenvolvimento ecossocioeconômico, que deve ir muito além da expansão agrícola e pecuária da região, e da exploração rápida de minérios, cujos resultados econômicos, sociais e ambientais são limitados.

197 | Será necessária a articulação dos investimentos públicos em parceria com a iniciativa privada e instituições não governamentais, que poderão encarregar-se da gestão de inúmeros empreendimentos que estruturarão o Projeto Amazônia 4.0.

| Plano Estratégico de Economia Criativa no Âmbito do Projeto Nacional de Desenvolvimento

198 | A inovação e a economia criativa, como novos paradigmas, devem se constituir no eixo central de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

199 | É necessário adotar forte ação de planejamento e articulação do Estado brasileiro com a sociedade, o empresariado, a academia, e os trabalhadores, para que o novo paradigma de desenvolvimento, baseado na cultura, na ciência e na tecnologia seja assimilado.

200 | Esse planejamento de médio e longo prazos deve começar na educação para o desenvolvimento de competências criativas, uma visão analítica e transdisciplinar, desde o Ensino Fundamental até a universidade, em que o alunato deve ser exposto ao desafio da inovação e da criatividade, sem perder o foco da formação humanística.



201 | A nova economia baseia-se na abundância infinita do talento, da criatividade, da tecnologia e da cultura. O valor das mercadorias passou a ser determinado não apenas pelo capital fixo (máquinas, prédios, equipamentos, móveis, etc.) e pela quantidade de matéria-prima utilizada, mas sim pelo design, pelos softwares e investimentos em brand (marketing, publicidade).

202 | Um Plano Estratégico de Economia Criativa, no âmbito de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, pressupõe o desenvolvimento do design nacional, baseado na identidade brasileira, como elemento fundamental, inclusive para a modernização das indústrias tradicionais, pois é um imperativo cultural e tecnológico. O design não é só de arquitetura, de produtos de consumo nas áreas do audiovisual, moda e editorial. É também o design de processos, e até de plantas técnicas para serviços, como os hospitais, por exemplo.

203 | É tarefa importante a criação de um Fundo Misto de Desenvolvimento para a Economia Criativa, dedicado exclusivamente a viabilizar a participação financeira e o apoio tecnológico aos empreendimentos inovadores de pequeno, médio e grande portes, visando torná-los mais competitivos nos mercados nacional e global. Os fundos correspondem a um esforço conjunto do Estado Nacional e da iniciativa privada.

204 | No Plano Estratégico da Economia Criativa, deve constar, também, a articulação do turismo com a cultura e o entretenimento, tendo em vista a sua alta capacidade indutora para a economia tradicional, o que ajudará a adensar as cadeias produtivas agrícolas e industriais.

205 | Deverá ser destacado e fortalecido o papel das mulheres, dos negros e dos jovens, nas atividades ligadas à economia criativa e ao empreendedorismo, especialmente pelo fato de que esses segmentos propiciam mais oportunidade de desenvolvimento e emancipação do que nas atividades tradicionais vinculadas ao comércio, indústria e agricultura.

206 | É necessário compreender que economia criativa, como eixo estratégico de desenvolvimento, só pode se materializar plenamente num ambiente institucional em que a gestão pública seja exercida em sintonia com a ideia da criatividade e com o envolvimento da sociedade.

207 | O Plano Estratégico deverá prever e estimular a organização de Comitês Gestores Interdisciplinares, que deverão atuar em consonância com o Fórum de Economia Criativa, composto por representantes da sociedade civil e de membros do governo.

208 | Será necessária a adoção de medidas nos campos da engenharia fiscal e tributária e de fomento financeiro, como suporte ao desenvolvimento da economia criativa. Os setores ligados à tecnologia, cultura, criatividade e ao turismo têm, na atualidade, poucos mecanismos de desoneração fiscal e de financiamento.

209 | Será necessário o investimento em estratégias de desburocratização e simplificação do sistema tributário para as atividades que envolvam a economia criativa, os micro e pequenos empreendedores, bem como para obtenção de licenças de instalação, funcionamento e registros de marcas e patentes.

210 | O Plano necessitará desenvolver e adotar um abrangente marco legal – lei nacional da economia criativa –, que deverá abranger e regulamentar, por meio de estímulos e simplificações, os aspectos pertinentes às áreas tributária, previdenciária, alfandegária e de propriedade intelectual, mediante o reconhecimento das especificidades dos empreendimentos criativos.

211 | É necessário adotar medidas de regulação e regulamentação do uso de bens criativos, bem como o estabelecimento de normas que facilitem a expansão dessas atividades, libertando-as do aprisionamento dos monopólios da mídia e do transporte de dados.

212 | Por sua vez, as cidades possuem enorme importância para a operacionalização das atividades da economia criativa, para o empreendedorismo e a construção de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Essas atividades econômicas articulam inúmeros setores, que vão do artesanato à produção de softwares, da agroindústria à publicidade, das artes cênicas ao turismo cultura, do design de moda à confecção do vestuário, da produção mineral à produção de gemas e ao design de joias. A economia criativa pode também atuar como um vetor de recuperação de áreas degradadas das zonas urbanas.

| O Futuro do Trabalho

213 | Uma das mais importantes revoluções tecnológicas está em curso, neste início do século XXI, consubstanciando-se na chamada Quarta Revolução Industrial, ou no advento da Indústria 4.0.

214 | Os socialistas reconhecem a gravidade da situação em torno do seu principal valor, o trabalho. Não há nenhuma possibilidade de o capital, ou mercado, resolver de forma satisfatória as contradições inerentes às transformações em curso no mundo do trabalho. Somente o Estado e a mobilização da sociedade poderão conduzir estratégias que evitem a barbárie.

215 | Os processos produtivos e comerciais têm se utilizado de forma crescente de novas tecnologias, que somente são possíveis em razão dos avanços proporcionados pela chamada inteligência artificial. Tecnologias como a internet das coisas, computação nas nuvens, aprendizagem de máquina, big data, robótica compartilhada, gêmeos digitais e realidade aumentada, entre outras, fazem parte, agora, do dia a dia dos processos produtivos e de consumo.

216 | O desenvolvimento tecnológico tem colocado em cheque a noção de trabalho como conhecida até recentemente. As máquinas “inteligentes” tendem cada vez mais a substituir a mão de obra humana, em especial naquelas tarefas repetitivas, bem como em atividades altamente especializadas.

217 | Parte substancial dos empregos será totalmente substituída em pouco tempo, outra parte não. Mas, grande parte das tarefas será automatizada, transformando a forma como esses trabalhos serão realizados. Ainda assim, projeta-se que dois terços dos empregos no mundo em desenvolvimento são suscetíveis de automatização e cerca de 50% das empresas preveem que a automação leve a uma redução de sua força de trabalho em tempo completo, em poucos anos.

218 | O setor fabril vem sendo amparado e substituído pelo setor de serviços, notadamente aquelas atividades relacionadas com as novas tecnologias de informação, integrados por designs de processos e outros componentes da economia criativa.

219 | O PSB não teme a revolução científica e tecnológica e tampouco teme a sociedade do conhecimento e da informação, que resulta dessa revolução. Antes, e ao contrário, propõe que o País use, resolutamente, grande parte dos ganhos de produtividade que ela propicia, para estimular, acelerar e generalizar seus processos, retroalimentando-a num ciclo ininterrupto, até que se diminua o contingente de obsoletos ou excluídos.

220 | Sobre o futuro do trabalho, a Comissão Mundial da Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que é necessário aproveitar as oportunidades que essas mudanças transformadoras oferecem para criar um futuro melhor e alcançar segurança econômica, igualdade de oportunidades e justiça social.

221 | O aumento da participação da robótica na vida das pessoas e empresas se deu muito mais pelos elementos lógicos, a partir da programação de computadores e do desenvolvimento de algoritmos e chips do que pelo desenvolvimento de elementos físicos.

222 | A capacidade criativa envolvida nos processos produtivos está relacionada a interesses dos agentes dos poderes econômico, social e cultural, notadamente nas áreas como as de telecomunicações, engenharia genética, biotecnologia, tecnologias de informação e comunicação (TICs). O PSB defende que o desenvolvimento das novas tecnologias esteja a serviço da sustentabilidade e do desenvolvimento social.

223 | É necessário implementar estratégias de políticas públicas envolvendo o mundo do trabalho, de modo a considerar o fim de algumas profissões e o surgimento de outras, uma vez que as características do novo quadro tecnológico têm significado o fim de algumas profissões.

224 | Os avanços tecnológicos proporcionados pela inteligência artificial, pela automação e robotização, estão criando novos postos de trabalho, mas aqueles que perderem os seus empregos nessa transição poderão ser os menos preparados para aproveitar as novas oportunidades.

225 | Novas políticas públicas deverão ser concebidas para regular o mundo do trabalho, notadamente para lidar com o excedente de mão de obra resultante da modernização de processos produtivos. Tais políticas deverão propiciar a adaptação dos trabalhadores que perderem seus postos de trabalho, requalificando-os permanentemente e realocando-os em novas funções.

226 | O Brasil necessita adotar urgentemente políticas públicas de proteção do trabalhador e seus direitos, combinadas com estratégias de qualificação e requalificação da mão obra, em função das mudanças disruptivas em curso, que afetam a vida profissional dos trabalhadores de todas as sociedades.

227 | O PSB opta pelo combate às desigualdades, pela economia criativa e educação como importantes pilares de seu projeto de desenvolvimento para o Brasil. A agenda desses três pilares deve estar vigorosamente articulada para promover, de modo acelerado e contínuo, a redução da brutal desigualdade entre os que vivem do trabalho intelectual, criativo e artístico e aqueles que, ainda hoje, são obrigados a viver do trabalho manual, brutalizado, mecânico e precarizado, sem saber até quando poderão continuar a fazê-lo.

228 | Lutar para que os poderes de decisão econômico e tecnológico que impactam o mundo do trabalho não continuem concentrando-se cada vez mais em grandes grupos financeiros e industriais, transnacionais, cujas estratégias não estão sujeitas a nenhum controle democrático.

229 | A moderação e regulação do Estado é necessária, visando garantir, por meio de políticas públicas, a constante requalificação e recolocação dos trabalhadores.

230 | O PSB defende a adoção da garantia de renda básica universal como forma de assegurar o sustento de todos os cidadãos, durante o período de transição e/ou requalificação, para todos, em igualdade de condições, acesso e permanência nas políticas de educação, de saúde, de assistência, de habitação, dentre outras.

231 | Os socialistas defendem a redução da jornada de trabalho em função do aumento da produtividade das empresas, sem, entretanto, reduzir salários, em razão dos ganhos de produção resultantes do uso intensivo das inovações tecnológicas.

232 | É imperiosa e urgente a atualização das pautas sindicais e a realização de estudos sobre as adequadas formas de representação dos novos trabalhadores, das novas formas de trabalho e do novo modo de produção trazido pela economia 4.0.

| Superar as Desigualdades Econômicas Regionais

233 | A força dos mercados no capitalismo brasileiro foram incapazes de criar um modelo de desenvolvimento menos desigual social e regionalmente.

234 | O desenvolvimento extrapola a noção de crescimento e implica sempre a perspectiva de redução das desigualdades sociais, econômicas e regionais. Essas desigualdades revelam-se, entre outros índices, no rendimento médio mensal real domiciliar per capita: Enquanto, na Região Norte, esse valor foi de R\$ 872,00, no ano de 2019, e, no Nordeste, de R\$ 884,00, esse valor foi de R\$ 1.720,00, no Sudeste.

235 | Como afirmou o geógrafo Milton Santos em 1997: “no mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas caracterizações e novas definições. Os atores mais poderosos se reservam os melhores lugares do território e deixam o resto para os outros”.

236 | É necessário desenvolver políticas públicas que viabilizem a superação dos fenômenos que marcaram as regiões e estiveram destinadas às atividades de menor valor agregado e com menor poder competitivo nos mercados nacional e internacional. A participação do Nordeste, por exemplo, no PIB de 2010, foi equivalente àquela do início da década de 1960.



237 | O Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste voltaram-se, majoritariamente, para os mercados externos e intensivos em recursos naturais e trabalho, como a pecuária e as indústrias extrativas, têxteis, de celulose, petroquímica, de alimentos e bebidas. É preciso viabilizar o encadeamento produtivo, tecnologicamente avançado, para que se invertam as características registradas, gerando um encadeamento produtivo capaz de formar ciclos robustos e sustentáveis de desenvolvimento.

238 | Somente a intervenção do Estado brasileiro - com ações coordenadas e simultâneas, por meio de instrumentos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os bancos e as agências de desenvolvimento regional, as instituições de pesquisa, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e as universidades - pode reduzir as desigualdades espaciais e possibilitar um verdadeiro desenvolvimento regional no Brasil.

239 | O PSB defende que as chances de um novo tipo de desenvolvimento para as regiões menos favorecidas residem, hoje, na revolução tecnológica, na nova economia do conhecimento, nas novas atividades ligadas à economia criativa, partindo das vocações naturais e culturais de cada região.

240 | Realizar uma reestruturação produtiva mais competitiva no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste, aumentando a geração de valor agregado na produção regional.

241 | Desenvolver empreendimentos produtivos dentro dos parâmetros da sustentabilidade ambiental, respeitando as características regionais.

242 | Inserir as economias regionais nas cadeias de valor nacionais e internacionais.

243 | O turismo e a cultura, como integrantes da economia criativa, constituem-se em óbvios eixos econômicos para o desenvolvimento de todas as Regiões brasileiras. O turismo internacional há que ser incluído na pauta de exportações, na medida em que representa uma das mais eficazes formas de atração de divisas.

Eixo Temático III

Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde



O Eixo Temático III - Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde - é integrado pelos temas: Economia Verde, Empregos Verdes, Biomas Brasileiros, Ecossocialismo, Mineração e Energias Renováveis. Norteia a construção desse eixo a ideia de que as políticas de desenvolvimento para o País, sob a ótica do socialismo, devem ter como centro o homem e sua relação com o ambiente em que vive e com aqueles com quem divide o território e a sua cultura. Dessa forma, essas relações devem ser assentadas na lógica do desenvolvimento sustentável, conforme proposto pelo Relatório Brundtland - no livro “O Nosso Futuro Comum”, na década de 1980 - da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.

O desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que provê pelo menos as condições de vida atual, garantindo pelo menos as mesmas condições para as gerações futuras. Esse desenvolvimento tem três pilares constituintes: Uma economia inclusiva, a proteção social e a conservação ambiental. Entretanto, o PSB compreende como inaceitáveis as condições de vida de milhões de brasileiros pobres e excluídos, portanto, a manutenção de tal situação não é o padrão de sustentabilidade defendida pelo Socialismo Criativo.

| Economia Verde, uma Possibilidade

244 | O PSB entende que é possível construir uma economia que resulte em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduza os riscos ambientais e a escassez ecológica. Tal economia é chamada de economia verde.

245 | Os socialistas compreendem que é possível construir uma economia verde criativa que maximize o potencial dos ativos ambientais e reduza a emissão dos gases de efeito estufa.

246 | A premissa da agenda da sustentabilidade é de que a economia verde apresenta potencial muito maior para a inclusão social e para a geração de renda e empregos do que o atual modelo de política econômica praticado, baseado nos princípios de liberalização radical e da minimização extrema do papel do Estado, bem como pela inserção subalterna internacional da economia brasileira como exportadora de matérias-primas.

247 | Acrescente-se a isso, a necessidade de se fazer uma ruptura com o atual modelo de asfixia dos gastos públicos, equivocadamente associado à austeridade, buscando-se um modelo alternativo, no qual a inclusão social e a conservação ambiental atuem como motores, e não como obstáculos para o desenvolvimento econômico.

248 | O PSB compreende que, embora nos limites do capitalismo o setor privado seja o principal vetor das atividades produtivas, é crucial assumir a necessidade de uma transição para uma economia verde e que esta não acontecerá de forma espontânea. Tal movimento de transição deverá ser induzido pelo Estado como parte de uma política econômica.

249 | Os socialistas compreendem que a não realização dessa transição e se mantido o atual modelo exportador de commodities, será aprofundada a atual trajetória do País como um espaço para a expansão predatória da fronteira agrícola e o estímulo ao garimpo de recursos naturais, com nítida retração em produtos de maior conteúdo tecnológico, sem o consequente provimento de empregos qualificados e estáveis.

250 | Também é muito arriscada a aposta na exploração de petróleo como alavancadora da economia brasileira.

251 | O PSB defende a opção verde que requer o redirecionamento dos incentivos governamentais para setores identificados como de transição para as atividades de baixo carbono, e a adoção de princípios tributários que onerem os responsáveis pelo uso predatório dos recursos naturais e do meio ambiente.

252 | Do ponto de vista tributário, deve-se adotar, em larga escala, a prática de cobrança das externalidades negativas, baseada no princípio do

poluidor-usuário pagador. Além de fonte de financiamento para atividades limpas, essa é uma forma de justiça social, pois impede a apropriação dos recursos do meio ambiente, por poucos.

253 | O PSB defende uma economia de baixo carbono, cuja transição do modelo atual passa também pela mudança das políticas setoriais em todas as áreas, incluindo a dando ênfase às energias renováveis (biocombustíveis, bioeletricidade, hidroeleticidade, eólica e fotovoltaica), o redimensionamento de todos os projetos hidrelétricos, para empreendimentos de menor impacto socioambiental e eficiência energética, e, no caso dos hidrocarbonetos, privilegiar o gás natural como combustível de transição para uma economia de baixo carbono.

254 | Com o uso intensivo de recursos tecnológicos, é necessário incrementar a produtividade por unidade de área, com especial ênfase em agropecuária, produção familiar e agricultura de baixo carbono.

255 | É necessário impedir que a pecuária bovina extensiva não integrada com a lavoura e o agronegócio continuem avançando em áreas florestais, como nos casos mais evidentes da Amazônia e do Cerrado.

256 | É fundamental que as políticas de desenvolvimento agrário tenham como prioridade a aceleração da garantia de direitos fundiários (acesso à terra e sua posse e da extensão rural, para pequenos produtores e comunidades tradicionais, com sólido investimento para o fomento de práticas sustentáveis de agricultura e extrativismo.

257 | Os investimentos públicos em infraestrutura urbana devem ter como prioridade a reconstrução de espaços, por meio de soluções sustentáveis, no que diz respeito à moradia e também aos equipamentos urbanos, principalmente transporte público, mobilidade, saneamento e disposição de resíduos.

258 | Na política industrial, deve-se realizar mudanças de prioridades, em particular, na ação do BNDES e demais financiadores públicos, direcionando recursos financeiros para setores e atividades com mais conteúdo tecnológico, potencial de emprego e renda e menor impacto ambiental.

259 | O financiamento público deve priorizar projetos que efetivamente estejam comprometidos com os princípios do Protocolo

Verde, carta de princípios sustentáveis de orientação para as ações das instituições bancárias públicas e privadas.

260 | O PSB defende parar com a sangria de recursos públicos para subsidiar atividades que geram grandes externalidades negativas, como automóveis particulares, produtos que geram alto consumo de energia e o crédito agrícola para produtores resistentes a se adequarem à legislação ambiental.

| Empregos Verdes: O Trabalho Sustentável na Direção da Economia Inclusiva, da Proteção Social e da Conservação Ambiental

261 | Empregos verdes são aqueles que contribuem para preservar ou restaurar a qualidade ambiental. Ou seja, são empregos que contribuem para a redução do uso de energia, matérias-primas e consumo de água, por meio de estratégias altamente eficazes que descarbonizem e reduzam as emissões de gases de efeito estufa.

262 | A política econômica neoliberal praticada no Brasil é incompatível com a sustentabilidade ambiental. Assim, as discussões sobre o emprego devem estar associadas às preocupações relacionadas a sistemas sociais e ambientais mais amplos.

263 | Na formulação das políticas públicas de geração de trabalho e renda, deve-se incorporar a perspectiva dos empregos verdes. Como, por exemplo, as frentes de trabalho verde, constituem alternativas para aliviar o desemprego e o desalento, ao mesmo tempo em que concorrem para a construção de uma economia verde.

| Biomas Brasileiros, Ativos do Desenvolvimento

264 | O PSB defende que os Biomas Brasileiros - Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pampa, Mata Atlântica, Pantanal e o bioma marinho - se constituam em importantes ativos do desenvolvimento.

265 | O PSB entende que a formulação de políticas públicas estratégicas a comporem um Projeto Nacional de Desenvolvimento, necessita levar em conta a territorialidade, uma vez que os desequilíbrios regionais nacionais também se manifestam, pelo menos de forma aproximada, em razão das características das localidades em seus diferentes biomas.

266 | A manutenção de serviços ecossistêmicos de relevância global de cada bioma, como a regulação do clima, a conservação da biodiversidade, a provisão da água e a oferta de alimentos, revela a posição estratégica de cada um deles para a economia brasileira.

267 | O PSB defende a adoção de medidas de efetiva fiscalização e controle para impedir a supressão de vegetações nativas como forma de evitar a afetação do regime pluviométrico que é fundamental para a vida das populações e para o setor agrícola.

268 | É fundamental compreender o fato de que os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária, os povos indígenas e de comunidades tradicionais, que têm em cada bioma a sua casa, são os protagonistas da conservação da agrobiodiversidade e da promoção da soberania e segurança alimentar.



269 | É necessário garantir e aperfeiçoar os requisitos de licenciamento ambiental como forma de eliminar a ação da grilagem, do garimpo ilegal e da substituição da mata por atividades pecuárias, que tem resultado em intenso desmatamento das florestas brasileiras, notadamente na Região Amazônica.

270 | Os aquíferos brasileiros precisam ser protegidos por ações e legislação específicas, em especial com soluções de contorno para passivos ambientais e a impermeabilização de solos causadas pela urbanização, que se constituem ameaças aos aquíferos sob áreas urbanas.

271 | O PSB entende que urge defender os serviços ecossistêmicos compostos pelas matas ciliares, as nascentes, entre outras, em especial, pelos serviços ambientais prestados pelos biomas. Devem ser empreendidas ações políticas que visem ao fortalecimento e à ampliação do sistema de defesa de áreas protegidas, de proteção integral e de uso sustentável.

272 | O PSB defende a adoção de medidas que tenham por objetivo recuperar as políticas que garantam a homologação de terras indígenas, da reforma agrária e da regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais.

273 | Um Projeto Nacional de Desenvolvimento precisa incorporar estratégias que compreendam a importância que as novas tecnologias desenvolvidas em tempos de Economia 4.0 exercem sobre esse enorme ativo econômico brasileiro, que são os seus biomas.

274 | Em cada um dos biomas brasileiros, existem fóruns de articulações, assentadas em diálogos sociais e políticos, que precisam ser apoiadas para que se fortaleça o seu papel protagonista na direção da sustentabilidade.

| O PSB e o Ecossocialismo

275 | O aquecimento climático é inequivocamente decorrente da atividade humana relacionada à produção, que tem implicado na emissão crescente dos gases de efeito estufa lançados na atmosfera, em especial do gás carbônico e do metano.

276 | O aquecimento deriva basicamente das atividades econômicas que, na lógica do capitalismo e também em alguns países socialistas, exigem aumentar a produção e a acumulação de capital de forma desenfreada.

277 | A ecologia apresenta-se como o campo da revolução que a humanidade tem que realizar. É necessário proteger a Terra, mudando a cultura do consumo excessivo e da produção de resíduos sólidos.

278 | Os socialistas não podem comungar com o excesso de consumo e de desperdício, e devem ser críticos sobre o que produzir, como produzir, quanto produzir e onde produzir, pois refutam radicalmente o princípio capitalista de que a felicidade se dá na insaciável satisfação do possuir e consumir.

279 | A opção defendida pelo PSB é aproximar-se do movimento do Ecosocialismo, que há décadas atua em vários países, desenvolvendo um trabalho de engajamento na luta ecológica, propondo que se avance no caminho construído ao longo de mais de meio século, por partidos ecológicos, organizações não governamentais e instituições culturais.

280 | Para o PSB, a luta ecológica tem também o significado da contradição do capitalismo com a própria vida no planeta.

281 | Para o socialismo, é fundamental unir sistematicamente as lutas sociais por justiça, equidade, bem-estar econômico, desenvolvimento social e direitos humanos, com as lutas pela conservação ambiental e a boa utilização dos bens que a natureza coloca à disposição de todos os seres vivos.

| A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável

282 | O setor mineral brasileiro, parte dele intensivo no uso de energia elétrica, torna-se cada vez mais internacionalizado e voltado ao atendimento da demanda externa.

283 | Pode-se considerar que a mineração brasileira, dada a sua importância econômica e social, sempre foi tratada como uma “atividade de interesse público” e, por isso, condicionada a impositivos legais que incluem todo o ordenamento jurídico sobre a matéria, a partir mesmo de vários artigos, na Constituição Federal de 1988.

284 | O Brasil é um dos cinco maiores exportadores de substâncias minerais do mundo. Cerca de 85% de tudo o que se produz é exportado,

constituindo-se em importante fonte de divisas, sendo um dos setores estratégicos para o equilíbrio financeiro do País.

285 | O PSB defende que é preciso evitar a repetição de casos dos desastres ambientais ocorridos em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, como resultante inequívoco da ganância e interesses do capital.

286 | O PSB propõe a adoção de legislação que organize a produção mineral, de forma que as áreas indígenas e quilombolas sejam totalmente protegidas e respeitadas.

287 | Quanto à mineração e aos impactos nos patrimônios histórico, cultural, paisagístico e turístico, trata-se de equacionar o conflito de uso do espaço entre as atividades econômicas e os interesses difusos da sociedade, que cabe ao Estado arbitrar em razão de verificação de valores tangíveis e intangíveis.

288 | Para perenizar o desenvolvimento após a mineração, há que se considerar que os recursos minerais passíveis de uso pela sociedade são bens finitos no tempo e no espaço e devem ser aproveitados com parcimônia, evitando-se a lavra ambiciosa ou predatória.

289 | O grande desafio da atividade mineradora no Brasil é a agregação de valor, possível através de uma industrialização moderna e criativa, que possibilite sua inserção nas cadeias globais de valor, mantendo a soberania do País. Apesar de sua importância, os minérios são exportados com baixíssimo ou nenhum valor agregado.

| A Premência das Fontes Limpas e Renováveis de Energia

290 | A matriz energética brasileira difere com vantagem da mundial. Enquanto as fontes de energia renováveis brasileiras representaram 46,1%, a média mundial de renováveis é de cerca de 14,2%.

291 | O Brasil precisa aproveitar melhor a vantagem competitiva, pelo fato de ser a quarta maior produção de energia renovável do mundo (atrás apenas da China, Índia e EUA) e a quarta maior participação de fontes renováveis em sua matriz energética.

292 | Sem calor e eletricidade, a atividade econômica seria limitada e restrita. O petróleo e outros combustíveis fósseis, como carvão mineral e gás natural, além de não serem recursos ilimitados, contribuem significativamente para a emissão de gases de efeito estufa, responsável pelo aquecimento global.

293 | O efeito combinado da demanda crescente e do esgotamento dos recursos, requer uma solução melhor para o uso de fontes de energia, priorizando as chamadas fontes renováveis e limpas de energia, em particular, o desenvolvimento de tecnologias que permitam o uso das chamadas fontes de energia renovável.

294 | É imprescindível o aumento de pesquisas e estudos sobre demanda de energia, incluindo dependência, segurança e eficiência energética, além de questões sociais e ambientais.

295 | A parcela de energia renovável no suprimento total de energia está se expandindo e pode contribuir para o crescimento da renda, do emprego e do acesso dos pobres à energia limpa, o que poderia ser um vetor para se atingir de forma mais rápida as metas dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

296 | O PSB propõe uma mudança no suprimento de energia de combustíveis fósseis para energia renovável, o que poderá contribuir para alcançar metas ambiciosas de redução de emissões, com melhorias significativas na eficiência energética.

297 | Para reduzir as emissões da linha de base a um nível que mantenha a concentração de gases de efeito estufa em 450ppm, até 2050, é necessário multiplicar os mecanismos que resultem em maior eficiência energética e opções alternativas de mitigação, como captura e sequestro de carbono.

298 | O PSB propugna a necessidade de recuperação da capacidade do Estado na formulação menos tímida da política energética de longo prazo, visando a um desenvolvimento assentado nos preceitos da sustentabilidade, por meio do aumento das fontes de energias renováveis em sua matriz energética.

Eixo Temático IV

Políticas Sociais e Cidades Criativas



O Eixo Temático IV – Políticas Sociais e Cidades Criativas é integrado pelos temas: Seguridade Social, Saúde Pública, Educação Pública, Liberdade e Igualdade, Direitos Humanos e Movimentos Sociais, Segurança Pública, Reforma Agrária, Reforma Urbana, Cidades Criativas e Cultura e tem como objetivo apresentar propostas do PSB em todas essas áreas.

As Políticas Sociais são destinadas a garantir o acesso universal e a permanência da população em serviços providos pelo Estado, visando ao bem-estar, à dignidade e à coesão social, provendo os bens e serviços necessários à garantia de vida plena e digna de todos os cidadãos.

| Políticas Sociais para Igualdade

299 | O rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica foi, em 2018, quase 34 vezes maior do que o da metade mais pobre. Isso significa que a parcela de maior renda teve ganho médio mensal de R\$ 27.744,00 enquanto os 50% menos favorecidos ganharam, em média, R\$ 820,00.

300 | O PSB defende enfaticamente que as políticas sociais devem ser articuladas e estruturadas enquanto políticas de Estado, alinhadas à política macroeconômica. Essas políticas devem se estruturar por meio da formação de uma forte rede de proteção social, articulada inteligentemente entre as três esferas de governo da Federação (União, Estados e Municípios).

301 | A principal meta defendida pelo PSB, por meio das políticas sociais, é assegurar o acesso universal e a permanência em serviços públicos de qualidade, que garantam a mobilidade social e a emancipação do cidadão.

302 | O modelo de desenvolvimento excludente, vigente no Brasil até a segunda década do século XXI, determina a adoção de estratégias radicais e criativas no combate às desigualdades e suas causas.

303 | O dramático quadro social do Brasil tem, na desigualdade, a sua estrutura nuclear. Enquanto se situa entre os dez maiores PIBs do mundo, o Brasil está entre os dez países mais desiguais. Essa desigualdade, agravada em suas dimensões de raça, gênero e idade, tem sua raiz na enorme concentração de riqueza e renda e não terá solução nos marcos do capitalismo vigente.

304 | A desigualdade no Brasil é tão profunda e estrutural que não pode ser enfrentada com as medidas paliativas tradicionais corriqueiras, mas, sim, com medidas estruturais, criativas e inovadoras capazes de alterar essa estrutura da desigualdade, começando pela saúde e pela educação.

| A Seguridade Social como Instrumento de Redução da Desigualdade

305 | A pandemia da Covid-19 que se alastrou pelo Brasil em 2020 realçou, entre outras coisas, as marcas da imensa desigualdade social e o papel fundamental de um sistema público de saúde eficiente, no caso do Brasil, a importância do SUS.

306 | A Seguridade Social, como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, está destinado a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social.

307 | A Assistência Social, como um direito, deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social.

308 | A reforma da previdência necessita ser revista, de forma a assegurar as conquistas obtidas durante o processo constituinte.

309 | O PSB defende a adoção de políticas de Estado que assegurem uma Renda Básica universal.

Avançar com o SUS

310 | A dificuldade de acesso à saúde de qualidade, por ampla parcela da população, é ainda uma lacuna a ser preenchida com políticas públicas que aperfeiçoem o SUS.

311 | A saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantidos mediante políticas sociais e econômicas. Políticas que devem visar à redução do risco de doença e de outros agravos, e o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação de qualquer cidadão.

312 | O PSB defende a criação e adoção de fonte exclusiva para o financiamento complementar da saúde pública, posto que sucessivos governos esvaziaram os recursos da Seguridade Social - que inclui evidentemente a saúde -, via criação da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

313 | O SUS, com a sua visão socializante de acesso e cobertura, ousou sair de um modelo de saúde centralizado e restrito a poucos, para um sistema descentralizado e universal.

314 | O SUS é uma das poucas instituições que propiciam ao povo brasileiro o sentimento de pertencimento, pois é um empreendimento social e humanístico, realizado pelo Estado, com a participação da sociedade, por isso, o PSB defende a garantia da manutenção, funcionamento e fortalecimento dos Conselhos e Fundos Gestores do SUS.

315 | O que se impõe, para a Saúde, no Brasil, é o enfrentamento de três macrop problemas: Mais recursos para a saúde, melhoria da gestão pública e políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida.



316 | O PSB propõe que o espírito universalizante do SUS se espalhe a todas as demais áreas sociais, como a Educação e a Segurança Pública, bem como o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

| Educação para a Emancipação

A Educação no Brasil

317 | A educação é elemento fundante do processo de construção da autonomia dos sujeitos, do exercício da cidadania, que significa sua emancipação.

318 | É fundamental assegurar que a educação seja vista como estratégia central na execução de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que organize e realize os desejos de construção de uma sociedade justa, fraterna e inclusiva, em que todos possam viver, trabalhar e ser felizes, numa economia que valorize e privilegie o conhecimento.

319 | No Brasil de 2020, há ainda 11 milhões de brasileiros que não sabem ler e escrever. É imperativo, portanto, em tal projeto, a união de todos os esforços e energias da sociedade civil, das organizações sociais, das empresas e do Estado, para superar o analfabetismo.

320 | O PSB defende a necessidade de estruturação de programas que resultem na superação do quadro atual, em que os resultados alcançados pela educação pública, nas últimas décadas, demonstram a incapacidade de o Estado brasileiro garantir o processo de aprendizagem e de permanência na escola, dos brasileiros mais pobres.

321 | O PSB propõe uma educação de qualidade, sem a qual os segmentos menos favorecidos da população serão excluídos do mercado de trabalho e dos processos produtivos da economia do conhecimento, e precisarão continuar - como o fazem na atualidade -, recorrendo a subempregos para sobreviver cotidianamente.

322 | A educação pública brasileira vem sendo objeto de ataques dos liberais, neoliberais, da direita e da extrema direita há muito tempo. A mais cruel tentativa de desmonte do sistema público de educação, ocorreu na Ditadura Militar, mediante a adoção do acordo MEC-Usaid, que

reduziu drasticamente a qualidade da educação pública existente até os anos 1960. Essa ação desarticulou o processo que levaria à revolução brasileira, uma vez que o modelo educacional vigente propiciava a formação de cidadãos livres e emancipados.

323 | É necessário compreender que o projeto de governo eleito em 2018 segue na mesma trilha dos objetivos do acordo MEC-Usaid, com reforço especial na busca pela destruição do que ainda restou, especialmente na educação superior.

324 | É preciso retomar os investimentos na educação pública como forma de estancar os mecanismos que excluem grandes parcelas da população pobre do acesso à educação qualificada, sucatear a estrutura de ensino público, possibilitar o avanço do setor privado na oferta de educação paga, e investir cada vez menos recursos na área, em todos os níveis de ensino, corroboram com a afirmação de Darcy Ribeiro de que “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”.

325 | O espaço público da educação necessita ser fortalecido e ampliado no Brasil, por meio do aumento de aporte de recursos, que permita o aprimoramento na formação de professores e a construção de ambientes escolares compatíveis com as exigências da atual realidade imposta pelo desenvolvimento das novas tecnologias.

326 | Pior que a distância que separa o grupo que teve acesso à educação, daquele que não teve, principalmente da camada da população que ainda convive com o analfabetismo, será o profundo abismo que separará, no futuro, a parte da população que teve acesso às novas tecnologias, daquela a quem esse acesso foi inviabilizado.

Instrumentos Norteadores da Educação Brasileira

327 | O PSB propõe que se resgatem as pactuações e se organizem esforços para que sejam cumpridos os princípios norteadores do projeto de educação brasileira. Tais princípios estão contidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

328 | Importante destacar que, no nível de Educação Infantil (creche e pré-escola), é fundamental que as ações sejam coordenadas e

realizadas pela esfera cuja competência lhe foi atribuída, ou seja, os Municípios. Ao Ministério da Educação (MEC) compete cumprir as diretrizes estabelecidas por lei e aportar os recursos necessários.

Financiamento e Gestão da Educação Brasileira

329 | O PSB propõe como fundamental, no financiamento da educação, o estabelecimento de ações que reforcem o modelo de federalismo cooperativo, a ser sedimentado por meio do regime de colaboração, com funções exclusivas, e funções compartilhadas entre a União, os Estados e os Municípios. Mantendo, entretanto, a vinculação constitucional de recursos mínimos de 18% e 25%, respectivamente, obrigatórios para a União, Estados e Municípios.

330 | O cenário de queda de investimentos nas políticas sociais, em especial na educação e saúde, engrenado a partir da aprovação da PEC do Teto, em 2016, com validade para vinte anos, tem se agravado de forma contundente e por isto essa PEC deve ser revogada.

331 | Os socialistas posicionam-se frontalmente contra a militarização das escolas. Reconhece, entretanto, que a medida gera uma sensação de “ordem e respeito”, entretanto essas motivações são simplórias, uma vez que a sociedade não pode ser preparada e formada e orientada pelas regras militares. É preciso uma escola acolhedora e libertadora, que não iniba os elementos criativos natos em cada um dos seres humanos.

332 | As proposições do PSB pela transparência e por programas de gestão compartilhada vêm ao encontro da construção de mecanismos de controle social dos orçamentos e gastos públicos, os quais enfaticamente são extensivos à gestão educacional.

333 | Há que se registrar que o Fundeb, como obra de engenharia educacional e financeira fundamental à vida nacional, é uma importante conquista democrática e civilizatória. Os socialistas defendem que o Fundeb seja transformado em política pública de caráter permanente, ou seja, uma política de Estado e não de Governo.

Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

334 | A partir de 2015, os recursos destinados ao setor tiveram uma redução contínua, representando 20,5% de queda no padrão de financiamento, sobre orçamentos que sempre foram baixos.

335 | Para o PSB, há que se rever imediatamente o quadro de financiamento da pesquisa no Brasil. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), como uma das responsáveis pelo desenvolvimento e financiamento da pesquisa e inovação no País, aponta que o setor de incentivo à pesquisa será profundamente prejudicado, com a suspensão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, tendo atingido, em 2019, cerca de 93 mil estudantes e pesquisadores, devido aos cortes de orçamento realizados pelos governos de orientação neoliberal.

336 | O PSB opõe-se fortemente aos projetos do Ministério da Educação que procuram liquidar o sentido público das instituições federais de ensino. Esses projetos procuram alterar os eixos históricos que sustentam o caráter público e socialmente referenciado das instituições, ou seja, atendendo aos interesses da sociedade.

337 | O PSB defende a regulamentação do Artigo 207 da Constituição Federal, que definiu as características essenciais da autonomia didático-científica, administrativa, bem como de gestão financeira e patrimonial das universidades públicas.

338 | A captação de recursos próprios e o estímulo ao empreendedorismo individual, não podem e não devem submeter as instituições públicas de ensino aos interesses do mercado.

339 | O grande capital, com presença cada vez mais forte nas modalidades educacionais brasileiras, está mais interessado na exploração predatória dos recursos naturais, na forte oferta de mão de obra barata e nos subsídios dos fundos públicos do que investir em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), como fazem os países centrais.

340 | O PSB entende que somente o fortalecimento do sistema nacional de produção de C&T&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), com forte aporte de recursos financeiros no setor, pode resultar em fortalecimento do desenvolvimento autônomo e soberano da nação brasileira.

341 | Vale a pena lembrar que a pesquisa em ciência e tecnologia é parte indissociável da Economia Criativa.

342 | Sua consolidação implica a inserção da ciência e tecnologia na construção de um projeto genuíno de desenvolvimento nacional, fortalecendo as instituições públicas de ensino e pesquisa do País e criando canais de interlocução com o setor produtivo comprometido com o desenvolvimento autônomo do Brasil.

Revolução Criativa na Educação

343 | O PSB defende que a educação é o principal instrumento de combate às desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira.

344 | O desenvolvimento educacional deve ser a base dos desenvolvimentos econômico e social. Sendo a educação pública de qualidade a principal política social, pois permite à criança, ao adolescente e ao jovem, ter uma formação para a vida em geral, inclusive para o mundo do trabalho, é somente como política social de Estado, como educação crítica e criativa, que poderá assegurar e promover a emancipação do indivíduo.

345 | Para ser plenamente efetiva, a igualdade de oportunidades implicaria tornar o Ensino Fundamental totalmente público e acessível a todas as camadas da sociedade, a exemplo do que já ocorre em diversos países, como, por exemplo, os Estados Unidos, Israel e algumas socialdemocracias europeias. Os filhos dos trabalhadores pobres precisam ter o mesmo espaço escolar que os filhos das classes média e abastadas.

346 | O PSB entende que, para garantir a educação como um direito e não um privilégio, o ensino fundamental, além de gratuito, deve ser realizado em tempo integral.

347 | A qualificação e a valorização dos professores são requisitos imprescindíveis para alcançar a educação defendida pelo PSB, com a garantia da liberdade de expressão e de cátedra.

348 | Apesar da evidente expansão do ensino fundamental, a qualidade e a capacidade de retenção dos alunos na escola têm sido muito baixas. Além de não aprenderem, 24,1% das crianças não concluem o Ensino Fundamental. A distorção idade-ano-série também preocupa. Nos anos finais

do Ensino Fundamental, 26% dos estudantes têm atraso escolar de dois anos ou mais.

349 | O PSB propõe uma mudança na prática pedagógica dominante, substituindo-a por uma nova, que não tenha por base concepções mecanicistas da educação, que acabam por diminuir os espaços de criação, ao tentar “domesticar” as aspirações das crianças, dos adolescentes e dos jovens, interrompendo seus processos criativos. Essa nova prática pedagógica deve privilegiar o conteúdo das humanidades que, atualmente, é oferecido de forma secundária enquanto as artes são totalmente negligenciadas.

350 | O PSB defende que as novas práticas pedagógicas não devem basear-se na exclusiva reprodução da elaboração de conhecimentos por parte do professor, nem na estigmatização dos erros dos alunos.

351 | Uma revolução criativa na educação, que corresponda à nova era do conhecimento e à rápida transformação tecnológica, precisa alterar radicalmente a própria formação de professores e alunos para a construção de homens e mulheres libertários, tolerantes e criativos.

| Direito Social ao Trabalho

352 | Previsto como Direito Social, na Constituição, o direito ao trabalho tem como pedra de toque o princípio da igualdade e da dignidade. A defesa da Constituição Federal de 1988, especialmente do artigo 7 ao artigo 11º, representa o principal elemento da posição do PSB em seu programa.

353 | O PSB defende a regulamentação dos direitos trabalhistas previstos no artigo 7º da Constituição que estabelece dispositivos como a proteção contra a despedida arbitrária, o seguro-desemprego, o salário-mínimo, as jornadas de 8h (normal) e 6h para trabalho ininterrupto, a criminalização da retenção dolosa do salário.

354 | Diferentemente de outros direitos sociais, como saúde e educação, o direito ao trabalho não conta com instrumentos jurídicos e administrativos que garantam seu cumprimento pelo Estado como, por exemplo, a aquisição de um emprego ou atividade rentável, precisa, sim, de políticas públicas e medidas macroeconômicas.

355 | O PSB defende o fortalecimento da política de trabalho, composto pela tríade qualificação social e profissional, seguro-desemprego e a intermediação de mão de obra. Esse último pilar, quando desenvolvido pela iniciativa privada, deve ser mais bem regulamentado, com severo controle social e do Estado.

356 | O PSB defende com urgência a adoção e promoção de políticas que diminuam as dramáticas taxas de desemprego e de desalento decorrentes de políticas macroeconômicas liberais e também das mudanças do cenário do trabalho e do emprego, ocorridas em razão do desenvolvimento das novas tecnologias, e, particularmente, para aqueles que ainda não tiveram acesso ao primeiro emprego, a promoção do trabalho deve se dar como Trabalho Decente, segundo apregoa a OIT, em sua plataforma.

357 | Cabe aos socialistas brasileiros a defesa da Constituição de 1988 e a luta pela revogação dessa emenda constitucional (chamada Reforma Trabalhista do Governo Temer), bem como a formulação de uma verdadeira reforma trabalhista capaz de defender novos direitos para os trabalhadores, numa sociedade em que o modelo de produção se modifica rapidamente com a revolução tecnológica.

| Segurança Pública

358 | Na segurança pública é necessário identificar que no cenário político mais amplo, há claras dificuldades em se conjugar medidas preventivas e repressivas e em acabar com o falso antagonismo entre segurança pública e direitos humanos.

359 | A pauta da segurança pública adquire, a partir dos anos de 1990, contornos nacionais, com diversas tentativas de implementação de um plano nacional de segurança que fosse além do brevíssimo traçado constitucional sobre a área.

360 | O aumento da criminalidade violenta e a estruturação e o fortalecimento do crime organizado e das facções prisionais fazem com que a segurança pública seja uma das preocupações atuais de todos os brasileiros.

361 | Os custos do combate à violência chegam a 5,4% do PIB, a indústria já gasta mais com segurança do que com pesquisa e desenvolvimento, e os elevados índices de criminalidade afetam o turismo e o investimento em várias áreas.

362 | As velhas propostas do Congresso Nacional, que se restringem à tipificação de novos crimes, ao aumento das penas e do endurecimento do regime de seu cumprimento, têm se mostrado não somente ineficazes, mas agravantes dos problemas.

363 | A prática nas gestões estaduais socialistas, de Pernambuco, Espírito Santo, Distrito Federal e Paraíba, mostrou que é possível inovar na gestão e desenhar políticas de segurança comprometidas com a redução da violência em um cenário de respeito aos direitos humanos.

364 | A proteção dos direitos humanos como valor fundamental e a inovação na conjugação de políticas de prevenção, com programas e ações de prevenção qualificada, devem ser o ponto de partida para se pensar em novas estratégias para a redução da violência e a promoção da Segurança Pública.

365 | A segurança é uma política pública e, como tal, deve ser gerida. Há que se desenvolver, para a área, mecanismos de governança, inclusive orçamentária, e aproveitar as experiências de gestão com resultados bem-sucedidos, como as implementadas nos governos do PSB, que se utilizam de mecanismos de gestão sofisticados, mas de implantação relativamente simples.

366 | Esses mecanismos são: o estabelecimento de objetivos e prioridades específicos, a definição de metas baseadas em indicadores de desempenho, a especificação de planos de ação direcionados a áreas territoriais integradas, e o fortalecimento da produção das estatísticas e análise criminal.

367 | O PSB defende que o modelo do SUS deve ser um ponto de partida relevante para a estruturação de um modelo de governança da segurança pública. Ainda, o estímulo à cultura de monitoramento e avaliação de políticas, programas e ações de segurança deve ser contínuo e contar com mecanismos efetivos de participação social.

| Mais Mulheres no Poder

368 | Para os socialistas, a igualdade de gênero é uma base absolutamente necessária para a construção e afirmação de um Brasil próspero, sustentável e justo. Essa base tem efeitos multiplicadores para o desenvolvimento de uma democracia econômica, social e política substantiva.

369 | Representando, hoje, 52% da população brasileira, do eleitorado, e de mais de 43% da população economicamente ativa, as mulheres são sub-representadas nos espaços de poder e no parlamento federal, com apenas 15% de componentes na Câmara dos Deputados e no Senado, em 2018. Só esses dados são suficientes para revelar a precariedade da democracia brasileira, que compromete a sua própria estrutura.

370 | O capitalismo, ao longo dos séculos, tem reciclado a discriminação para separar os trabalhadores em grupos desiguais, que permitem a superexploração dos “desiguais”: mulheres, negros e jovens. São muito intrincadas, portanto, as interrelações sociais, econômicas e políticas, entre classe, gênero e raça.

371 | As lutas feministas têm alcançado vitórias cada vez mais significativas, e crescido sua influência nos partidos.



372 | O exemplo da Lei 9.504/1997 determina que os partidos estão obrigados a destinar uma cota mínima de 30% das vagas, por sexo, em suas chapas de candidatos ao Poder Legislativo.

373 | Para o PSB, cujo Movimento de Mulheres Socialistas já tem duas décadas de existência, o protagonismo feminino é um imperativo: “igualdade de condições, nem mais, nem menos”. Essa luta tem como lema Mais Mulheres no Poder, e é travada em várias frentes.

374 | A não aceitação de qualquer forma de violência contra a mulher, desde a exploração sexual até o assédio no local de trabalho. O PSB exige a garantia da aplicabilidade plena da Lei Maria da Penha e a ampliação e o fortalecimento da rede de serviços de atenção e cuidados às mulheres em situação de violência.

375 | No plano econômico, além de salário igual, para trabalho igual, reivindica-se a qualificação profissional nas áreas tecnológicas e programas de emprego e renda para as mulheres chefes de família.

376 | Mas é no plano político que residem os principais desafios. É preciso superar a sub-representação da mulher nos espaços de poder e de decisão. Para isso, são necessárias ações na cultura e socialização da política do País, nas famílias, escolas, instituições estatais e nos partidos políticos.

377 | Se a cota de 30% nas candidaturas partidárias já representa um avanço, o PSB aspira por uma igualdade de meio a meio da representação política do poder legislativo.

378 | Também na representação interna do Partido propõe-se que, para a composição do Diretório Nacional, a representação feminina de 30% seja obrigatória, em cada estado. Caso um estado não cumpra essa determinação, suas vagas serão substituídas por ocupantes de outros estados.

379 | O PSB garante a bandeira do fortalecimento da cidadania nas múltiplas identidades que compõem o ser mulher: Cis, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais (LBTs), idosas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, ciganas em situação de rua, jovens e adolescentes, mulheres privadas de liberdade, com deficiência, e mães de crianças com doenças raras.

380 | Essas identidades expressam-se por meio da autonomia e do respeito ao corpo da mulher e, se confirmam, também, nas políticas afirmativas e bandeiras de lutas feministas, como a garantia do aborto legal previsto em lei.

381 | Para garantir a autonomia da mulher, afastando-a dos ambientes de dependência, o PSB defende firmemente as creches públicas como instrumento de emancipação.

382 | As gestões socialistas devem criar organismos de política de gênero, realizar conferências específicas e criar, ou fortalecer, os mecanismos legais de controle social, tais como o Conselho de Direitos da Mulher e fundos de enfrentamento à violência contra as mulheres.

383 | O PSB reafirma que, dentro do contexto da Autorreforma, deve-se contemplar a necessidade cotidiana de enfrentamento ao machismo e ao patriarcado, em defesa da radicalização da democracia.

| Emancipação e Empoderamento dos Negros

384 | O Brasil, último País a abolir oficialmente a escravidão, é o primeiro em população afrodescendente fora do continente africano. De acordo com dados do IBGE, 54% dos brasileiros são negros ou pardos, ficando atrás, em quantidade, somente da população da Nigéria. A despeito dessa constatação demográfica, o Brasil ainda está longe de ser uma democracia racial.

385 | Os dados do Mapa da Violência de 2019 e uma série de estudos da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que analisa as taxas de mortalidade dos municípios brasileiros, demonstram que ter a pele escura, no Brasil, é sinônimo de redução da expectativa de vida, pois 75% das vítimas de homicídio eram pessoas negras.

386 | A relação da população negra com a violência se dá por meio dos estereótipos criados sobre o lugar onde esses indivíduos vivem e suas condições socioeconômicas.

387 | A falta de representatividade negra, nos espaços de poder, é um fator que contribui fortemente para manter essa população na base da pirâmide social, com os piores postos de trabalho, a média salarial mais baixa, e vivendo sob as condições mais vulneráveis no que se refere à saúde, segurança e educação.

388 | O PSB defende a necessidade do aumento da representação dos negros e negras nos poderes executivo, legislativo e judiciário, e, nos demais espaços de poder, deve superar a afirmação meramente casual e se converter em ações concretas.

389 | Ao fazer um recorte de gênero e raça, na estrutura do sistema tributário vigente, percebe-se que, proporcionalmente à renda, são as mulheres negras pobres que mais pagam impostos e as que recebem os menores salários.

390 | O PSB é solidário e copartícipe, - através de suas instâncias partidárias, e que tem na Negritude Socialista seu principal porta-voz -, das demandas dos movimentos negros que não se restringem à questão racial, mas também se relacionam com problemas sociais, econômicos e culturais, que incidem sobre a população negra.

391 | A inclusão do racismo como crime inafiançável e imprescritível, no artigo 5º da Constituição de 1988, abre a oportunidade do regramento de estatutos que, além de superar a tese da democracia racial, possibilite a construção de normativas afirmativas para os negros no Brasil.

392 | O PSB entende que as ações afirmativas e compensatórias precisam ser aprimoradas, de forma a garantir a permanência dessa população nas instituições públicas de ensino, através de programas de acompanhamento social e apoio à alimentação, moradia, acesso a livros e transporte, para que a lei de cotas seja efetiva.

393 | O PSB entende que são necessários ajustes para a plena aplicação das leis que expressam o espírito compensatório, como o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 10.603/2003, que determina o ensino da história afro-brasileira nas escolas, o decreto que regulamenta o reconhecimento e a demarcação de terras ocupadas por descendentes de quilombolas, e a proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de raça.

394 | O PSB defende, ainda, a correta observação da Lei Complementar 150, que regula o emprego doméstico. Defende também a proteção da liberdade de prática religiosa, no que concerne às religiões de matrizes africanas, a eliminação do trabalho infantil e do trabalho análogo à escravidão, a redução da violência obstétrica - uma violência de gênero contra a grávida, sofrida no pré-natal, no parto ou no pós-parto, incluindo também situações de aborto. E, ainda, o fim dos autos de resistência, no qual a morte de um suspeito é

justificada pela sua resistência ao ser preso, sem que a necessária autópsia seja feita no caso de morte envolvendo agentes de Estado.

395 | O PSB reconhece que o movimento negro no Brasil continua a viver momentos de resistência, onde o principal objetivo do negro é continuar a existir, pois são os corpos, o trabalho e a vida dos negros que estão sendo primeiramente expostos nas periferias e comunidades, em razão da lógica de o capitalismo brasileiro se sustentar e operar a partir das estruturas de racismo e patriarcado.

396 | O PSB compreende que a luta antirracista está indissoluvelmente ligada a uma estratégia civilizatória de igualdade social pela qual o Partido luta.

| Idosos, uma Nova Realidade

397 | As consequências do envelhecimento populacional para a vida das pessoas é um dos principais desafios que as nações desenvolvidas, e em desenvolvimento, têm encontrado já neste início do Século XXI, incluído aí o Brasil.

398 | Até 2030, o Brasil será um “País idoso”. Isso ocorre quando a população acima de 60 anos supera a de jovens com idades até 15 anos. Um pouco mais adiante, em 2050, estima-se que esse contingente some 68 milhões de pessoas.

399 | Considerando-se que as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira se refletem mais severamente entre os idosos, as debilidades históricas da rede de proteção e de acolhimento a esses idosos vêm acrescidas de elementos de novas exclusões, notadamente as que envolvem as tecnologias digitais.

400 | Ressalte-se que um dos instrumentos importantes para a implementação de programas e políticas públicas para o idoso são os Conselhos (nacional, estaduais e municipais), que devem ser estimulados e multiplicados por todo o Brasil. Da mesma forma, os Fundos dos Idosos são mecanismos que permitem aos Estados e Municípios captarem recursos incentivados e previstos na Lei do Idoso, o que permitiria investir em projetos de interesse da comunidade.

401 | O PSB propugna uma agenda de políticas públicas que são necessárias à manutenção e ampliação de programas de apoio à saúde, como o fornecimento gratuito ou subsidiado de remédios para doenças crônico-degenerativas e a ampliação dos espaços de atendimento geriátrico no SUS.

402 | O PSB defende o aumento dos investimentos em pesquisas médicas, odontológicas e psicológicas, para superação de enfermidades físicas, neurológicas e mentais, características da velhice, por exemplo, por meio de abertura de editais nos órgãos de fomento, específicos para essas áreas.

403 | O PSB recusa a ideia de que a velhice seja um ciclo da vida de abandono, desocupação e esquecimento. A qualificação digital, por exemplo, é uma das ações que pode evitar e eliminar a exclusão, por isso, a inclusão dos idosos em novas realidades, resultantes de mudanças constantes e rápidas, devido à modernização da vida, exige ações específicas que devem constar dos programas para a senescência.

404 | Os socialistas defendem, a exemplo do acolhimento que se dá às crianças com as creches públicas, condições de moradia que garantam anos tranquilos de vida com suas famílias, ou, alternativamente, em ambientes sociais que respeitem suas limitações e lhes garantam conforto e saúde. Opções como casas de apoio ou condomínios de idosos, sob responsabilidade do Estado, com plena acessibilidade, devem ser concretizados.

405 | É importante, ainda, garantir aos idosos uma renda justa, que possa lhes propiciar o acesso a bens disponibilizados à sociedade, possibilitando-lhes uma vida ativa e feliz, com acesso à cultura, às artes e a outras atividades que lhes assegurem uma vida decente e plena.



| Direito à juventude plena

406 | O PSB, baseado inclusive em sua própria experiência, defende a ampliação de espaços na política para atuação da juventude, nos partidos e fora deles e nos movimentos sociais.

407 | O compromisso da juventude com o desenvolvimento sustentável que, no Brasil, tem como primeiro ponto a defesa da floresta amazônica e dos demais biomas brasileiros.

408 | O PSB compromete-se a definir estratégias específicas para estimular a participação de jovens na política, que inclua a formação de quadros e a relação do Partido com as organizações juvenis e estudantis.

409 | Enquanto as crianças e adolescentes representam cerca de 33% da população brasileira, entre os mais pobres, esse patamar é maior. Um recorte pela pobreza, cruzado com a idade, revela que a população mais pobre tem um contingente ainda maior de crianças e adolescentes, (40,2%).

410 | Os jovens brasileiros, na sua maioria, são levados a entrar no mercado de trabalho pela via da informalidade, ou de forma precarizada, via pessoa jurídica, submetidos à uberização do trabalho e sem acesso a direitos trabalhistas.

411 | Devido às reformas trabalhista e previdenciária, realizadas nos Governos Temer e Bolsonaro, não há a perspectiva dos jovens brasileiros desfrutarem dos direitos previdenciários, como o direito à licença saúde e licença maternidade/paternidade e à aposentadoria.

412 | É necessário rever a reforma do ensino médio, que tornou o ensino demasiadamente tecnicista, bem como manter-se firme contra projetos de militarização do ensino e de projetos como o “escola sem partido” e a favor da escola em tempo integral.

413 | As proposições do Projeto Escola sem Partido encerram a possibilidade da construção de um projeto pedagógico que estimule a aquisição do conhecimento sob uma perspectiva crítica e criativa.

414 | Desenvolvimento de políticas públicas que garantam a universalização do acesso ao Ensino Médio e Superior e o estabelecimento de cotas afirmativas, como política de incentivo à não evasão.

415 | Quanto aos espaços de desenvolvimento da vida juvenil, é preciso garantir o direito à permanência da juventude rural no campo daqueles jovens que assim desejarem, com programas da reforma agrária, do desenvolvimento de instrumentos de economia garantidores dessa permanência, do acesso à saúde, segurança e da educação para uma vida digna.

416 | No aspecto urbano, ao se analisar a distribuição populacional, é preciso ter especial atenção às juventudes periféricas (pretas e pobres), para assegurar a presença e o acesso do Estado nessas regiões, garantindo moradia digna, emprego, renda, educação, mobilidade e segurança para essa população juvenil.

417 | O PSB defende o apoio de políticas que possibilitem ao jovem a aquisição de renda por meio de iniciativas como o empreendedorismo jovem, em especial, nas novas áreas surgidas com o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, em particular, para a juventude das periferias urbanas, onde predomina a juventude negra.

418 | É necessário garantir o acesso à justiça pelas populações jovens, bem como uma abordagem policial que não resulte na eliminação física de jovens, sobretudo nas periferias brasileiras, decorrente da prática comum e descontrolada das justificativas expressas nos “autos de resistência”.

419 | O PSB defende a necessidade de construir alternativas às políticas de segurança pública vigentes, que são baseadas fundamentalmente na repressão e no preconceito, que penaliza fortemente as populações jovens periféricas e negras, tendo como resultado a negação do simples direito à própria vida.

420 | Ainda, é necessário atualizar a política de drogas, de modo a integrá-la a outras políticas sociais, especialmente com as da saúde.

421 | A criminalidade constatada no Brasil e que gera prisão, é de caráter patrimonial e relativas às drogas. As prisões relacionadas envolvem especialmente a população jovem, preta e periférica.

422 | O PSB defende a necessidade da ampliação e universalização do acesso às políticas públicas de esporte, cultura e lazer.

423 | É preciso reforçar, no mínimo, os direitos ao aborto assegurados em lei às jovens impostas à gravidez.

424 | O PSB defende a necessidade da formulação e adoção de políticas públicas sobre os direitos sexuais e reprodutivos dos jovens nas idades adequadas. Tais medidas tem como missão evitar e eliminar a enorme ocorrência de abortos que ocorrem atualmente no Brasil e que levam à morte de milhões jovens mulheres por causas puerperais.

425 | Os socialistas defendem também a necessidade de aprofundar o debate sobre a materialização, pelo Estado nacional, do direito das mulheres, acompanhadas e orientadas por profissionais do SUS, realizarem aborto, quando caracterizada a gravidez indesejada.

| Por uma Reforma Agrária que se conecte ao Brasil do Futuro

426 | A reforma agrária, presente na história da imensa maioria dos países capitalistas, ainda está, em sentido estrito, por se realizar no Brasil.

427 | O primeiro deles é atender a uma demanda emergencial de famílias pobres e envolvidas em conflitos fundiários.

428 | O segundo, é fazer da reforma agrária um vetor de desenvolvimento, visto que várias regiões do Brasil interiorano apresentam baixo dinamismo e estão fortemente dependentes de transferências de receitas aos Municípios ou de renda às famílias pobres.

429 | O terceiro, é favorecer a emergência de novas formas de uso dos recursos naturais, por meio da regularização fundiária e de uma política de valorização dos produtos da biodiversidade, e/ou uso de novas fontes de energia.

430 | Reforma Agrária como uma Política de Conservação Ambiental. Consiste em fazer da política fundiária um instrumento para o uso sustentável dos recursos naturais, sobretudo naquelas regiões onde há maior fragilidade ambiental.

431 | O PSB advoga a tese de que uma política de reforma agrária não deve apoiar-se na mera e simples distribuição de terras – embora isso seja um elemento fundamental - e na dotação de infraestrutura, mas, em pelo menos três modalidades de política fundiária, associadas às demais políticas do governo

federal (acesso a mercados, meio ambiente, ciência e tecnologia, entre outras), convertendo-se em uma política de desenvolvimento e ordenamento territorial.

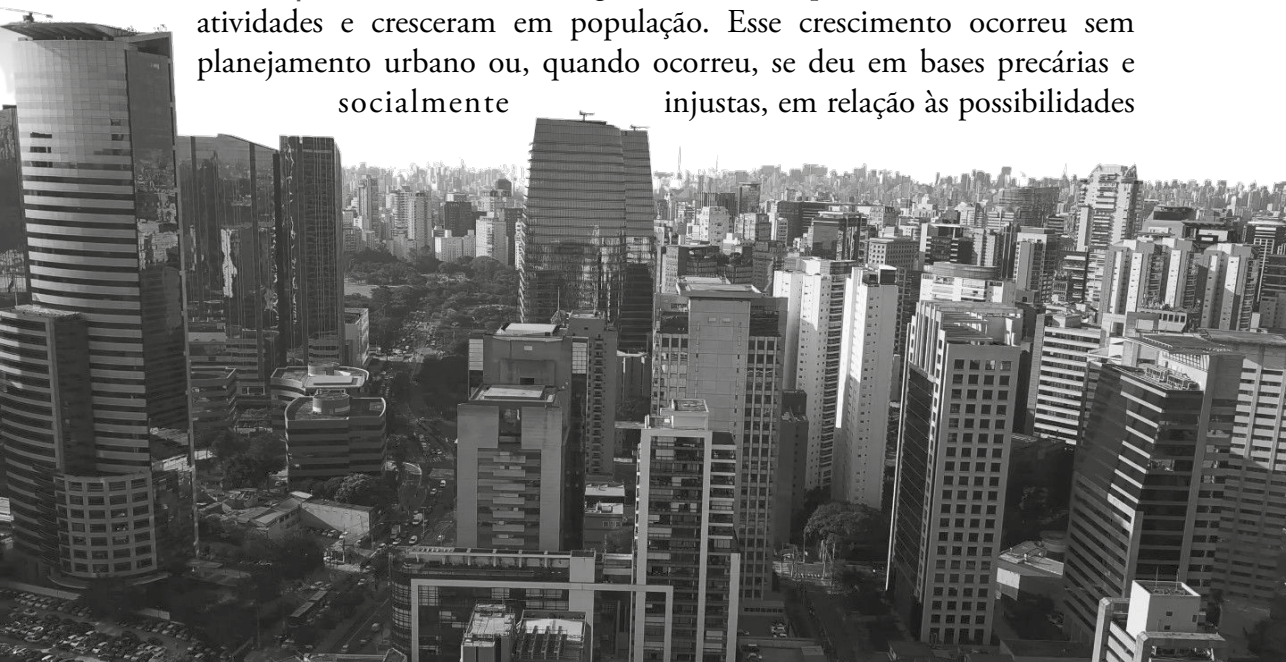
432 | O PSB defende a proposta de adoção de um marco legal, o Estatuto do Brasil Rural. Concebido a partir de amplo e democrático pacto socioambiental, deve estabelecer diretrizes e metas de médio e longo prazos acerca de um conjunto de indicadores sociais e ambientais, que permitam concretizar um cenário desejado para o Brasil rural, no intervalo de uma geração, garantindo as peculiaridades de regiões e municípios brasileiros.

| O Direito à Cidade e a Reforma Urbana

433 | É necessário elaborar um conjunto de diretrizes para enfrentar a lógica e o interesse do capital quando este se sobrepõe ao interesse público. O embate está entre interesses do capital versus interesse social, o que transparece na encruzilhada do direito à cidade versus interesses do mercado.

434 | A partir de meados do Século XX, o Brasil empreendeu sua transformação de país agrário e rural para o de urbano-industrial. A concentração, no meio urbano, dos principais interesses econômicos e da maior parte da força de trabalho, transformou as cidades – e o campo, por consequência.

435 | Paulatinamente, algumas cidades polarizaram interesses e atividades e cresceram em população. Esse crescimento ocorreu sem planejamento urbano ou, quando ocorreu, se deu em bases precárias e socialmente injustas, em relação às possibilidades



de acesso a bens e serviços, gerando grupos muito distantes entre si, no tocante à renda, à escolaridade, às condições de moradia, à mobilidade e ao acesso a lazer.

436 | Os quinze maiores aglomerados urbanos brasileiros já detêm pelo menos 39% da População Economicamente Ativa (PEA), 37% do total das Pessoas Ocupadas (PO) do Brasil e 43% das pessoas ocupadas na indústria de transformação.

437 | Os pobres e os excluídos, em particular a população negra, foram empurrados para as periferias, em habitações precárias ou subnormais - característica de grande parte das periferias das cidades brasileiras, onde falta tudo: água, coleta de esgoto e de lixo, cultura e lazer, segurança pública, saúde e educação.

438 | A falta de interação entre os diferentes grupos – os mais pobres e os mais abastados - que se formaram com o processo de urbanização-metropolização, gerou um forte empobrecimento relacional nas cidades, uma falta de consciência de comunidade, de pertencimento, com tendência ao aumento de conflitos e ao abandono dos espaços e coisas públicas, incluindo o exercício da política.

439 | Os anos dos governos social-democratas, a partir de 1995, incluindo Lula e Dilma, por sua vez, caracterizam-se pelo modelo de inclusão social pelo consumo. Os projetos foram desenhados para acolher demandas sociais relevantes, como acesso à moradia, por meio de subsídios ao setor privado, reiterando o valor privado da terra e dos imóveis, o poder da indústria automobilística, a matriz rodoviária e o uso de energias fósseis.

440 | A Política de Habitação desenhada e implementada, neste período, pretendia ser um elemento de dinamização econômica, considerando, inclusive, a possibilidade de gerar empregos num ambiente de crise.

441 | O financiamento às construtoras, de forma desarticulada com as políticas territoriais urbanas locais, e com a metropolização, alimentou com subsídios públicos o valor privado da terra e dos imóveis, reforçando a especulação imobiliária.

442 | A Política de Saneamento teve desempenho pífio, durante o período, não alcançando as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico

(Plansab). A Política de Mobilidade também foi direcionada pela questão econômica, mas mantendo a visão tradicional.

443 | Uma política urbana consistente, inclusive prevista na Constituição de 1988, é fundamental nos marcos de um projeto civilizatório, como o que o PSB propõe ao Brasil, no contexto de sua Autorreforma.

444 | O PSB defende que é necessário ainda aproximar a reforma urbana da agenda da sustentabilidade. A cidade sustentável deve operar de forma equilibrada e eficiente os recursos necessários para o seu funcionamento, seja nos insumos de entrada (terra urbana, recursos naturais, água, energia e alimento), seja nos recursos de saída (resíduos, esgoto e poluição), para alcançar os objetivos da sociedade urbana de forma igualitária e saudável.

445 | A sustentabilidade urbana deve se preocupar em minimizar os impactos das atividades e processos das cidades no ambiente natural, cuidando para que as atividades humanas não comprometam os ecossistemas ligados às cidades, afetando a oferta de recursos naturais.

446 | É importante quebrar a dinâmica da espoliação urbana, da qual uma das principais causas é a especulação imobiliária, que encarece a terra e moradia, levando à segregação residencial dos mais pobres. Tal dinâmica cria padrões de exclusão da infraestrutura urbana. O caminho para a superação dessa exclusão, causada pelo avanço do sistema capitalista, se dá pela recuperação do poder público em sobrepor os interesses coletivos em contrapartida aos interesses do mercado.

447 | É preciso garantir a função social da propriedade, por meio da sobretaxa de grandes propriedades privadas, imóveis abandonados ou especulativos, além de obrigar a urbanização de terrenos ociosos.

448 | Para frear o crescimento desordenado das cidades, se faz necessário proibir aprovações de loteamento habitacionais, sobretudo aqueles localizados em zonas afastadas dos grandes centros urbanos e sem infraestrutura. O gestor público tem que ter ao seu dispor instrumentos institucionais e marcos legais para dar suporte à sua atuação para efetiva a reforma urbana.

449 | Para que uma Reforma Urbana possa de fato ser implementada, é necessária uma revolução criativa na articulação dos atores sociais, em que emerge o papel da liderança política, para que os interesses e direitos da

maioria empobrecida das periferias das cidades prevaleçam sobre o do capital, principalmente os do capital imobiliário. A garantia da predominância do interesse público pressupõe, portanto, a existência de um Estado forte (Poder Público).

450 | É nos territórios urbanos onde se materializam, se reproduzem e se perpetuam inúmeras desigualdades, como espelho de um modelo de capitalismo que sobrevive às custas da exploração e da apropriação, por poucos, do esforço da imensa maioria dos trabalhadores que foi obrigada a se urbanizar, ao longo das últimas cinco décadas. As cidades, portanto, não são para todos.

451 | Somente após o atendimento dessa parcela da população mais rica, é que será considerada a possibilidade de atendimento dos direitos e interesses dos moradores pobres e excluídos.

452 | O PSB defende que a garantia de acesso e permanência a todos os direitos humanos é a premissa básica. O direito à cidade é uma haste do guarda-chuva dos direitos humanos. Uma cidade socialista, criativa e acolhedora deve garantir o acesso a todos os serviços urbanos e a permanência neles.

453 | É fundamental assegurar também que o acesso e permanência aos serviços de saúde, educação e assistência social, sejam ofertados de forma a permitir que as cidades se constituam em um território de paz, capaz de acolher a todos em suas diversidades, gerando um ambiente de tolerância e fraternidade, uma comunidade justa e solidária.

454 | O direito à mobilidade urbana constitui outro desafio prioritário, na agenda das políticas públicas. O PSB entende que os espaços das vias públicas devem ser destinados com ênfase para o transporte público. Defende a inversão de prioridade quanto aos usos de tráfego.

455 | A implementação dos projetos para o transporte público coletivo e individual requer planejamento de curto, médio e longo prazos e aportes significativos de recursos. A alocação dos recursos públicos deverá ser orientada prioritariamente para o financiamento das infraestruturas dos modais de transportes de massa.

456 | A política industrial também deverá estar alinhada com essa proposta e realizar esforços no sentido de apoiar o desenvolvimento da

indústria brasileira, atendendo prioritariamente à demanda dos projetos de transporte de massa.

457 | O PSB defende, ainda, que os indicadores de saúde pública, observados nas cidades, devem constituir-se em ferramentas que reorientem as estratégias de investimentos nos meios de transportes.

458 | Inúmeros problemas de saúde decorrem da queima de combustíveis fósseis em veículos como ônibus, carros e caminhões.

459 | O enfrentamento desses problemas requer a adoção de políticas públicas que obriguem que todos os novos veículos dos modais de transporte de massa a serem criados, ao entrarem em operação, estejam obrigados ao uso de combustíveis não poluentes.

460 | O PSB entende como de fundamental importância conceber estratégias consistentes na definição das políticas relacionadas à execução dos serviços de mobilidade urbana nos territórios das Regiões Metropolitanas brasileiras. Os limites dos municípios não podem e não devem ser os limites para o planejamento, a construção da infraestrutura e prestação dos serviços. É preciso conceber instituições que tenham capacidade de gestão, a participação obrigatória do Estado e de todos os municípios que integram a Região Metropolitana.

461 | O PSB entende que a definição do conceito de função social da propriedade é um tema a ser constitucionalizado mediante adoção de parâmetros básicos, que todos os municípios brasileiros estariam obrigados a colocar em prática.

462 | A função social da propriedade é um conceito jurídico que não elimina o direito à propriedade privada, tão pouco faz com que se perca o caráter individual de liberdade de adquirir e vender, segundo regras capitalistas. Entretanto, o mesmo deve ser subordinado aos interesses coletivos. Ou seja, todo imóvel (terreno, prédio, casa, galpão, entre outros) localizado na zona urbana, que não tenha usos social e produtivo, deverá receber tributação progressiva anual, para que, no prazo máximo de 10 anos, se não tiver destinação adequada, conforme preceito constitucional, seu domínio e posse sejam transferidos para um fundo público imobiliário municipal, que o transformará imediatamente em ativo de financiamento da política local de habitação popular, cultura ou lazer.

| Cidades Criativas

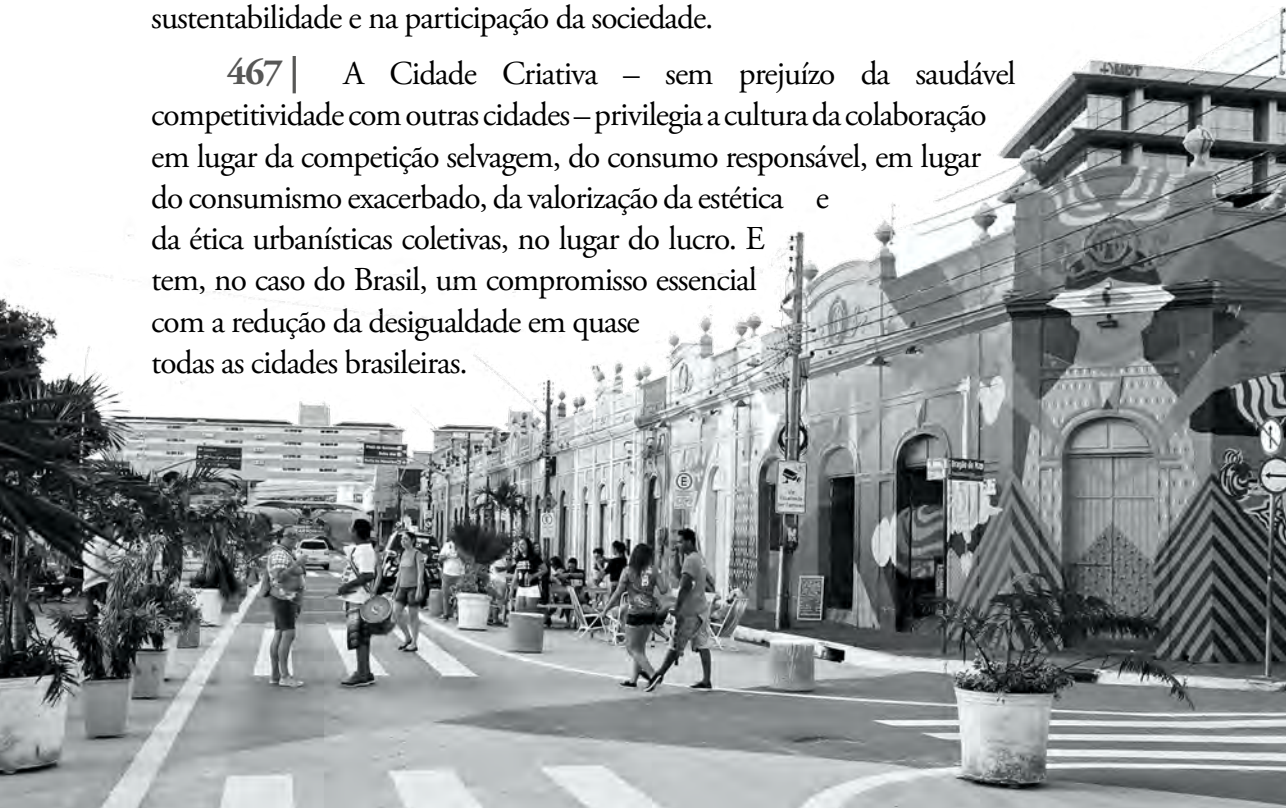
463 | O direito à cidade precisa ser traduzido em planejamento que conduza a uma reforma urbana criativa, sustentável e igualitária, na era do conhecimento. Nesse sentido, é atualíssima a definição de Celso Furtado para quem “o desenvolvimento é a capacidade de criar soluções originais para os problemas de uma sociedade”.

464 | No Brasil, o primeiro desafio de uma cidade criativa é enfrentar a brutal desigualdade social. Assim, uma cidade criativa não é necessariamente aquela onde predominam as atividades da Economia Criativa, mas a que é capaz de buscar, através da inovação, da criatividade e do talento, as soluções para sua prosperidade econômica, a sua coesão social e o bem-estar dos seus cidadãos.

465 | A cidade criativa une os interesses particulares aos interesses coletivos, o local ao global e o privado ao público, em torno de um sonho coletivo vinculado às suas vocações. O conceito geral parte dos elementos da Economia Criativa – cultura, tecnologia, inovação, design, arquitetura, urbanismo, artesanato, patrimônio histórico, publicidade, moda, gastronomia, turismo.

466 | A cidade criativa organiza políticas públicas e formata planos e eixos de desenvolvimento urbano baseados na criatividade, na inovação, na sustentabilidade e na participação da sociedade.

467 | A Cidade Criativa – sem prejuízo da saudável competitividade com outras cidades – privilegia a cultura da colaboração em lugar da competição selvagem, do consumo responsável, em lugar do consumismo exacerbado, da valorização da estética e da ética urbanísticas coletivas, no lugar do lucro. E tem, no caso do Brasil, um compromisso essencial com a redução da desigualdade em quase todas as cidades brasileiras.



468 | O PSB propugna que é preciso assegurar a ampla mobilização criativa dos talentos de trabalhadores, artistas, intelectuais, cientistas, empresários e empreendedores coletivos e individuais, em estruturas capazes de garantir soluções criativas para a economia e para a vida social dos municípios.

469 | A reunião de talentos necessita se dar nos moldes de um fórum público-privado, que deve se conectar a comitês de gestão interdisciplinares, que incluam os organismos, ou as secretarias municipais, de planejamento, cultura, educação, trabalho, assistência social, turismo e fazenda. A criação, ainda, de Observatórios Municipais proporcionará, à administração municipal e ao fórum antes referido, inteligência estratégica com informação atualizada, diagnósticos, formulação de projetos, propostas e parâmetros para monitoramento das políticas públicas.

470 | Coincidindo com a criação das estruturas institucionais é preciso que a cidade se descubra a si mesma realizando um levantamento de recursos humanos, culturais, naturais e tecnológicos que devem resultar num mapa de talentos. Esse mapa, em grande parte, vai corresponder a uma definição mais precisa das principais vocações da cidade, induzindo a organização de Clusters ou de Arranjos Produtivos Locais.

471 | Articulando a cultura, a tecnologia e a mobilização democrática, uma cidade criativa inova também os modelos de organização econômica, social e política. Recupera áreas degradadas, com a criação de Distritos Criativos, onde se desenvolvem atividades que vão do artesanato à criação de softwares.

472 | As atividades da Economia Criativa têm menor impacto ambiental. Também propiciam menor produção de resíduos sólidos e maior utilização de energias renováveis, constituindo-se em fatores de competitividade nacional e global e se convertendo em verdadeiros ativos turísticos e culturais das Cidades Criativas.

473 | Uma cidade criativa também inova na mobilidade urbana combinando transportes públicos coletivos e individuais e transformando estações de transbordo em áreas de atividade econômica.

474 | A cidade criativa investe pesadamente em educação fundamental e contribui significativamente para a qualificação profissional.

475 | A cidade criativa estabelece estímulos tributários e até isenções para setores e atividades criativas, sejam elas culturais ou tecnológicas.

476 | O poder de compra das prefeituras deve ser utilizado para estimular a produção local, principalmente de micro, pequenas e médias empresas localizadas na cidade ou na região.

477 | E como as cidades não são ilhas isoladas, mas parte de arquipélagos regionais ou metropolitanos, a formação de consórcios criativos deve ser pensada como forma de fortalecer as economias criativas locais, o turismo, o saneamento e o manejo de resíduos sólidos.

Cidades Criativas x Pandemia

478 | A pandemia revelou tanto a profundidade das desigualdades sociais, raciais e econômicas, como o papel imprescindível do Estado nas suas dimensões nacional, estadual e municipal, desmentindo cabalmente o pensamento neoliberal quanto à política do Estado Mínimo.

479 | A pandemia do corona-vírus, que marcou o ano de 2020, fez com que as cidades brasileiras passassem a sentir, mais do que nunca, a necessidade de se reinventar criativamente.

480 | Os produtos e serviços da Economia Criativa, ganharam importância ainda maior com as exigências do isolamento social. A comunicação digital, as redes sociais, a internet, o e-commerce e os serviços de entrega solicitados por Whatsapp resolveram antigos problemas e criaram novos.

481 | As tecnologias relacionadas à saúde, às pesquisas em ciência, aos bigdatas, aos sistemas de pagamento e transferências financeiras e as alternativas sociais e econômicas, desde as pequenas indústrias de alimentos e serviços pessoais, até o artesanato, todas ligadas à Economia Criativa, também foram reconhecidas como essenciais.

482 | Por sua vez, o poder local foi extremamente valorizado e as prefeituras ganharam enorme importância mesmo na defeituosa organização federativa do Brasil.

483 | A pandemia do corona-vírus constituiu-se num grande acelerador da criatividade e dos valores socialistas nas cidades brasileiras marcadas pela brutal desigualdade. A solidariedade, a importância do meio ambiente, os sentimentos antirracistas e a igualdade de gênero tiveram sua relevância extremamente realçada.

484 | Consolidou-se o conceito expresso pelo sociólogo Richard Florida de que mais do que economia criativa precisa-se pensar em “sociedade criativa”.

485 | O PSB tem, nas ações do Partido e em suas administrações municipais, a determinação de aprofundar a prática de políticas que contribuam para tornar as cidades brasileiras locais apropriados para a aplicação de sua concepção sobre cidades criativas.

| Cultura, Desenvolvimento e Criatividade

486 | A cultura, em suas três grandes dimensões – a simbólica, a cidadã e a econômica –, é fundamental para a definição de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil.

487 | Segundo Celso Furtado, esse projeto teria que ser formulado a partir do “reencontro com o gênio criativo da nossa cultura e como realização das potencialidades humanas” e, ainda, “o objetivo último de uma política cultural deve ser fortalecer todas as formas criativas da sociedade”. A cultura permite, portanto, pensar o desenvolvimento dando nitidez ao sonho.

488 | Na era do conhecimento, em que as novas tecnologias de informação e comunicação tendem a disseminar em escala global as manifestações artístico-culturais e políticas, é preciso refletir, o mais profundamente possível, sobre os fatores que podem configurar a cultura brasileira e a identidade nacional. Identidade que não é estática, monocromática ou exclusivamente nacional, ou local.

489 | A cultura brasileira e a identidade nacional serão tão mais universais quanto mais brasileiras puderem ser, pois é no mundo e, em certa medida, para o mundo, que as identidades nacionais e culturais se afirmam.

490 | O traço intelectual e criativo brasileiro mais distintivo é a diversidade cultural e sua plasticidade na resistência às pressões homogeneizadoras. A diversidade seria, assim, o princípio organizador da identidade cultural brasileira.

491 | O ideal seria que as riquezas cultural, literária e artística, fossem transferidas para o design nacional, para os games, para os softwares brasileiros. Enfim, é preciso marcar a cultura tecnológica com as digitais da diversidade cultural do País.

492 | Assim, o conjunto da Economia Criativa, que vai além da produção simbólica, teria uma marca cultural brasileira. E a cultura brasileira, na sua dimensão econômica, se utilizaria mais dos recursos tecnológicos e dos circuitos mercadológicos (produção, distribuição e comercialização) da Economia Criativa.

Políticas Culturais

493 | Até o advento do capitalismo, com sua formidável força socializante, o conhecimento e a cultura eram quase exclusivamente domínio privativo dos príncipes, sacerdotes e generais. A partir da estruturação dos Estados nacionais, os bens culturais se viram libertos das “imposições históricas dos mecenatos e dos ditames religiosos”. No século XIX surgem, então, as primeiras ações dos Estados na área cultural, voltadas para a população, com a criação de escolas públicas, bibliotecas e gráficas para imprimir as produções oficiais e também as literárias. Essas foram as primeiras políticas culturais.

494 | Com os avanços tecnológicos na reprodução de textos, imagens e sons, são criadas as condições para o desenvolvimento de um mercado de bens e serviços culturais de proporções crescentes. E assim, historicamente, vai-se da “mercantilização da cultura para a fase mais recente da culturalização das mercadorias”: móveis, aviões, automóveis e vestuários, desenhados a partir de uma vertente cultural.

495 | Embora integre a Economia Criativa, da qual é o eixo central, a cultura tem uma dimensão própria no terreno do simbólico, que vai além de qualquer variante econômica. Há um terreno cultural específico das produções artísticas e literárias, que, necessariamente, não se transformam em mercadorias.

496 | A Constituição de 1988, em seu artigo 215, estabelece que o “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

497 | Os socialistas brasileiros assumem como seu primeiro compromisso levar à prática o estabelecido na Constituição Federal de 1988. E complementá-la com políticas culturais, mas de forma a consolidar a cultura como identidade nacional e democratizar a cultura consagrada.

498 | A cultura na educação é também um aspecto fundamental, não apenas para assegurar a compreensibilidade dos elementos culturais que compõem

a história, como também para garantir o acesso à cultura digital que caracteriza o século XXI.

499 | A educação precisaria, principalmente no Ensino Fundamental, ser capaz de comunicar a diversidade cultural, a transdisciplinaridade, o juízo crítico e a criatividade libertária. Uma educação moderna, diversificada, e transdisciplinar, formará também os profissionais criativos necessários à nova economia do conhecimento.

500 | Proporcionar uma democracia cultural implica apoiar a produção simbólica e a opção pela profissionalização nos diversos segmentos sociais.

501 | Para que a produção cultural possa se transformar em um modo de vida, e mesmo numa profissão, é preciso que o Estado assegure a todas as pessoas - mas especialmente às camadas populares - os meios materiais, institucionais e econômicos, através de atividades individuais ou coletivas.

502 | Os socialistas brasileiros já defendem a Economia Criativa como eixo estratégico do Projeto Nacional de Desenvolvimento, desde o seu XIV Congresso Nacional realizado em março de 2018. Nele, a cultura desempenha um papel central.

503 | Existem especificidades da economia da cultura enquanto fator de desenvolvimento na criação de emprego, geração de renda e riqueza.

504 | Nos espaços da diversidade cultural é que surge a oportunidade de se opor a uma cultura homogênea global. Nesses espaços, ainda, é que estão colocadas as chances de uma economia da cultura brasileira.

505 | O Estado precisa estimular os talentos individuais e coletivos, financiando sem burocracia e com os riscos naturais, os coletivos culturais, as startups, os inventores individuais, os profissionais criativos, em todas os setores da economia e da cultura.

506 | Estimular joint ventures, associações e empresas nacionais com grandes investimentos nas indústrias criativas, de modo a torná-las competitivas nacional e internacionalmente - áreas da música, cinema, dança, teatro e games, com design nacional.

507 | A cultura brasileira precisa de dados confiáveis que deem suporte a um planejamento eficiente, e, para isso, é fundamental que o IBGE produza uma “Conta Satélite da Cultura”, atualizada anualmente.

Eixo Temático V

Socialismo Criativo, Democracia e Partido



O Eixo Temático V – Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos - Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos é integrado pelos temas: Socialismo Criativo, Socialismo Criativo e Democracia, Igualdade, Liberdade e Felicidade, Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido, Um Partido Laico e Acolhedor, O Partido e a Comunicação em Rede e a Autorreforma, e o Partido que Queremos.

O eixo tem como objetivo organizar propostas orientadoras para o reordenamento do PSB de forma a apresentar para a sociedade brasileira um partido capaz de responder aos desafios para as novas emergências do Século XXI.

| Socialismo Criativo

508 | O socialismo criativo corresponde às profundas mudanças disruptivas ocorridas no desenvolvimento das forças produtivas a partir da revolução tecnológica que acelerou radicalmente os ciclos de inovação.

509 | A geração de valor, antes determinada pelos bens de investimento em capital fixo, está sendo substituída pelos investimentos em inovação e criatividade.

510 | Nos últimos cem anos, o capitalismo demonstrou sua criatividade, desenvolvendo produtos de valor universal, exportando cultura e até mesmo modos de vida. O socialismo, supostamente seu sucedâneo histórico, precisará demonstrar um potencial criativo pelo menos igual. O capitalismo moderno, sem dúvida criativo, só será efetivamente superado por um Socialismo Criativo.

511 | A inovação e a criatividade já constam da pauta da sociedade socialista economicamente mais avançada do mundo, a China, que já as incorporou estrategicamente ao seu planejamento.

512 | O Socialismo Criativo não inclui apenas a Economia Criativa, mas a inovação no seu sentido mais amplo, a sustentabilidade ambiental e o empreendedorismo, como uma das novas formas de organização do trabalho, e as novas formas e metodologias de organização social e política.

513 | Se a criatividade capitalista tem como objetivo principal a ampliação do mercado e lucro, a criatividade socialista deve ter como objetivos a ampliação, na sociedade, dos espaços de liberdade, o atendimento das necessidades básicas e fundamentais, o bem-estar e a felicidade das pessoas.

514 | O capitalismo vê a evolução tecnológica apenas como forma de aumentar o consumo e seus lucros. Já a luta dos socialistas deverá levar em conta que é preciso repensar os padrões de consumo, a relação com o meio ambiente, e também recolocar e requalificar os trabalhadores, cujo ofício foi superado pelas novas formas de produção.

515 | O capitalismo tem, na força de inovação tecnológica e no desenvolvimento da Economia Criativa, um modo de se reproduzir e se perpetuar. O Socialismo Criativo tem, nessa mesma força, uma forma de alcançar uma sociedade em que o trabalho é libertado da exploração.

516 | O Socialismo Criativo deverá se constituir na dimensão humana do desenvolvimento das forças produtivas e da revolução tecnológica.

517 | O Socialismo Criativo, como um novo conceito, cujos aspectos teóricos e práticos devem ser discutidos e aprofundados no âmbito do PSB, pretende constituir-se em uma visão crítica da Economia Criativa, no que ela tem de concentradora de capital, monopolista e geradora de desigualdade.

518 | Os socialistas modernos veem a Economia Criativa não apenas como o conjunto das atividades nas quais o talento humano é a principal matéria-prima, mas também como estratégia de desenvolvimento, a orientar políticas públicas e apoiar a inovação tecnológica e a cultura, componentes básicos da referida economia, em sociedades ainda capitalistas e nas futuras sociedades socialistas.

| Socialismo Criativo e Democracia

519 | A questão da convergência entre a liberdade e o socialismo está no DNA do PSB, que procurou, desde os seus fundamentos iniciais, abraçar a liberdade e a democracia como valores universais. No momento da sua fundação, em 1947, já revelava ousadia e criatividade, ao negar os dogmas autoritários à direita e à esquerda.

520 | Para o PSB, a democracia é uma premissa para alcançar o socialismo e seus fundamentos ético e humanista.

521 | O caminho para o socialismo, no Brasil, substitui a ruptura insurrecional por uma revolução pacífica, democrática e processual. Um movimento político que articule a ampliação da democracia formal representativa com uma crescente participação direta da sociedade nos assuntos da República.

522 | Defender a democracia não pode ser um desafio restrito às esquerdas, mas deve encontrar nelas seus combatentes mais aguerridos.

523 | A reinvenção e o fortalecimento da política é a única via contra a barbárie ultraliberal e o individualismo.

| Igualdade, Liberdade e Felicidade

524 | A Felicidade Interna Bruta (FIB) - definida pela ONU é baseada na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deve ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural, o espiritual e o ambiental - em harmonia com a Terra.



525 | Para os socialistas, a igualdade e o direito à felicidade devem ter como correlatos a garantia de que, nas interações sociais, todos sejam acolhidos, respeitados e valorizados com fundamento em suas diferenças.

526 | A igualdade socialista deve preservar e valorizar as diferenças, sem expectativa de que elas se reduzam, desapareçam ou conduzam a um padrão homogêneo.

527 | O socialismo democrático supera o conceito liberal de liberdade, pois incorpora o direito de resistir ao arbítrio exercido por poderes ilegítimos.

528 | Valoriza o direito de empreender livremente e incorpora a perspectiva do direito à emancipação, que possibilita a todos existirem como diferentes e serem acolhidos nessa diferença.

529 | A liberdade e a igualdade perseguidas pelos socialistas referem-se, portanto, ao termo omitido do pensamento político burguês, ou seja, a construção da fraternidade em suas bases estritamente terrenas.

530 | Trata-se, portanto, de inventar criativamente a cidade e a sociedade política, do acolhimento, da hospitalidade, do respeito recíproco, que unifica, por conseguinte, em uma causa, todas as diferentes lutas libertárias.

| Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido

531 | O PSB reconhece a importância fundamental de seus segmentos organizados, que devem representar as reivindicações da sociedade civil e expressar, no interior do Partido, a pluralidade e diversidade de que ela se compõe.

532 | É preciso que a instituição partidária seja permeável aos movimentos sociais, que ajude a organizar suas bandeiras a partir das vozes que emergem da sociedade civil, respeitando a sua autonomia e diversidade.

533 | As lutas libertárias de mulheres, negros, trabalhadores, LGBTQs, jovens, idosos, pessoas com deficiência e movimentos populares

devem ser compreendidas como uma das linhas prioritárias da atuação partidária.

534 | Cabe realçar a importância da orientação partidária para os seus segmentos organizados - Mulheres Socialistas, Negritude Socialista, Socialismo Sindical Brasileiro, LGBT Socialista, Juventude Socialista Brasileira e Movimento Popular Socialista - que, na sua atuação como movimentos sociais e populares, não devem tentar se transformar em “correia de transmissão” do Partido.

535 | Em vez de partidarizar ou aparelhar os movimentos sociais, os socialistas devem buscar uma politização universalizante deles, superando a visão estritamente corporativista. Deve-se incorporar todas essas manifestações no Projeto Nacional de Desenvolvimento.

| Um Partido Laico e Acolhedor

536 | As mudanças culturais, políticas e religiosas fazem parte da história dos povos. No Brasil, no entanto, observa-se uma rápida e, de certa forma, inesperada mudança na cultura e na religião.

537 | Embora constata-se o recente crescimento do componente protestante, predominantemente pentecostal, continuam muito presentes, na sociedade brasileira, o catolicismo, as religiões de matriz africana, o espiritismo, o judaísmo, e, em menor escala, o budismo e o islamismo. Não se podem desprezar também os contingentes não religiosos, como os agnósticos e ateus.

538 | O desafio de um partido laico - que tem no ideário socialista a base de suas concepções e ações - é dialogar com todas as correntes religiosas.

539 | Embora cada vez mais a opção religiosa tenha sido fator importante na ação política, e, principalmente, na opção de voto dos eleitores, não cabe ao PSB empreender ações nas definições religiosas da população e sequer de seus militantes e aliados.

540 | O PSB deve defender que as pautas religiosas e as pautas políticas sejam distintas, apesar de suas interconexões.

541 | O Partido deve compreender que os anseios da população,

mesmo que carregados do querer religioso, são legítimos e devem ser respeitados dentro da diversidade e tolerância democráticas.

542 | O caráter laico do PSB não se traduz em neutralidade ou aversão às religiões e filosofias, mas, sim, no máximo aproveitamento dos componentes de humanização, generosidade e igualdade, em todas elas.

| O Partido e a Comunicação em Rede

543 | Há uma falsa ideia corrente de que os aparatos tecnológicos, e as TICs neles embutidas, são a solução para o planeta, porque promoveriam uma comunicação em rede, equalizada, horizontal, acessível a todas as pessoas.

544 | É preciso introduzir a política e a economia no debate sobre redes que envolvem os ambientes digitais, pois aplicativos, necessariamente, não combatem a pobreza, nem a misoginia e nem a discriminação racial.

545 | O PSB é uma rede política que mantém relações internas definidas em normas aprovadas coletivamente e que devem dar coesão a esse grupo que comunga de um mesmo programa.

546 | A complexidade das relações em rede cria a necessidade de aprender a trabalhar com os sistemas de informação e os aparatos tecnológicos e a lidar com a informação como se apresenta hoje em ambientes digitais.

547 | A cibermilitância deve fugir da armadilha de que a rede digital se basta, é preciso reconhecer que a estrutura da internet conta com múltiplas mediações, muitas à revelia dos usuários.

548 | Compreendendo a importância das novas formas de comunicação, somente possíveis em razão do fortalecimento das chamadas redes sociais, o PSB insiste na necessidade de seu uso responsável e ético. Os processos democráticos não admitem a produção de notícias falsas, as fake news.

| A Autorreforma e o Partido que Queremos

549 | Um movimento criativo, como o Processo de Autorreforma que o PSB realiza, implica a construção de uma estrutura partidária também criativa. Se precisamos dar a nossa contribuição para uma hipotética reinvenção da política, é necessário que também reinventemos o nosso Partido

550 | Se, desde a invenção da roda, a criatividade é uma força propulsora do desenvolvimento, mais importante se torna agora com a revolução tecnológica e o advento da era do conhecimento.

551 | As ideias contidas na Autorreforma vão necessitar de um partido democraticamente mais participativo, ideologicamente mais fortalecido e politicamente mais unificado. São ideias criativas para um partido criativo.

552 | A diversidade de ideias e a pluralidade de visões terão sempre, no PSB, os mais amplos espaços de debate, sem que isso prejudique a unidade política necessária para que o Partido cumpra os seus compromissos com a sociedade.

553 | Por isso, a unidade política será dada a partir dos princípios gerais e valores a que todos os militantes aderem, ao ingressar no PSB, sendo que alguns fazem parte do ideário socialista desde a sua fundação.

554 | O Partido não tem concepção filosófica de vida ou credo religioso, mas reconhece a “influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram eficazmente para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progresso social”.

555 | O PSB considera-se herdeiro das melhores tradições teóricas, socialistas e democráticas, avesso a dogmatismos e consciente da necessidade de se modernizar permanentemente.

556 | Para inovar-se, criativamente, o PSB precisa criar mecanismos que assegurem à sua militância o exercício de sua verdadeira soberania.

557 | Fortalecer sua democracia interna por meios digitais e presenciais, assegurando aos militantes a certeza de seu poder de decisão sobre as questões fundamentais para o Partido.

558 | Estabelecer uma plataforma digital para que as direções municipais, estaduais e nacional, consultem os filiados sobre questões importantes e polêmicas, em caráter consultivo ou deliberativo, a critério de cada instância.

559 | Para os socialistas, além de imoral, a corrupção tem dimensões ética-social, econômica e política.

560 | Eticamente a corrupção significa retirar dos mais pobres direitos a saúde, educação e serviços do Estado.

561 | Economicamente a corrupção constitui-se numa super mais-valia extraída do conjunto da sociedade em geral e dos assalariados em particular, pois além da taxa de exploração do trabalho pelo capital, a corrupção retira dos trabalhadores uma parte do que ele paga de impostos para que o governo construa hospitais, escolas, estradas.

562 | A corrupção significa também um acréscimo artificial ao excedente econômico, pois as empresas aumentam o valor das mercadorias e serviços que vendem ao Estado ampliando fraudulentamente seus lucros. E por outro lado, permite também aos agentes públicos envolvidos, a formação de um capital sem os investimentos que caracterizam a acumulação tradicional, terra, máquinas, matéria prima, capital de giro, formando uma espécie de nova classe, uma burguesia dolosa.

563 | Politicamente a corrupção corrói os sonhos políticos da juventude, macula a militância transformando-a em atividade remunerada com dinheiro sujo e compromete a administração pública com a ideia de que a máquina pública só funciona quando lubrificada pela corrupção.

564 | Propiciar a elevação dos níveis cultural, intelectual, espiritual e ideológico da militância, por meio da leitura dos documentos básicos do Partido, a começar pelo da Autorreforma.

565 | Utilizar os meios já existentes e criar novos mecanismos tecnológicos para possibilitar uma efetiva participação dos militantes e propiciar-lhes a justa sensação de pertencimento.

566 | Estabelecer critérios para a escolha de candidatos a cargos eletivos, em todas as esferas da Federação. Os valores partidários deverão estar contidos numa carta-compromisso do candidato para com o Partido, de modo a permitir que o PSB e seus militantes acompanhem o exercício do mandato e cobrem os compromissos estabelecidos na referida carta.

567 | Realizar cursos de formação política e profissional-administrativa para que os eleitos exerçam, com parâmetros e critérios administrativos, as atribuições pertinentes ao mandato.

568 | Valorizar o mecanismo de ouvidoria, com o objetivo de assegurar ao filiado de qualquer lugar do País, que apresente críticas, sugestões ou denúncias, as quais serão recebidas e analisadas, e deverão ser apuradas pelo Diretório Nacional.

569 | Reorganizar as estruturas de base do Partido, por meio de núcleos de base ou células vivas, não apenas por local de moradia, mas também por local de trabalho, atividade profissional, atividade cultural, religiosa, e por setor (saúde, educação, segurança, entre outros).

570 | Priorizar a formação de militantes, especialmente da juventude, com a oferta de cursos, seminários, educação a distância e material educativo, com os recursos da Fundação João Mangabeira e do Diretório Nacional.



571 | Restabelecer a contribuição financeira obrigatória, pessoal e intransferível, visando não só à manutenção do Partido, mas também a sensação de poder e pertencimento de cada militante.

572 | Estabelecer um clima democrático para os debates de ideias, estimulando a prática sistemática da crítica e da autocrítica.

573 | Estimular as relações ética e solidária, dentro de uma cultura de tolerância, para fortalecer a noção de companheirismo, fraternidade e a sensação de pertencimento ao Partido.

574 | O Partido deve se envolver e liderar iniciativas solidárias e criativas no campo da economia, como os coletivos culturais e tecnológicos, cooperativas de microcrédito, cooperativas de trabalho e autogestão de trabalhadores.

575 | As direções partidárias municipais, estaduais e nacional devem se esforçar para se expressarem publicamente sobre os fatos relevantes do Brasil, e do mundo, com o objetivo de orientar a militância, fazendo com que se sinta representada.

576 | Enquanto perdurar o presidencialismo, o PSB deverá fazer todo o possível para lançar candidaturas à Presidência da República que sejam capazes de vocalizar os principais pontos do programa partidário, bem como as experiências dos governos estaduais e municipais socialistas, e as propostas de transparência e gestão compartilhada.

577 | Finalmente, o PSB decidiu, depois da Conferência Nacional da Autorreforma, propor a adoção do método de luta política conhecido como Não Violência Ativa. Esse método, que nada tem a ver com passividade, ao contrário, foi de grande eficácia, na libertação da Índia, com Mahatma Gandhi, no fim do apartheid na África do Sul, com Nelson Mandela, e na luta antirracista nos EUA, com Martin Luther King. Traduz-se em mobilizações populares, pressão democrática e ações das organizações e dos movimentos da sociedade civil e, no caso do PSB, a luta pelo Socialismo Criativo.

Lista dos Participantes da Conferência Nacional da Autorreforma

*Conferência realizada nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2019,
na cidade do Rio de Janeiro (RJ).*

1. Acilino José Ribeiro de Almeida
2. Adalberto Souza Galvão (Bebeto)
3. Adenor Luiz Simões Coelho
4. Adilson Gomes da Silva
5. Adineide Lima de Souza
6. Adir Cardoso Gentil
7. Adriana Silva
8. Adriano Zucolotto Martins
9. Agamenon Ferreira da Silva
10. Alan Kardec Martins Barbiero
11. Alba Lygia Araújo de Oliveira
12. Alberto Farias Gavini Filho
13. Alcenir Maria da Cruz Rocha
14. Alessandro Lucciola Molon
15. Alex Sandro Nazaré
16. Alexandre Dias Barbosa
17. Alexandre Navarro Garcia
18. Alfredo Pereira de Figueiredo Júnior
19. Aliel Machado Bark
20. Almezinda Moreno de Moura
21. Aluízio Cometki São José
22. Álvaro Cabral
23. Amanda Araujo Rodrigues

24. Amaro Jorge da Silva
25. Amélia Lima Rosa
26. Ana Callou Matos
27. Ana Yasmim Camargo
28. Analucia Viana Cabral
29. Anderson Filipi Maia de Menezes
30. André Alves
31. Andre Ancelmo Araujo
32. André Avelino da Silva
33. Ângelo Rafael Ferreira dos Santos
34. Anselmo Piovesan
35. Antonieta Mônica Xavier Yelpe
36. Antonio Carlos dos Santos Junior
37. Antonio Carlos Valadares
38. Antonio Carlos Valadares Filho
39. Aparecido Alves de Oliveira
40. Arenilda Duque da Silva
41. Aristótelis Gonçalves
42. Arthur da Silva
43. Arthur Moreira Lima Júnior
44. Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
45. Bruna da Rosa Alves
46. Caio Isacksson Santana
47. Carlindo Klug
48. Carlos André Lobato Mendes
49. Carlos Camilo Góes Capiberibe
50. Carlos César Correia de Messias
51. Carlos Enrique Franco Amastha
52. Carlos Roberto Siqueira de Barros
53. Cassandra Figueiredo Dias

54. Cássio Coelho Andrade
55. Claudemir Nonato de Santana
56. Cláudio Valverde Santos
57. Cleiton Roque
58. Cleuza Pereira do Nascimento
59. Cristiane Ferreira da Silva
60. Dalva Helena Nunes de Souza
61. Dalvino Troccoli Franca
62. Daniel da Cunha Lima Ribeiro
63. Daniel do Nascimento Lopes
64. Daniel Lindoso Mota
65. Danilo Jorge de Barros Cabral
66. Denis Anderson da Rocha Bezerra
67. Dileuza Marins Del Caro
68. Diogo Casé Moraes
69. Diogo Vasconcelos
70. Domingos Albuquerque Paz
71. Domingos Leonelli Netto
72. Ed Wilson Lino da Silva
73. Edem Ferreira dos Santos
74. Edevande Pinto França
75. Édio Elói Frizzo
76. Elber Andrade Batalha de Goes
77. Elgiane Lago
78. Eliane Silva de Oliveira
79. Elias Vaz de Andrade
80. Elisangela Vieira Macedo
81. Eliseu Gabriel de Pieri
82. Ely da Silva Almeida
83. Enesia Oliveira da Silva

84. Enio Moura Brochado
85. Estelizabel Bezerra de Souza
86. Evilásio Cavalcante Farias
87. Fabiano Rodrigo Dupont
88. Fabio Henrique Matos
89. Fabio Luciano de Araújo Maia
90. Fabíola Mansur de Carvalho
91. Felipe Rocha Martins
92. Fernando Eduardo Cândido Mousinho
93. Flávio de Sousa Silva (Brébis)
94. Francileide Fontinelle Passos
95. Francisco de Assis Cortêz Gomes
96. Francisco de Assis Silva
97. Francisco Pereira Melo
98. Francisco Tadeu Barbosa de Alencar
99. Gabriel Leitão
100. Gabriel Maia Gelpke
101. Gelson Luiz de Albuquerque
102. Georgina Reis e Silva
103. Geralda Lopes de Resende
104. Geraldo Julio de Mello Filho
105. Gervásio Agripino Maia
106. Gilson Batista de Lima
107. Giuseppe Gazzinelli Silva de Barros
108. Givanildo Pereira dos Anjos
109. Glauce Jane Cordeiro
110. Godinho José da Silva Santos
111. Guilherme Wanderley Ribeiro
112. Heitor José Schuch
113. Hugo Alexandre Pulido Pires

114. Hugo Cabieses
115. Humberto Felipe Barnachea Vasquez
116. Iago Sarinho de Oliveira
117. Iara Cristina Vidal Mendes
118. Igor Belchior
119. Igor Frederico de Oliveira
120. Iradilson Sampaio de Souza
121. Isaltino José do Nascimento Filho
122. Israel Rocha Borba
123. Ivan Vasconcelos de Carvalho
124. Ivanilda Matias Gentle
125. Izete Santos do Nascimento
126. Jackson Bueno da Conceição
127. Jacqueline Moraes da Silva Avelina
128. Jailson Souza e Silva
129. James Figueiredo
130. James Lewis Gorman Júnior
131. Janete Maria Góes Capiberibe
132. Jânio Francisco Benith
133. Jaqueline Viana de Mesquita
134. Jenifer Cardoso
135. Jeová Vieira Campos
136. Jiberlandio Miranda
137. João Alberto Rodrigues Capiberibe
138. João Batista Conti (Ted Conti)
139. João de Andrade Arraes
140. João Dias Ferreira
141. João Henrique de Andrade Lima Campos
142. João Leonel Bertolin
143. João Marcos Grossi Lobo Martins

144. João Paulo Moreira Correia
145. Johny Araújo Sousa
146. Joilson Antonio Cardoso do Nascimento
147. Jorge José Gomes
148. José Adilson Nunes Bezerra
149. José Alves Pereira Filho
150. José Antonio Figueiredo de Almeida da Silva
151. José Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes
152. José Evaldo Costa
153. José Luis Stédile
154. José Marcelo do Nascimento Nilo
155. José Marcelo Mota
156. José Renato Casagrande
157. Juliana Araújo Vicente Roque
158. Juliana Nunes Lima
159. Júlio César Delgado
160. Júlio Gomes de Oliveira
161. Jumariana Oliveira
162. Karina Delfino Mussa
163. Karina Drummond Pinto
164. Kassiano Lucas Lopes de Andrade
165. Kátia Gomes Gaivotto
166. Katyene Susy Vieira
167. Laudiniz Gabriel de Oliveira Júnior
168. Laura Mota Gomes
169. Leandro José Pontes Costa
170. Leila Gomes de Barros Rêgo
171. Lídice da Mata e Souza
172. Lissauer Vieira
173. Luciana Trindade de Macedo

174. Luciano Ducci
175. Luciano Ferreira de Souza (Luciano Leitoa)
176. Luciano Vasquez Mendez
177. Luigi Rodrigues Longo
178. Luiz Batista Bruno
179. Luiz Cláudio Romanelli
180. Luiz Gonzaga Patriota
181. Luiz Odorico Monteiro de Andrade
182. Luiz Roberto de Albuquerque (Beto Albuquerque)
183. Lutero Henriques de Menezes Junior
184. Magda Suely Rosa Oyo Valentim
185. Manoel Almeida da Silva
186. Manoel Furtado
187. Marcelo Mota Gomes
188. Márcia de Figueiredo Lucena de Lira
189. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg
190. Márcio Luiz França Gomes
191. Marco Antônio da Silva
192. Marcos de Alencar Dantas
193. Mardelene de Jesus
194. Margarida Luiza de Matos Vieira
195. Maria Andrade Leite
196. Maria Aparecida de Souza Oliveira
197. Maria Aparecida Ramos de Meneses
198. Maria Cristina do Rosário Almeida
199. Maria de Jesus Matos Natividade
200. Maria Eduarda Guedes
201. Maria Luiza Oliveira Loose
202. Maria Niedja Guimarães
203. Maria Olga Alonso Suárez

204. Maria Sandra Pereira de Marrocos
205. Maria Silene Pereira de Marrocos
206. Maria Valéria Lemos Vasconcelos
207. Marianne Tavelli
208. Mário Assad Junior
209. Mario Cesar Moreira
210. Mario Luiz Guide
211. Mário Sander Bruck
212. Marlos Luis de Araújo Costa
213. Maria Salete Ramos da Silva
214. Maura Cristina da Silva
215. Mauro César de Castro Soares
216. Mauro Lobo Martins Júnior
217. Max Joel Russi
218. Niully Nayara Santana Campos
219. Odmar Péricles Nascimento
220. Osmar de Sá Ponte Junior
221. Pablo Feitosa Nunes Amorim
222. Paulo Afonso Bracarense Costa
223. Paulo César Matheus da Silva
224. Paulo Henrique Saraiva Câmara
225. Paulo José Dantas de Jesus
226. Paulo Rogerio Soares Leite
227. Pedro José Luiz Coelho
228. Pedro Reis de Oliveira
229. Priscila Gomes Moura
230. Rafael de Alencar Araripe Carneiro
231. Rafael Huete da Motta
232. Rafael Niceias Simões
233. Raimundo José Mendes Silva

- 234. Rene Hoyos Suarez
- 235. René Mendes Vilela
- 236. Ricardo Ayache
- 237. Ricardo Vieira Coutinho
- 238. Rita de Cássia
- 239. Rita de Kássia Bezerra Cordeiro de Oliveira
- 240. Roberto Chiazaro
- 241. Roberto Franca Filho
- 242. Robson Botelho
- 243. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça
- 244. Rodrigo Mousinho Hita
- 245. Rodrigo Oliveira de Castro Dias
- 246. Rodrigo Sobral Rollemberg
- 247. Rogério Amaral Oliveira
- 248. Rosa Amélia Silva Costa
- 249. Rosana Maria Mota Silva
- 250. Rubens Germano Costa
- 251. Sandra Figueiredo
- 252. Serafim Fernandes Corrêa
- 253. Sérgio Garcez de Oliveira
- 254. Severino Nunes de Araújo
- 255. Sidney Pereira Nunes
- 256. Sileno Sousa Guedes
- 257. Sinoel Batista
- 258. Silvana de Castro Teixeira
- 259. Silvana Rodrigues
- 260. Silvânio Medeiros dos Santos
- 261. Sílvia Cordeiro
- 262. Sílvio Humberto dos Passos Cunha
- 263. Tadeu Sávio Souza de Lira

- 264. Tamara Ilinsky Crantschaninov
- 265. Tathiane Aquino de Araújo
- 266. Thaís Vital dos Santos
- 267. Tiago de Paula Andrino
- 268. Tiago Ribeiro Machado
- 269. Tony de Siqueira Sechi
- 270. Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa (Bira do Pindaré)
- 271. Valdomiro Lopes da Silva Júnior
- 272. Valneide do Nascimento dos Santos
- 273. Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto
- 274. Vera Regina Müller
- 275. Vicente Paulo de Oliveira Selistre
- 276. Vilson Luiz da Silva (Vilson da Fetaemg)
- 277. Vivian Lis Paes de Freitas Andrade
- 278. Vladimir da Silva
- 279. Volmir José Miki Breier
- 280. Waldemar Alberto Borges Rodrigues Neto
- 281. Wander José Goddard Borges
- 282. Wanderson Alves Fernandes
- 283. Washington Luiz Picanço da Silva
- 284. Wellington da Silva
- 285. Wellington Silveira Filho
- 286. Wilson Nunes Martins
- 287. Wilson Pedro da Silva





Os debates sobre a Autorreforma do PSB ganham uma nova contribuição, este Livro 4 é o Anteprojeto de Teses para o Novo Programa do PSB. O Programa aprovado no XV Congresso do Partido guiará os socialistas brasileiros nos próximos anos do século XXI. Em forma de livro, impresso e digital, como o Livro 3, visa facilitar a discussão dentro e fora do PSB sobre as ideias inovadoras e vivificadoras da política que apresentamos aos militantes socialistas e à sociedade brasileira.

O Caderno 1 continha o material teórico que informou as discussões realizadas em nossa histórica Conferência Nacional realizada no Rio de Janeiro em 28, 29 e 30 de novembro de 2019 com a participação de mais de 300 dirigentes partidários. O Caderno 2 reproduziu essas primeiras teses agregando as contribuições dos companheiros que participaram da Conferência Nacional da Autorreforma. O Livro 3 contém uma síntese dos cadernos anteriores e a sistematização das discussões realizadas até a sua produção como ingrediente teórico e prático para a construção das Teses a serem apresentadas pela Direção Nacional ao XV Congresso do PSB em novembro de 2021. Este Livro 4 constitui-se na sistematização dos conteúdos do Livro 3 na forma de Anteprojeto de Teses, razão pela qual os conteúdos do Livro 3 acrescidos de novas contribuições são apresentados na forma de itens para facilitar a construção das Teses ao XV Congresso que serão construídas a partir de todo este material com a colaboração dos militantes. Desta forma, esta produção coletiva representa a consubstanciação da construção democrática do novo Programa do PSB a ser aprovado no seu Congresso.

Novas ideias a exemplo da Revolução Criativa na Educação, Economia Criativa com Estratégia de Desenvolvimento, Reforma do Estado, Amazônia 4.0, Empregos Verdes, Reforma Urbana e Cidades Criativas ao lado da defesa de vários pontos da Constituição de 1988 como parte da proposta do novo programa do PSB. Dedicamos todo um capítulo ao Socialismo, à Democracia e ao Partido que Queremos. Presente também referência à Não Violência Ativa como uma ideia de método de Luta pelo Socialismo Criativo.

